ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 143
11 de Novembro de 1976

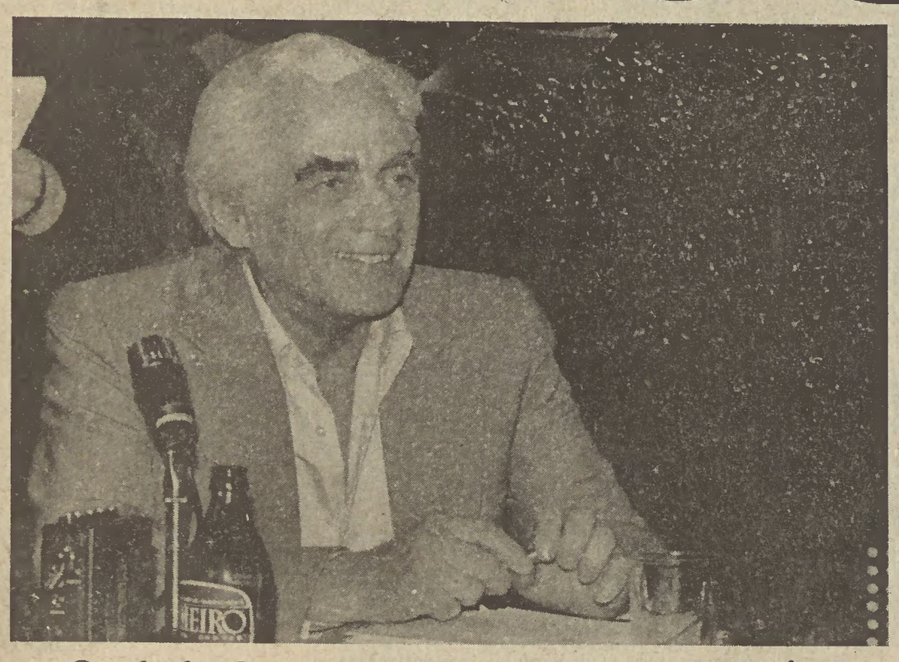
Preço: 5$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

COM A DEMOCRACIA PARA O SOCIALISMO

VIII CONGRESSO



• Conferência de Imprensa do camarada Álvaro Cunhal — Pág. 2

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Apreciação da actividade do Comité Central e definição da orientação política e táctica do Partido. Debate e aprovação do Relatório e das Teses do Comité Central.

2 — Alterações dos Estatutos do PCP

3 — Eleição do Comité Central

• O que foi preciso para o Congresso — Pág. 4

O VIII Congresso do PCP inicia-se hoje na FIL com a presença de mais de 1200 delegados e 5000 convidados, entre os quais seis dezenas de delegações de partidos irmãos e organizações progressistas de todo o mundo. Presente também uma delegação do Conselho da Revolução e representantes de partidos, de organizações progressistas e de trabalhadores portugueses.

Editorial

BENVINDOS AO NOSSO VIII CONGRESSO!

O VIII Congresso do PCP tem hoje a sua primeira sessão de trabalhos — a primeira sessão do primeiro Congresso ordinário depois da Revolução de Abril.

Mais de mil e duzentos delegados — homens, mulheres e jovens — oriundos de todos os recantos onde trabalham e vivem portugueses, do território pátrio e de fora dele, vêm hoje até aos pavilhões da FIL mostrar a imagem de um grande partido democrático, fortemente enraizado na classe operária e nas massas populares, um partido inserido na problemática nacional e para a qual aponta soluções viáveis e um caminho realista virado para a construção de um Portugal livre, pacífico, democrático e socialista.

Além dos delegados, estarão presentes milhares de convidados portugueses e estrangeiros que acompanharão diariamente os trabalhos do nosso VIII Congresso. São delegados de dezenas de Partidos irmãos que trarão até nós a viva expressão do internacionalismo proletário e dos laços fraternos que a todos une num combate que tendo formas e condições diferentes tem muito de essencialmente comum; são também delegados de outros partidos, organizações e movimentos democráticos e progressistas do nosso País e do estrangeiro e ainda autoridades e individualidades de destaque na vida política e social portuguesa.

A todos vós, Camaradas e Amigos, ilustres convidados, deseja o «AVANTE!» as boas vindas, a todos esperamos que, a níveis diversos, guardem do nosso Partido a sua verdadeira imagem, o seu carácter democrático, a sua estreita vinculação ao Povo português.

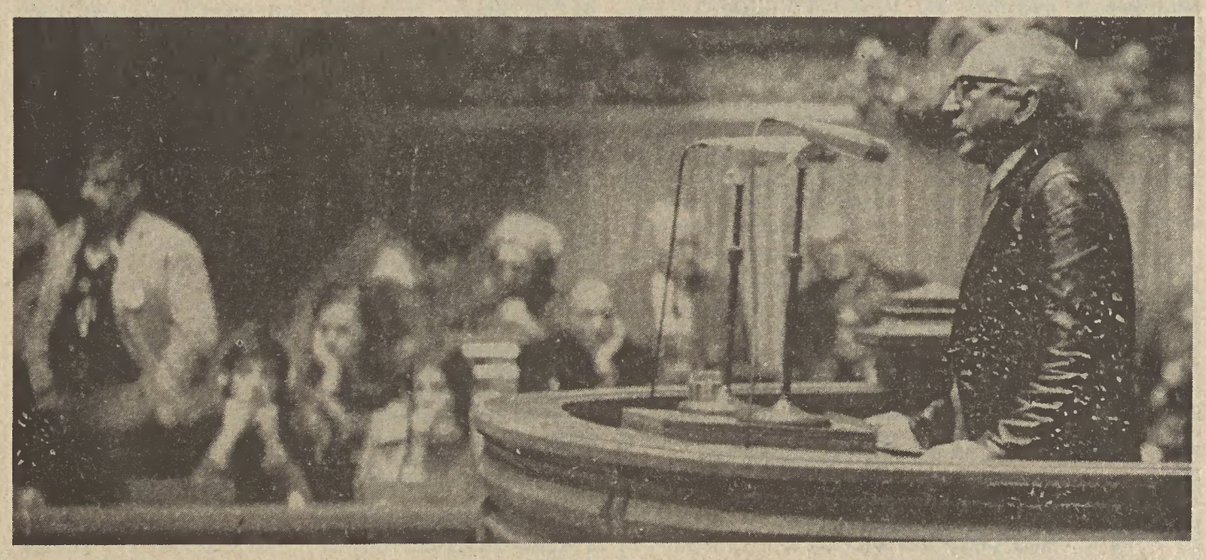
O que os nossos convidados não comunistas vão ver na FIL é a imagem de um Partido política e ideologicamente unido e coeso, de um Partido preparado para uma participação responsável na solução dos grandes problemas nacionais, aberto à colaboração com todas as forças patrióticas e democráticas empenhadas no progresso social do País, com todos os portugueses interessados na edificação de um País novo, que sacuda resolutamente de si as sequelas do passado, um passado recente, obscurantista e retrógrado, dominado por uma clique estranha aos interesses profundos do Povo português.

O que os nossos camaradas — delegados e convidados — vêm trazer e vão levar neste nosso VIII Congresso é algo de importante para os destinos imediatos do nosso Povo.

Trazem consigo a mensagem das fábricas, dos campos, dos escritórios, das universidades de Portugal e os anseios de milhões de portugueses que confiam nos comunistas, na clarividência política do PCP.

Levarão consigo directrizes claras para a acção, um entusiasmo renovado, uma nova confiança na sua força e no seu trabalho.

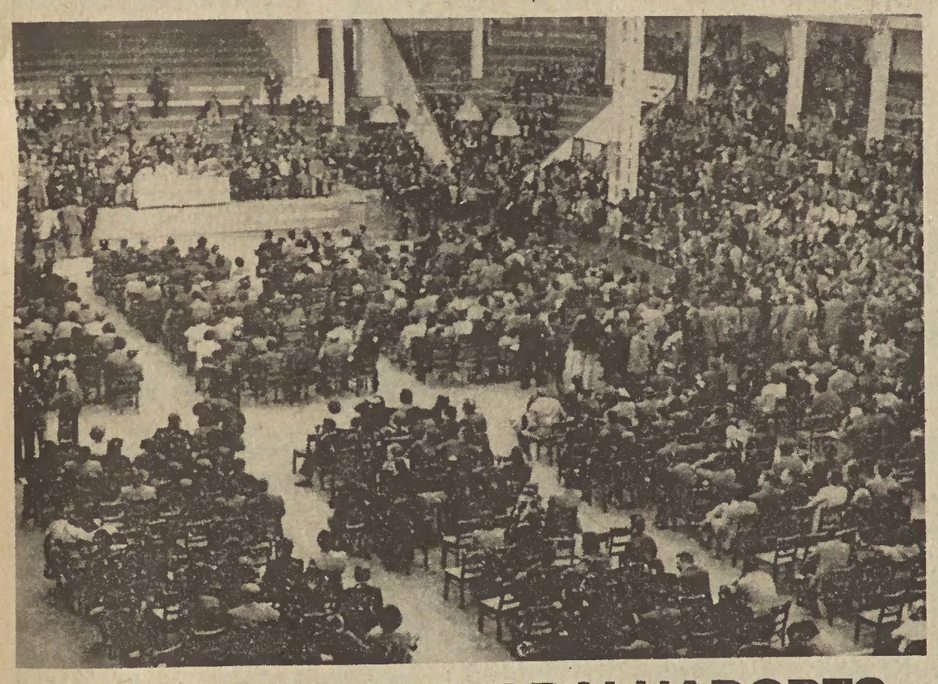
Viva o VIII Congresso do PCP!



Francisco Miguel na Assembleia da República:

Quero agora esclarecer aqui, neste momento e neste lugar, que tenho sido várias vezes convocado pela Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS e Legião Portuguesa. Não irei à presença desses senhores e considero ofensivo que me façam tal convocação. Não irei a nenhuma casa onde me irão perguntar como fui torturado em frente daqueles que me torturaram. Não me sujeitaria a semelhante humilhação e, com a mesma decisão com que não fiz declarações na polícia quando eles me diziam que por lei era obrigado a fazê-las. Que não se venha exigir às vítimas, àqueles que sobreviveram, que dêm cobertura à libertação dos pides.

Pág. 8



ENCONTRO DE TRABALHADORES SOBRE LEIS ANTIOPERÁRIAS

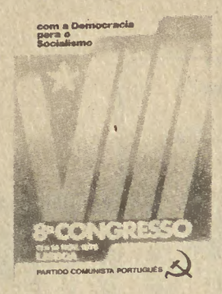
Pág. 7

A Revolução de Outubro comemorada em Portugal com dezenas de comícios e sessões

Pág. 12

ANGOLA INDEPENDENTE HÁ UM ANO

Pág. 11



Com a Democracia para o Socialismo

O CONGRESSO SERÁ UM IMPORTANTE ACONTECIMENTO PARA O NOSSO PARTIDO E PARA O NOSSO POVO

Foi numa das amplas salas do Centro de Trabalho Vitória que, nas vésperas do Congresso, se realizou a Conferência de Imprensa que o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP deu e que reuniu mais de uma centena de jornalistas e correspondentes, portugueses e estrangeiros.

A presença de tão elevado número de jornalistas, que é normal nas Conferências que o nosso Partido promove, tinha desta vez a mobilizá-la a natural expectativa que se tem criado em torno de um acontecimento da maior importância na vida nacional – o VIII Congresso do PCP. Com efeito, a importância de tal assembleia não se limita ao quadro partidário dos comunistas, nem dos simpatizantes e amigos do Partido. Ultrapassa-o em muito. E não têm faltado as especulações e as insinuações destiladas pelas correntes de direita ou tão-somente por aqueles que invejam o espaço – o largo espaço – político que o PCP tem ocupado e ocupa, não só na política nacional como também a nível internacional.

Pouco depois das 16 horas entraram na sala e tomaram lugar na mesa os camaradas Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP e os camaradas membros da Comissão Política do CC Blanqui Teixeira e José Vitoriano e ainda o camarada Albano Nunes, membro suplente do Comité Central.

A primeira pergunta exprimiu uma curiosidade que tem assumido aspectos especulativos na Imprensa: se o Comité Central do nosso Partido vai ser alargado e no caso afirmativo, de que modo se vai processar esse alargamento e ainda se irão ser integrados nele membros do Partido que aderiram depois do 25 de Abril de 1974. A esta pergunta respondeu o camarada Álvaro Cunhal:

– O Comité Central vai ser alargado. Ou melhor, o Comité Central cessante proporá ao Congresso o seu alargamento. Trata-se de uma necessidade evidente. Basta dizer que o Comité Central actual é o Comité Central que veio da clandestinidade com algumas cooptações.

Hoje as tarefas são completamente diferentes. Há muitos quadros com experiências novas, há frentes de trabalho muito mais diversificadas, a experiência da Revolução não é menor que a experiência da luta clandestina. Não temos no nosso Partido distinções entre os membros do Partido que vêm de antes do 25 de Abril e aqueles que entram no Partido depois. Temos todos os mesmos direitos e os mesmos deveres.

No que respeita à proposta do Comité Central ao Congresso, na altura própria será conhecida. O futuro Comité Central será muito mais largo que o actual.

O Secretário-Geral responderia depois a uma pergunta de uma jornalista estrangeira que se interessou por saber quais as tarefas que impunham o alargamento do CC.

– O presente CC estava com dificuldades para responder a todas as exigências do trabalho do Partido. Nós acreditamos na importância da opinião dos homens e, quanto mais largo for o quadro das opiniões que intervêm mais possibilidades há de tomar decisões acertadas.

Não temos uma posição contestatária na construção da democracia portuguesa. Somos pela construção efectiva e real da democracia em Portugal. Nessa construção há muitas frentes de trabalho, muito variadas. É bom que no Comité Central estejam representadas todas essas frentes de trabalho e que estejam presentes nas decisões do Comité Central e nas discussões as múltiplas experiências que têm os nossos camaradas e as nossas organizações em todas essas frentes diversificadas. Nós acreditamos também no trabalho colectivo, e não apenas no Comité Central, em todo o Partido. Neste momento está-se a trabalhar nas emendas das Teses propostas pelo nosso Comité Central. Felizmente há milhares de propostas. A Comissão de Redacção trabalha sobre cada proposta. O resultado do nosso Congresso será o resultado do trabalho colectivo do nosso Partido. O novo Comité Central, naturalmente, por todas as razões há-de ter necessidade de estar presente em todas as frentes de trabalho do nosso Partido. Daí a necessidade do seu alargamento.

OS DEVERES NACIONAIS E OS DEVERES INTERNACIONALISTAS

– No editorial do "Avante!" foi mencionada a responsabilidade ainda mais elevada do Partido Comunista Português no movimento internacional comunista no aspecto do internacionalismo proletário – disse um jornalista da República Democrática Alemã, presente na conferência de imprensa, solicitando um melhor esclarecimento daquela afirmação.

– O nosso Partido considera inseparáveis os deveres nacionais e os deveres internacionalistas. – **Assim iniciou a resposta o nosso camarada.** – O nosso Partido não cede a quaisquer pressões nem a quaisquer ameaças para modificar as suas posições internacionalistas. Não cedemos no tempo do fascismo, quando ser internacionalista representava sofrer perseguições e violências. Poderá haver alguém que pense que os comunistas irão ceder às chantagens e pressões. Somos hoje e continuaremos sempre a ser solidários para com os partidos comunistas irmãos e para com a classe operária dos outros países, para com os povos em luta contra o imperialismo; mas pensamos também que o nosso principal dever internacionalista é, no nosso próprio país, lutarmos para a construção de um regime democrático que se encaminhe para uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

A pergunta seguinte solicitava um esclarecimento sobre quais as organizações, políticas e outras, convidadas para o Congresso, especificando finalmente se os GDUPs se encontrariam presentes.

– Posso dizer quais foram as organizações que foram convidadas: o MDP/CDE, o Partido Socialista, a Frente Socialista Popular, o Movimento Social Democrata, a Liga Comunista Internacionalista, e ainda organizações como a Intersindical, a Intervenção Socialista, o MARN, o MUTI e ainda várias Federações Sindicais, Ferroviários, Metalúrgicos, a Juventude Operária Católica, a Frente Eleitoral Povo Unido e também foram convidadas algumas instâncias oficiais como o Conselho da Revolução e a Presidência da República.

Sem dúvida que no final, o número das organizações que estarão presentes no Congresso será superior a este que acabei de dizer.

Uma jornalista comunicou uma impressão muito sua: que o internacionalismo a que o Partido Comunista Português está ligado terá consequências no que será uma sociedade socialista em Portugal no sentido de que talvez ela não possa ir tão longe nas remodelações, na medida em que tem de ter em conta toda uma série de acontecimentos internacionais, os países socialistas e o capitalismo internacional. Queria saber se esta é uma interpretação correcta e nesse caso se os militantes de base estão conscientes dela".

Respondendo à jornalista da revista "Opção", disse o Secretário-Geral do PCP:

– A solidariedade internacional de nenhuma forma põe em causa a independência e a decisão autónoma de cada partido comunista e de cada força revolucionária no seu próprio país. Cada força revolucionária escolhe o caminho mais conveniente para o seu país. **Nós somos solidários para com os povos que tenham escolhido aquele caminho que a nossa opinião não ache o mais correcto.** Podemos mesmo eventualmente ter a opinião que tal ou tal partido comunista irmão não tenha a orientação mais correcta. Mas não o criticamos publicamente; e continuamos a ser solidários para com ele.

Não vemos como uma tal solidariedade pode influenciar as decisões dos portugueses acerca do seu futuro. Pelo contrário, a solidariedade internacional pode criar condições favoráveis para que o povo português possa decidir verdadeiramente o seu destino. O que eu pergunto é se hoje, em Portugal, tudo quanto nós decidimos é independente de pressões externas. Cabe aos portugueses decidir da sua democracia e do seu futuro e há que aprender com as experiências dos outros povos que conseguiram progressos notáveis, que conseguiram reformas profundas na sociedade antiga. E, se se fala de socialismo, e no caminho para o socialismo que está inscrito na nossa Constituição, nós os comunistas, pensamos que o socialismo não será aquele que dizem existir na Europa ocidental. Todos nós nos lembramos que dirigentes socialistas declararam em Portugal, há pouco tempo, que não há socialismo mais válido do que aquele que já "existe" na Europa ocidental. Não sei se têm presente afirmações feitas por um membro do Governo que dizia, além do mais, que a OTAN era necessária para permitir que no ocidente europeu fosse realizado um projecto socialista que não podia ser realizado na Europa Socialista. Nós, naturalmente, temos uma outra concepção de socialismo, pensamos que as revoluções não se repetem nem se copiam, tanto como se não pode construir o socialismo sem ter em conta as experiências daqueles que já o construíram. Propomos ao nosso povo aquilo que entendemos como o caminho acertado e, em última instância, o povo português decidirá.

SINTAM-SE TRANQUILOS NESTA CASA

A mesma jornalista estrangeira que se interessara pelas condições que indicavam ao Partido o alargamento do seu Comité Central, quis então perguntar se o camarada Álvaro Cunhal pensava que o clima no país era de hostilidade para com os comunistas e, se assim fosse, se o Partido tinha previsto medidas de segurança, do próprio Partido ou pedido a colaboração das forças da ordem, para a protecção durante o Congresso, dos militantes e dos convidados estrangeiros.

– Em primeiro lugar eu quero pedir aos senhores jornalistas para se sentirem tranquilos nesta casa – **foi deste modo que o camarada iniciou a resposta à questão.**

– Eu não creio que o clima social em Portugal seja hostil aos comunistas – **continuou, depois.** – Mesmo em muitas regiões e em muitos centros há um clima social muito favorável aos comunistas e cremos que entre as classes trabalhadoras os comunistas não estão nada mal. Doutra forma não seriam tão utilizados tantos processos, que não estão nada conformes com os processos democráticos, para diminuirem, enfraquecerem, dividirem as organizações operárias, as organizações populares onde os comunistas têm uma forte influência. A senhora jornalista falou em clima social mas certamente se referia a grupos terroristas. Não, o povo de Lisboa não faz mal aos comunistas mas, quando foi da Festa do "Avante!" houve alguém que lá foi pôr uma bomba...

Naturalmente tomaremos as medidas necessárias para garantir a segurança dos nossos militantes, do nosso Congresso, dos nossos convidados. E a própria senhora jornalista na sua pergunta apontou duas direcções fundamentais dessas medidas – a obrigação das autoridades e as nossas próprias medidas através dos nossos camaradas, das nossas organizações, para defender o nosso Congresso e os nossos convidados. Consideramos com seriedade esse problema, como todos os outros problemas de organização do nosso Partido.

"Se o PCP pensa que toda a sua estratégia definida ao longo do processo revolucionário foi sempre correcta" – era a preocupação de um jornalista nacional.

– Como é sabido, nos últimos tempos, sobretudo há umas semanas atrás, falou-se muito em "revolução" dentro do Partido Comunista Português e, como se sabe também, havia uma campanha dizendo que o Partido Comunista Português precisa de se transformar, "precisa de ser um partido à maneira ocidental". Quem diz isto, naturalmente, não são os trabalhadores portugueses; quem diz isto são partidos da direita e partidos de tendência social-democrata. Muitos pensaram em transformações que iriam verificar-se no nosso Congresso. Em relação à orientação do nosso Partido creio que seria muito útil que as forças políticas portuguesas pensassem um pouco nos seus objectivos de há uns anos, de há três anos, e na nossa presente realidade portuguesa. E confrontassem os seus objectivos políticos e a realidade em que hoje vivem.

Álvaro Cunhal respondendo às perguntas dos jornalistas

UM PROGRAMA CONFIRMADO PELA VIDA

O nosso Partido, já que se fala em Congresso, no seu último Congresso ordinário, realizado em 1965, aprovou o seu Programa. O Programa é acessível a quem o quiser ler e poder ler-se nesse Programa que o Partido Comunista ligava a derrota do fascismo à liquidação do poder económico das classes que detinham o poder. E ligávamos à liquidação do regime fascista, a liquidação dos grupos monopolistas e dos latifúndios. Olhemos a realidade neste Portugal – nós não temos razões para estarmos pouco satisfeitos no que respeita à prespectiva fundamental da nossa luta e dos resultados fundamentais quanto ao poder económico obtido pela liquidação dos monopólios e latifúndios. Hoje vivemos num Portugal agitado, difícil, complicado e ainda incerto. Mas creio que não há nenhuma força política hoje responsável que não veja que a perspectiva é o socialismo.

No fundamental, a linha estratégica do Partido Comunista foi confirmada pela vida. Isto não quer dizer que o Partido tenha sempre acertado. Eu retenho a própria palavra "sempre" da própria pergunta do senhor jornalista. Não há nenhum partido, nenhuma força política, que nunca cometa erros. Tentaremos aprender com toda a nossa experiência de luta, corrigiremos o que haja a corrigir, mas sem dúvida que este nosso Congresso será um Congresso da confirmação da justeza da orientação política do Partido Comunista.

Um representante de "O Jornal" estranhou a "ausência" de referências nas Teses e no Relatório, da "participação do PCP na FUR"

Álvaro Cunhal afirmou que seria impossível a pergunta vir de quem tivesse lido completamente o Relatório, já que referências à FUR são aí feitas. E disse mais:

– No que respeita à FUR, quero dizer desde já que o Partido nunca foi membro da FUR, se se tem em conta que a FUR foi uma frente de partidos e organizações. O Partido Comunista Português pertenceu a um secretariado provisório que tinha como missão fundamental estudar as possibilidades da formação de uma frente de forças de esquerda mas que, logo a seguir, de forma um tanto abusiva, apareceu publicamente como uma frente já formada. Como se sabe, poucos dias depois de formado esse secretariado provisório, o Partido Comunista saiu desse secretariado provisório. É interessante lembrar neste momento porquê. A razão fundamental foi porque o Partido Comunista Português, em 20 de Agosto de 1975, propôs uma conferência de forças diversas para estudarem a crise política. Nós propunhamos que participassem nessa conferência as três tendências que foram consideradas no Movimento das Forças Armadas – Esquerda Militar, Copcon, "Nove" –, o Partido Comunista, o Partido Socialista e os grupos que pertenciam a esse secretariado. Mas bastou o Partido Comunista propor a presença numa conferência do Partido Socialista e do grupo dos "Nove", para que esses grupos radicais, esquerdistas e aventureiros terem acusado o Partido Comunista de estar a trair a Revolução. Poucos dias depois da formação do secretariado provisório tornou-se completamente impossível uma cooperação com um mínimo de responsabilidade.

No que respeita a estas tendências que se manifestavam são tratadas no documento do Comité Central.

– Quais os aspectos autocríticos da actuação do PCP – foi a pergunta de uma correspondente de um jornal estrangeiro. O nosso camarada responderia pedindo que tivessem a paciência de esperar só mais três dias. O Congresso por si responderia. Mas adiantou que as Teses já referiam alguns desses aspectos, nomeadamente no que respeita às relações com aliados, às forças consagradas aos sectores do campesinato do Norte, à análise da situação militar e ainda outros aspectos que as Teses mostram.

Seguidamente, o mesmo jornalista que abordara a questão dos convites a organizações para o Congresso, voltou a perguntar se os GDUPs estariam ou não presentes e, se não estavam, porque razão tinham declinado o convite.

É uma grande virtude dos jornalistas voltarem à carga – **sorriu o Secretário-Geral do PCP.** – Eu referi a lista das organizações que tínhamos convidado e que responderam favoravelmente; não referimos aquelas que tínhamos convocado e que por uma razão ou por outra não tinham respondido. Mas a questão do senhor jornalista contém já uma interpretação do silêncio: "se os GDUPs não reponderam negativamente."

Para cortar qualquer especulação e não por que vá depois responder a todas as perguntas que sejam feitas em relação a todas as organizações, quero esclarecer desde já que o Partido Comunista Português não convidou os GDUPs para o seu Congresso.

E, com esta nota levemente irónica, terminou a Conferência.

DOMINGO 14 DE NOVEMBRO

NO COMÍCIO DE ENCERRAMENTO DO VIII CONGRESSO DO PCP NO CAMPO PEQUENO

☆

GRANDIOSA BANCA DAS edições Avante!

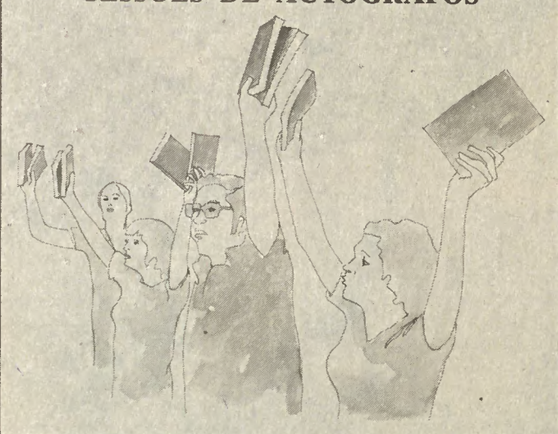
☆

PRESENTES AS ÚLTIMAS NOVIDADES

A Revolução Portuguesa, de *Álvaro Cunhal* ● **Sindicatos e Acção Sindical,** de *Albano Lima* ● **O Outubro Vermelho de 1917,** da colecção ABC do Marxismo-Leninismo

☆

SESSÕES DE AUTÓGRAFOS



Durante o mês de Outubro a tiragem média do «Avante!» foi de 78 112 exemplares.

«AVANTE!» DIÁRIO DURANTE O CONGRESSO

O VIII Congresso do PCP constitui um acontecimento histórico na vida do Partido e de grande significado na etapa actual da construção da democracia no nosso país.

Nos trabalhos de preparação do Congresso participaram dezenas e dezenas de milhares de comunistas. Também o «Avante!» procurou, dentro dos meios ao seu dispor, colaborar nessa preparação, através do debate nestas páginas de alguns dos principais problemas do processo revolucionário e de aspectos relacionados com a vida e a orientação do PCP — sem o qual e muito menos contra o qual não é possível a construção duma democracia rumo ao socialismo.

Agora, o Congresso aí está. E o «Avante!» continuará a estar presente!

A partir de amanhã e até à próxima segunda-feira, em edições diárias, o órgão central do PCP acompanhará de perto o grande acontecimento, correspondendo assim ao interesse das amplas massas populares por esta jornada inesquecível.

Com a Democracia para o Socialismo

NÃO HÁ PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA SEM TEORIA REVOLUCIONÁRIA

No dia em que o Comité Central anunciou que iria realizar-se o VIII Congresso do Partido, no dia em que através das suas organizações os milhares de militantes do Partido disso tiveram conhecimento, no dia em que o "Avante!" levou a notícia a tantos camaradas, simpatizantes e amigos do Partido, nesse dia não foram só os comunistas que acolheram com agrado essa notícia.

O VIII Congresso do Partido Comunista Português será um importante acontecimento, não só para o nosso Partido mas para o nosso povo — refere uma nota da SIP, que diz mais adiante:

Realiza-se o VIII Congresso do PCP num momento marcado politicamente por novas tentativas de desestabilização desencadeadas pela reacção a vários níveis, mas também por uma nova e poderosa afirmação de vitalidade do movimento popular, por uma vaga de fundo reveladora dos sentimentos unitários, da disposição combativa, da maturidade política dos trabalhadores portugueses, da sua firme determinação de encontrarem e pôrem em prática as soluções para os grandes problemas nacionais.

E ainda:

O VIII Congresso do PCP será uma nova afirmação da contribuição dos comunistas e da sua capacidade para a resolução dos grandes problemas nacionais, da sua dedicação aos interesses do povo e do país.

ANALISAR AS EXPERIÊNCIAS

Deste modo muitos foram aqueles que aguardaram com esperança a chegada do dia de hoje em que abre este Congresso. Com esperança, a classe operária, os trabalhadores, o povo. Com receio, os poucos que tudo fazem para inverter o processo que nos conduziu à institucionalização de uma democracia duramente conquistada. A reflexão colectiva dos comunistas sobre os problemas da evolução política portuguesa interessa finalmente a todos os portugueses e transcende mesmo as fronteiras da nossa pátria.

Fazer a análise do passado, apontar o caminho do futuro é o objectivo dessa reflexão colectiva que começou em todas as organizações do Partido, empenhando milhares e milhares de militantes, em reuniões e Assembleias, e o Congresso irá concluir o amplo debate realizado democráticamente, de onde saíram cerca de 5000 propostas de emendas às Teses propostas pelo Comité Central, e que atestam a firme disposição dos comunistas de contribuir da forma mais consciente e responsável, para a definição e concretização da linha do Partido, com a experiência adquirida no seu trabalho, na sua actividade política e na luta ao longo de dois anos e meio da revolução portuguesa.

O "Avante!" procurou dar uma ideia, que ficou muito aquém da realidade, da riqueza dos debates havidos nas organizações por todo o país. Células de empresa, sectores profissionais, organizações de freguesia e de concelho, em reuniões e assembleias, durante poucas semanas, mobilizaram a atenção dos camaradas que estudaram as Teses e propuseram emendas que revelaram as mais das vezes um grau de consciência política muito elevado e a preocupação não só de contribuir com o conhecimento da actividade prática com que o militante transforma a realidade todos os dias, mas também de esclarecer dúvidas sobre problemas a que não estão directamente ligados.

Preparar o Congresso foi isto. E foi mais.

A semana passada podíamos ler no editorial do "Avante!":

O trabalho efectuado e aquele que preencherá os dias que ainda faltam até à realização do Congresso constitui desde já um importante património para o trabalho de todas as organizações do Partido e um património que é necessário desenvolver e alargar.

As discussões efectuadas, as dúvidas esclarecidas, os problemas levantados, as propostas apresentadas são elementos preciosos para o desenvolvimento e alargamento do trabalho político e de organização.

A discussão das Teses do Congresso permitiu em muitos casos fazer um ponto rigoroso da situação de cada organismo, deu novos elementos para o conhecimento dos quadros e proporcionou ricas pistas de acção concreta em vários sectores de actividade.

Com efeito, se o Congresso é um balanço para o conjunto do Partido, uma assembleia de célula ou de outra organização partidária é também um balanço da actividade desenvolvida até lá e a contribuição de cada militante e de cada organismo para o Congresso de todo o Partido não fica um momento que seja desligada da realidade do seu âmbito. E é por isso que o mesmo editorial refere a finalizar:

A análise efectuada nas Teses propostas pelo Comité Central constitui na verdade — e esta constatação é unânime — a síntese de uma orientação que dia a dia tem sido criada e aplicada pelo Partido no seu conjunto.

O camarada Joaquim Gomes no uso da palavra durante uma reunião preparatória em Alpiarça

O camarada Ângelo Veloso presidindo a uma reunião em Campanhã para discussão das Teses e eleição de delegados

O QUE FOI PRECISO PARA O CONGRESSO

Esta manhã, a FIL abre as portas aos milhares de delegados e convidados, nacionais e estrangeiros, que a partir de hoje participam nos trabalhos do VIII Congresso do Partido Comunista Português.

Na Junqueira, onde se situam as instalações da Feira Internacional de Lisboa, recentemente utilizada para a grandiosa iniciativa que foi a Festa do «Avante!», o movimento desusado dos últimos dias vai ganhar uma intensidade fora do normal, justificada pela chegada constante, tanto das delegações nacionais e estrangeiras, convidadas a assistirem ao Congresso, como os delegados eleitos em todas as regiões do continente e ilhas e ainda dos milhares de convidados presentes.

A somar a esta multidão, representantes das dezenas de órgãos de Informação (imprensa, rádio e televisão, de Portugal e do estrangeiro) bem como as centenas de camaradas empenhados nos serviços de apoio, que vão desde a tradução simultânea dos discursos até à limpeza diária do pavilhões no decorrer dos quatro dias que vai durar o Congresso.

O ruído dos pregos a serem martelados, o barulho metálico dos tubos de aço a serem montados nas estruturas que suportam as bancadas e o estrado, o movimento e a azáfama que inundaram os pavilhões da FIL nos últimos dias que antecederam o Congresso serão hoje substituídos pelas intervenções dos delegados e dos membros da direcção do PCP, pela actividade dos representantes da Informação, pelo trabalho dos dactilógrafos e de todos os que durante estes quatro dias prestarão o seu contributo na realização do Congresso. Mas, para tornar isto possível o que foi preciso?

A SALA DO CONGRESSO

A nave central, devido às suas dimensões, foi escolhida para ser a sala do Congresso onde todos os delegados e convidados participarão e assistirão aos trabalhos.

Quando ali estivemos ainda os trabalhos decorriam para a construção das bancadas e do estrado. Pintavam-se paredes, tubos metálicos eram transportados às costas. No centro da sala alinhavam-se as mesas para os delegados. Em resumo, a grande nave ganhava a configuração que tem hoje.

Assim, na galeria superior do lado esquerdo começava a erguer-se a bancada destinada às delegações dos partidos irmãos e de outros partidos estrangeiros. Na galeria do lado direito já estava concluída a bancada para as delegações portuguesas convidadas, nomeadamente o Conselho da Revolução, organizações sindicais, partidos e organizações democráticas.

Na galeria superior do lado esquerdo, próximo da mesa do Congresso, funcionam três gabinetes de tradução simultânea, respectivamente em inglês, francês e russo, e que se destinam a assegurar aos convidados estrangeiros a compreensão de todas as intervenções e discursos proferidos.

Todo o restante espaço é dedicado aos delegados, aos convidados e à Informação. Esta última, para facilidade de trabalho, encontra-se junto à mesa do Congresso, na bancada térrea do lado direito.

Sem dúvida que a maior parte do espaço é dedicado aos convidados, mas também, o seu elevado número (cerca de 5000) assim o justifica. Deste modo, no varandim superior junto à porta de entrada ergue-se uma bancada que se prolonga até ao chão da nave. A partir daí o piso está guarnecido com estrados onde se alinham as cadeiras para os convidados. O restante da superfície da nave central até à mesa do Congresso destina-se aos delegados eleitos, que ocupam mesas de cinco lugares.

«VIM DAR UMA AJUDA»

Vim dar uma ajuda! — disse-nos um camarada que passava ajoujado com duas latas de tinta. Umas calças velhas e uma camisola coçada, vestidas para o efeito, apresentavam os resultados da sua actividade naqueles dias.

Vim dar uma ajuda — repetiu — **porque sei que é preciso a colaboração de todos. Aproveito as manhãs, em que estou livre, e aqui estou a pintar, a varrer ou a fazer outros trabalhos que são precisos.**

Como ele dezenas de camaradas ali compareceram todos os dias correspondendo ao apelo lançado pelo Partido para que dessem o seu trabalho voluntário na preparação das instalações do Congresso.

Entretanto, mesmo nos poucos momentos consumidos na nossa conversa, a sala ia ganhando uma nova fisionomia. Atrás do palco uma estrutura metálica foi erguida, da qual pendia o pano de fundo. Ao centro, o dístico do VIII Congresso, ladeado por dois panos vermelhos. Da Festa do «Avante!» manteve-se a decoração que ornamentou o tecto da nave central da FIL.

A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

No meio das marteladas e dos ruídos de toda a ordem que enchiam a FIL, o camarada Almeida Santos, um dos responsáveis pela implantação, ou seja pela construção de todas as estruturas que tornam viáveis a realização dos trabalhos de cerca de 1250 delegados, apontou-nos alguns números do que fora necessário para os quatro dias do Congresso. Começando pelas mesas, declarou:

Foram feitas 272 para delegados, vinte para dactilografia, 10 para compilação de documentos, 17 para o serviço de pré-pagamento nos bares e restaurantes e 10 mesas diversas.

E prosseguiu:

Montaram-se 22 escritórios com a área total de 750 metros quadrados. Construiu-se cerca de 250 metros de balcão para os bares e refeitórios. Só em estrados foram utilizadas cinco toneladas de madeira e as pinturas abrangeram perto de mil metros quadrados de parede.

O exemplo recente da Festa do «Avante!» levou-nos a ter em conta o problema das instalações sanitárias, de que a FIL está mal servida. Deste modo, construímos um lavabo para cerca de cinquenta pessoas.

A realização do Congresso obriga, como as palavras do camarada Almeida Santos revelam, a todo um trabalho de organização, onde não se podem ignorar pequenos pormenores, que na concentração de milhares de pessoas ganham proporções gigantescas. Tudo é preciso prever, desde a instalação sonora até à alimentação.

TAMBÉM SE COME NO CONGRESSO

E por falar em alimentação! No recinto do Congresso, cujas sessões duram todo o dia, o problema das refeições não podia ficar esquecido. Atendendo aos milhares de pessoas presentes e sendo quase impossível que os restaurantes dos arredores pudessem servir rápida e eficientemente toda aquela multidão, instalações para o efeito estão espalhadas por diversas zonas da FIL.

A opção pela diversificação das instalações dos bares e refeitórios em vez da sua centralização, procura favorecer a rapidez e operacionalidade do serviço de refeições. Assim, enquanto o restaurante da FIL se destina a ser utilizado pelas delegações estrangeiras, no pavilhão onde recentemente estava o «stand» da Reforma Agrária funciona um grande refeitório com capacidade para fornecer duas mil refeições, do tipo das que são servidas nos aviões, ou seja a cada comensal é entregue um tabuleiro onde já vem completo o almoço. No local existem grandes mesas corridas, onde se pode comer de pé.

Um grande bar com capacidade para 6000 pessoas (no recinto onde funcionou anteriormente a Tômbola) fornece bebidas, sandes e café. Seis máquinas de café de pressão e outras tantas de saco erguiam-se em cima dos balcões. Aí funcionará o serviço de pré-pagamento, com 17 caixas, permitindo assim o rápido descongestionamento de todos os que pretendam fazer refeições ligeiras e que após pagarem o que desejam apenas têm de o ir buscar aos balcões.

Outros bares mais reduzidos funcionam por todo o Congresso, geralmente destinados aos camaradas que estão nos serviços de apoio. Também as delegações nacionais convidadas dispõem de um bar situado no andar superior da nave central por detrás do pano de fundo.

CIRCUITO INTERNO DE TELEVISÃO

Cerca de 20 receptores de televisão, espalhados pelos mais diferentes locais da FIL, mostram ininterruptamente o que se está a passar na sala do Congresso. Aí, três câmaras fazem a cobertura dos trabalhos enquanto que uma quarta, trabalhando no sistema de *video-tape*, assegura o trabalho de reportagem.

À hora do almoço está previsto a transmissão de um curto tele-noticiário sobre os acontecimentos do Congresso. A equipa que assegura esta tarefa e que conta com a participação de cerca de 15 camaradas (técnicos de som e de imagem, redactores e locutores) propõe-se ainda prestar todo o apoio às equipas de televisão e cinema tanto nacionais como estrangeiras que assistam ao Congresso. O estúdio (que quando visitámos acabava de ser lavado por um grupo de jovens) funciona no local onde na Festa do «Avante!» esteve a cervejaria do Algarve.

E já que falámos na televisão, passemos à Imprensa. Entretanto, e prevendo a necessidade dos jornalistas contactarem com os respectivos órgãos de Informação estão a funcionar 15 telefones e um telex, situados ao fundo do pavilhão à direita da porta principal da FIL. Ainda nesse local existe um serviço de recepção e apoio aos profissionais da Informação e um pequeno bar, bem como um «stand» das Edições «Avante!» que durante o Congresso apresentará algumas novidades do seu trabalho editorial.

Poucos dias antes do Congresso tinham já sido passadas credenciais a mais de 180 representantes de 52 órgãos de Informação.

Entretanto, a sala de cinema da FIL funcionará como local de reunião para as conferências de Imprensa, procedendo-se aí igualmente à projecção de filmes sobre a Revolução portuguesa, a Reforma Agrária, a vida do Partido e ainda outros assuntos e que se destinam especialmente aos jornalistas estrangeiros.

UM BATALHÃO DE MÁQUINAS E DE PESSOAS

Está prevista a impressão de mais de um milhão de folhas de papel durante o Congresso, nas dez duplicadoras e duas máquinas de «off-set» ali instaladas e que reproduzirão os mais diversos textos relacionados com os trabalhos que decorrem. Cinquenta máquinas de escrever asseguram o serviço de dactilografia. Para os serviços de apoio ao secreteriado do Congresso mais de duzentos camaradas, a trabalharem em turnos aproximadamente de oitenta, darão a sua contribuição.

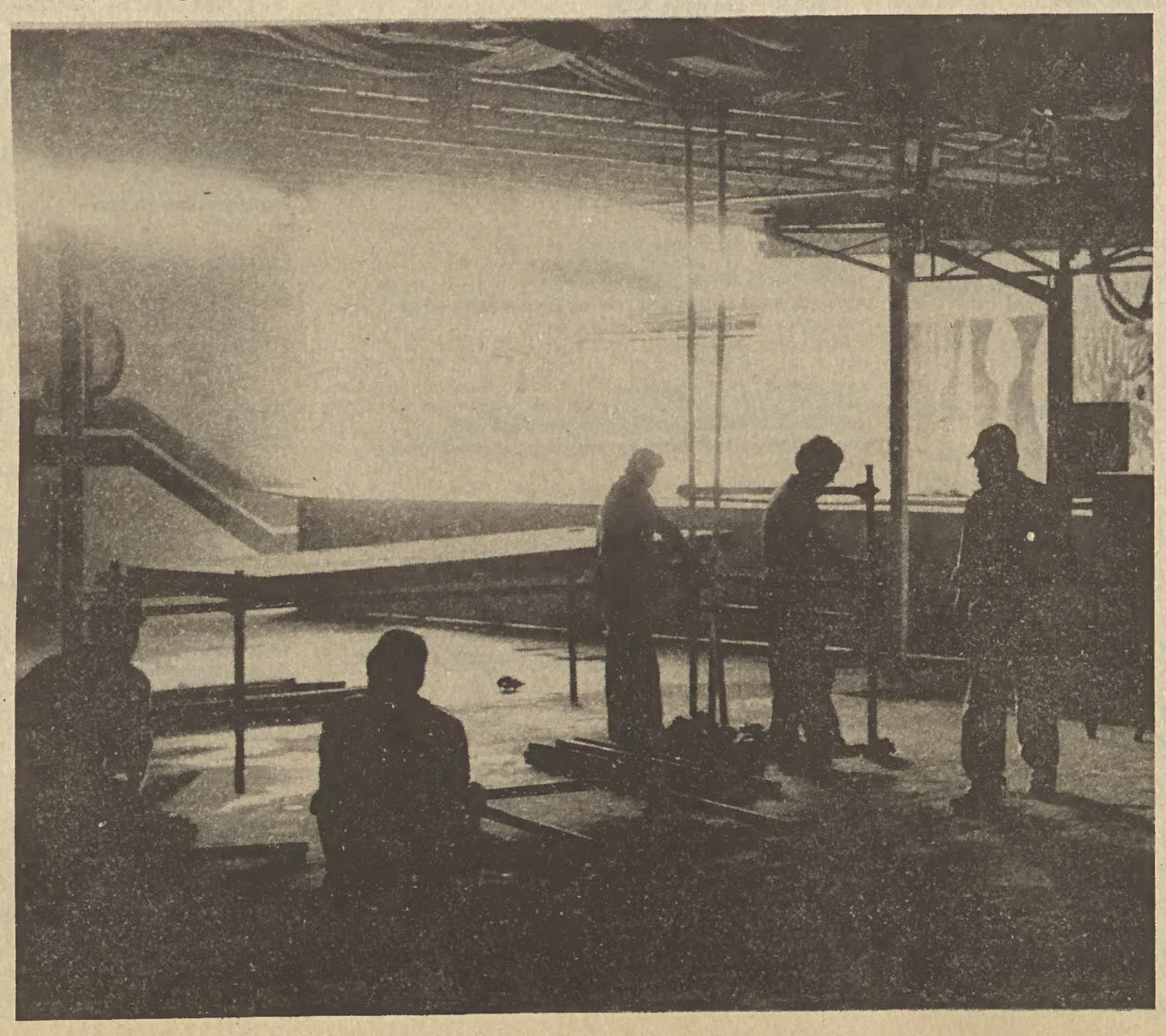
Também no serviço de apoio às delegações estrangeiras estão cerca de 150 camaradas, distribuídos pelas seguintes equipas: acompanhantes-intérpretes; tradução escrita; tradução simultânea; dactilografia e transportes e alojamento. No respeitante à tradução simultânea trabalham 18 camaradas que durante todo o Congresso traduzirão para inglês, francês e russo as intervenções dos delegados.

A presença de 60 delegações com mais de uma centena de representantes tem assim assegurado o contacto com a realidade do VIII Congresso do Partido Comunista Português.

A LIMPEZA DAS SALAS

Ao fim de um dia de trabalho decerto que as instalações ficarão sujas, mas uma equipa de cinquenta camaradas ocupar-se-á, todas as noites, da respectiva limpeza. É essa a sua tarefa. Após os últimos convidados terem abandonado a FIL, agarrados aos baldes e às vassouras os camaradas da limpeza irão arrumar e limpar as diversas salas para que no dia seguinte o trabalho continue. Esquecidos na noite o seu trabalho não deixa, por isso, de ser menos importante.

Visão incompleta de todo o trabalho realizado para o Congresso que hoje se inicia, pois muito mais haveria a acrescentar, só foi possível devido ao espírito de sacrifício e participação dos militantes do nosso Partido que não regatearam esforços correspondendo aos apelos para o trabalho voluntário.



Com a Democracia para o Socialismo

DELEGAÇÕES PRESENTES NO CONGRESSO

Conselho da Revolução

Brigadeiro Franco Charais
Capitão de Fragata Victor Grespo
Capitão de Fragata Martins Guerreiro
Tenente Coronel Ribeiro Cardoso
Tenente Coronel Pezarat Correia
Major Victor Alves
Capitão Gorgulho (secretário)

Intersindical Nacional

Carlos Carvalho, Joaquim Pires Moreira, José Luís Judas e Manuel Godinho Tagarroso, membros do Secretariado.

Movimento Democrático Português/CDE

José Tengarrinha, António Galhordas, Goucha Soares e Marques Pinto, membros da Comissão Nacional.

Frente Socialista Popular

Manuel Serra, Paulo Loureiro e Rui Carneiro

Frente Eleitoral Povo Unido

Dina Bastos, Marinela Ramires Coelho, Helena Cidade Moura e Anselmo Aníbal.

Intervenção Socialista

Jorge Sampaio, José Vicente e José Luis Santos Lima, da Comissão Directiva.

Partido Socialista

Salgado Zenha, Jaime Gama, Aires Rodrigues e Catanho de Menezes, membros da Comissão Nacional.

Movimento Social Democrata

José Manuel Nogueira Ramos e Vasco Ribeiro Ferreira, do Secretariado Nacional.

Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais

Júlio Vidal e Eduardo Jacques, membros do Secretariado.

Liga Comunista Internacionalista

João Carlos Cabral Fernandes e António Cunha Brandão.

Juventude Operária Católica

Um dirigente nacional.

Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte

António Araújo e António Sousa Rodrigues, do Secretariado da Direcção do MARN.

Federação dos Sindicatos dos Ferroviários

Etelvina Marques Reis e Gregória Ferreira Vicente.

Federação dos Sindicatos Metalúrgicos

Jorge da Silva Castro Moreira e José Marques Balecho.

Federação dos Sindicatos dos Operários da Indústria de Cerâmica

Aníbal Ferreira Almeida e Armando Fernandes.

União dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Papel Cartonagem e Afins

Joaquim de Jesus Silva e António Alves.

União de Resistentes Antifascistas Portugueses

Ramon Machado de La Féria e João Simões.

• Partidos comunistas dos países socialistas

Partido Comunista da União Soviética

Boris Ponomariov, membro suplente do Bureau Político e secretário do CC; **M. G. Gapurov**, membro do CC do PCUS, Primeiro Secretário do PC da Turqueménia; **V. V. Zagladin**, membro suplente do CC, Primeiro Vice-Chefe do Departamento Internacional do CC do PCUS.

Partido Socialista Unificado da Alemanha

Herman Axen, membro do Bureau Político e Secretário do CC do PSUA; **Johanes Chemnizer**, membro do CC e 1.º Secretário da Direcção Distrital de Neubrandenburg; **Egon Winkelmann**, membro da Comissão Central de Revisão, Chefe-Adjunto do Departamento de Relações Internacionais do CC do PSUA; **Walter Brunner**, funcionário do Departamento de Relações Internacionais do PSUA.

Partido Comunista Búlgaro

Gricher Filipov, membro do Bureau Político e Secretário do CC do PCB; **Dimitar Stanicher**, Chefe do Departamento de Política Externa.

Partido Comunista da Checoslováquia

Dr. Vasil Bilak, membro do Presidium e Secretário do CC do PCCH; **Olorich Klicnik**, membro do CC do PCCH e Primeiro Secretário do Comité do PCCH da cidade de Brno; **Vladimir Janju**, Chefe-Adjunto do Departamento de Política Internacional do CC do PCCH; **Pavol Stulrajter**, membro do Departamento de Política Internacional do CC do PCCH.

Partido do Trabalho da Coreia

Kim Gi Nam, membro do CC do PTC e Director do Órgão Central; **Bae Jung U, Zi Do Ho** e **Kim Man Sik.**

Partido Comunista de Cuba

António Perez Herrero, membro do Secretariado do CC do PCC; **Eloy Valdez**, Chefe da Secção da Europa Ocidental do Departamento de Relações Exteriores do CC do PCC.

Partido Socialista Operário Húngaro

Nemes Dezso, membro da Comissão Política do PSOUH; **Horn Gyula**, Chefe-Adjunto do Departamento Internacional do CC do PSOUH.

Liga dos Comunistas da Jugoslávia

Mirko Popovic, Secretário do Comité Executivo da Presidência do CC da LCJ; **Kiro Hadzivasilev**, membro do CC da LCJ; **Emira Vejzagic**, membro da Secção Internacional do CC da LCJ.

Partido Popular Revolucionário da Mongólia

Namfrai Luvfamravdan, membro do Bureau Político e Presidente da Comissão de Controle do PPRM; **Iufanvandaguin Nangaljav**, membro da Secção Internacional do PPRM.

Partido Operário Unificado Polaco

Josef Tejchma, membro do Bureau Político do POUP; **Adam Baldys**, membro do CC do POUP; **Andrej Suudol**, membro da Secção Internacional do POUP.

Partido Comunista Romeno

Cornel Burtica, Comissário Político Executivo e Secretário do CC do PCR; **Ghizela Vass**, membro do CC e Adjunto-Chefe da Secção Internacional do PCR; **Sor Mosa**, funcionário do CC do PCR.

Partido do Trabalho do Vietnam

Nguem Hin Khien, embaixador na URSS.

• Partidos Comunistas da Europa Capitalista

Partido Comunista Alemão (DKP)

Heinz Lang, membro da Presidência e Secretário da Organização Distrital de Rheinland Wesrfalia; **Gunther Weiss**, Secretário da Comissão Arbitral do DKP.

Partido Comunista da Austria

Hans Kalt, membro do Bureau Político e Chefe de Redacção do Órgão Central.

Partido Comunista da Bélgica

Claude Renard, Vice-Presidente do Partido

Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste

Dietman Ahrens, membro do Bureau Político e Secretário do Partido.

Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL)

Andreas Pantis, Secretário Geral adjunto do AKEL; **Stelios Jacovides**, membro do CC do AKEL.

Partido Comunista da Dinamarca

Anker Schjerning, candidato ao CC e responsável pela Comissão de Paz e Solidariedade.

Partido Comunista de Espanha

Partido Comunista da Finlândia

Clavi Poikolainen, membro do Secretariado do CC; **Kanerva Cederstrom**, membro da Secção Internacional do CC.

Partido Comunista Francês

Mireille Bertrand, membro do Bureau Político do PCF; **Roger Trugnan**, membro da Secção de Política Externa do PCF.

Partido Comunista da Grã-Bretanha

Gerry Cohen, membro do Comité Executivo do CC.

Partido Comunista da Grécia

Nicos Kalunis, 1.º Secretário adjunto do CC; **Athanassis Paparigas**, membro da Secção Internacional

Partido Comunista da Irlanda

Michael O'Riordon, Secretário Geral.

Partido Comunista Italiano

Giancario Pajeta, membro da Direcção do PCI (Bureau Político); **António Montessuro**, membro do CC e Secretário Regional da Liguria do PCI.

Partido Comunista Luxemburguês

Jacqueline Urans, colaboradora do CC.

Partido Comunista da Noruega

Hans J. Kleven, Vice-Presidente do Partido.

Partido Comunista dos Países Baixos

J. Ijisberg, membro do Bureau Político e Chefe da Secção Internacional.

Partido da Esquerda--Os Comunistas da Suécia

Lars Herlitz, membro do CC

Partido Suiço do Trabalho

Armand Magnin, membro do Bureau Político e Secretário do CC

• Partidos Comunistas da América

Partido Comunista da Argentina

Hector Agosti, membro da Direcção do PCA.

Partido Comunista Brasileiro

Luís Carlos Prestes, Secretário-Geral

Partido Comunista do Chile

Orlando Millas, membro do Bureau Político do PCC.

Partido da Vanguarda Popular da Costa Rica

Alberto Vargas, Vice-Secretário Geral do Partido.

Partido Comunista dos Estados Unidos da América

James Jackson, membro do Bureau Político.

Partido do Povo do Panamá

Ruben Dario de Sousa, Secretário-Geral

Partido Comunista Peruano

Ruben Molia Anassa, membro da Comissão Política.

Partido Comunista do Uruguai

Enrique Rodriguez, membro da Comissão Executiva e do Secretariado do CC.

Partido Comunista da Venezuela

Eduardo Mancera Gallegos, membro do Bureau Político e do Secretariado.

Partido Comunista da África do Sul

Yusuf Dadoo, Presidente do Partido Comunista da África do Sul.

Partido Comunista da Austrália

• Partidos Comunistas da Ásia

Partido Comunista da Índia

Jogendra, Sharma, membro do Comité Executivo do CC, Secretário Nacional e Deputado.

Partido Comunista do Japão

Koichi Ohara, responsável das Relações Internacionais; **Choyo Ugai**, membro do CC.

Partido Comunista do Sri-Lanka

Gunavar Dehn, membro do Bureau Político.

• Partidos Comunistas do Médio Oriente

Partido Comunista do Iraque

Bagir Ibrahim, membro do Bureau Político.

Partido Comunista de Israel

Zahi Karkabi, Secretário do CC.

Partido Comunista Libanês

Albert Ibrahim Farhat

Partido Comunista Sírio

Garro, representante do Partido na Revista Internacional.

• Outros partidos e movimentos revolucionários

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Armando Peugonen, membro do CC e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros; **Muradali Mamadussen**, Director da Informação.

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Vasco Cabral, membro do Conselho Superior da Luta e Comissário do Povo para o Planeamento Económico.

Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP)

Organização de Libertação da Palestina

Nimeran Kamedan

Partido Congolês do Trabalho

Marcel Mofoma Okia, Presidente do Comité do Partido em França.

Partido do Congresso da Índia

S. Mahajan, Presidente do Estado do Himachel.

Frente Unida do Yémen

Delegação constituida por três delegados e chefiada por um candidato ao Bureau Político

Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos)

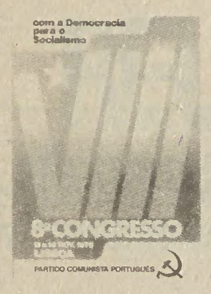
Ismail Ajaoui, membro suplente do Bureau Político e responsável do Departamento Internacional do CC.

Partido Africano da Independência (Senegal)

Donsoko Amat, representante do Partido na Revista Internacional.

Revista Internacional

Constantin Zarodov, director; **V. Stépanov.**



Com a Democracia para o Socialismo

Treze perguntas e treze respostas acerca do VIII Congresso do PCP

O que é o Congresso do PCP?

A forma mais simples de responder a esta pergunta é citar o que dizem os Estatutos do Partido acerca do assunto. Segundo o artigo 19.º, *o Congresso é o órgão supremo do Partido*, e, segundo o artigo 20.º, compete-lhe *apreciar e ratificar os relatórios do Comité Central e adoptar as resoluções correspondentes, aprovar e modificar o Programa e os Estatutos do Partido, estabelecer a linha política do Partido e tomar todas as resoluções respeitantes à orientação política e à organização do Partido que entenda necessárias.*

Para um Partido que apenas há 30 meses saiu de uma longa clandestinidade e que só agora realiza o seu primeiro Congresso ordinário na legalidade é importante fixar os princípios e normas de funcionamento na nova situação.

De uma forma geral, os Partidos Comunistas atribuem muita importância à realização dos seus congressos e o PCP também a dedicou ao que hoje se inicia. Pode mesmo verificar-se que esta importância — seja quanto ao que se diz, seja quanto que efectivamente se faz — é bastante maior do que a atribuída por outros partidos. A que é que se deve esta diferença?

Pode dizer-se que isso se deve a duas ordens de razões.

Por um lado, o Congresso de um partido qualquer é evidentemente a sua manifestação, digamos assim, mais democrática. A importância que um partido concede aos seus congressos está desta forma em íntima ligação com a importância que ele atribui ao seu funcionamento democrático, isto é, à participação de todos os seus membros na acção e definição da política do partido.

É porém necessário ter em conta que este aspecto pode dar origem a uma contradição. Na verdade — exactamente porque pelas próprias características de uma grande reunião, com a participação muito alargada — um Congresso é sempre uma manifestação democrática, de vida democrática de um partido, nos partidos *onde a vida democrática interna não é uma realidade permanente*, os congressos assumem igualmente uma grande importância. Digamos que é a oportunidade que os militantes têm de dizer o que não podem dizer todos os dias...

É claro que isto, acabando por atribuir uma grande importância aos Congressos, acaba por significar que eles a tenham não por serem a cúpula de uma vida democrática, mas exactamente porque são a única excepção democrática a uma prática do dia-a-dia que o não é...

Estes congressos, acabam por ser, não a grande e democrática cúpula de um edifício democrático, mas uma reunião que, pelo facto de não corresponder a uma vida democrática quotidiana, vê as suas próprias características formais de democracia postas em causa.

É claro que tudo isto dá a estes Congressos um aspecto tumultuoso, confuso e tal confusão é apresentada como a verdeira expressão da democracia... Verifica-se que afinal essa confusão resulta do facto, não de haver uma efectiva democracia que permite as pessoas dizerem tudo o que querem, mas sim da grande falta de democracia que leva as pessoas a procurarem os congressos para irem lá dizer tudo o que não podem dizer todos os dias...

Como é evidente, congressos destes, se os outros partidos têm necessidade de os apresentar como muito importantes para salvaguardar a sua face de organizações democráticas, transformam-se frequentemente num quebra-cabeças. **Daí que dando-lhes importância por um lado, nunca lhes possam atribuir a real importância de grande realização democrática que lhes atribuem os Partidos Comunistas onde eles são de facto a maior e mais democrática manifestação de uma prática democrática que é respeitada todos os dias e todos os dias posta em prática e que constitui a base do funcionamento de todos os Partidos de vanguarda da classe operária.**

A segunda ordem de razões que é necessário considerar é que há uma grande diferença sob o ponto de vista teórico entre os Partidos Comunistas e os outros partidos. Os partidos marxistas-leninistas guiam-se na sua acção por uma doutrina científica — o marxismo-leninismo — que diariamente estudam e aplicam. A sua acção não é guiada pela simples definição de interesses, pela subordinação dos princípios e objectivos à opinião de um dirigente mais destacado ou à acção deste ou daquele grupo.

Como afirma Lénine, *não há prática revolucionária sem teoria revolucionária* e o trabalho teórico é tão importante para os comunistas como o é o seu trabalho, a sua acção prática. O **estudo**, a **análise** tem para os comunistas todas as exigências que decorrem do facto de a sua acção ser guiada por uma **ciência** e não se lida com uma ciência como se lida com um punhado de ideias gerais ou de "slogans" políticos.

Os Congressos dos Partidos Comunistas correspondem à necessidade — válida para todas as ciências — de, após um período de realizações, fazer um ponto da situação, verificar se a prática confirmou ou desmentiu as análises prévias que se fizeram, verificar porquê, tirar conclusões, realizar nova análise da nova situação, definir novos objectivos e meios de o conseguir, analisar as experiências alheias, enfim, fazer uma **análise científica.**

É evidente que não é apenas nos quatro dias do Congresso propriamente dito que tal trabalho se vai fazer — e essa é outra das razões porque os nossos Congressos são diferentes. Tal como a prática democrática não começa nos Congressos e não acaba nos seus encerramentos, também o trabalho teórico não começa e acaba com eles. Ele é permanente, mas os Congressos assinalam e determinam um período de intenso trabalho ideológico de todo o Partido, realizado sobre questões e materiais concretas (no caso presente, as Teses e o Relatório do CC) e que determinam a todos os níveis da organização um esforço de análise e definição que é muito importante para o êxito da nossa acção também a todos os níveis.

Este esforço permite **chegar a conclusões**, sistematizar com grande exactidão o que se fez e o que se fará. E porque essa análise é científica, e é fruto de um trabalho teórico científico, mesmo para os que não são comunistas e até para os inimigos, ele assume uma importância muito grande. Os resultados dos Congressos dos Partidos Comunistas não são apenas mais um incidente da vida mais ou menos atribulada de uma organização política, mas a definição exacta de uma realidade e a definição de um programa de acção que, porque se baseia na análise concreta das situações concretas, se transforma ele próprio numa realidade concreta que é necessário ter em conta.

Quem é que participa nos Congressos do Partido?

Os Estatutos determinam que as formas de representação ao Congresso são definidas pelo Comité Central. Este facto deve-se a que é naturalmente diferente, sob o ponto de vista técnico, fazer um Congresso de um Partido com 10000 militantes ou com 115000!

Para o VIII Congresso, foram eleitos por todas as organizações do Partido delegados, dentro do princípio de um delegado por cada cem militantes. Assim, por exemplo, uma célula com 100 militantes elegeu um delegado, uma organização com 500 militantes elegeu 5 delegados.

O número de delegados ultrapassa portanto os 1200.

Alguns dos delegados participarão no Congresso em virtude das funções que desempenham. Estão neste caso os membros do Comité Central e, entre outros, os actuais membros das Direcções das Organizações Regionais e de outros organismos com importância comparável. No total, estes delegados pouco ultrapassarão a centena, não chegando por isso a ultrapassar 10% dos delegados, dos quais assim, mais de 90% serão democraticamente eleitos pelas bases do Partido.

Já se sabe quem vai falar no Congresso?

Naturalmente que, integralmente, não se sabe. Isso dependerá das inscrições que os delegados fizerem para intervirem, conforme as indicações e mandatos que trouxeram das organizações que os elegeram.

Em todo caso, há intervenções que fazem parte da própria estrutura dos trabalhos do Congresso. Assim, o camarada Álvaro Cunhal, na sua qualidade de secretário-geral, falará sobre o Relatório da Actividade do Comité Central e outros camaradas da direcção do Partido apresentarão intervenções sobre os sectores da sua competência, intervenções essas que se destinam a completar o panorama dos temas a debater.

Que é que fazem os delegados no Congresso? Podem falar? Podem votar?

Os delegados ao Congresso participam integralmente em todos os trabalhos do Congresso. Podem inscrever-se para intervir, seja falando, seja apresentando moções ou outros documentos e participando em todas as votações que se realizarem de acordo com o que o próprio Congresso deliberar.

Porque é que há um número tão elevado de convidados? Os convidados podem intervir nos debates?

Como é lógico, há diferentes tipos de convidados. Em primeiro lugar, temos as representações dos partidos irmãos e de outras organizações democráticas portuguesas e estrangeiras. A sua presença, se por um lado é uma natural expressão dos laços de fraternidade e amizade que ligam os comunistas portugueses a muitos milhares de companheiros que em todo o Mundo lutam pela causa da libertação e da felicidade da Humanidade, corresponde igualmente ao interesse na troca de experiências, no conhecimento da experiência do nosso Partido e de um maior conhecimento do que são e do que fazem os comunistas portugueses.

Quer a fraternidade e amizade que assim se expressa, quer os frutos que sempre advêm de um maior contacto (e nós comunistas nada temos a ocultar, a vida ensina-nos que nada melhor do que conhecer-nos para que as calúnias e os equívocos desapareçam ou se desmascarem) concedem uma grande importância à presença dos convidados que calorosamente acolhemos.

Haverá também convidados militantes do Partido. A sua presença deve-se a que, embora a operatividade dos trabalhos do Congresso aconselhasse um número determinado de delegados, é importante que o maior número de militantes do PCP tenha oportunidade de assistir ao Congresso. O facto de se tratar do primeiro Congresso normal realizado na legalidade mais reforça esta necessidade.

Para além disso, e dentro da mesma linha que leva o nosso Partido ao nível da sua direcção a convidar outros Partidos e outras organizações, ao nível local, das empresas, dos núcleos, dos bairros, as organizações do Partido manifestaram também interesse em poderem trazer ao Congresso homens e mulheres que, não sendo militantes do PCP, desejam conhecê-lo melhor. Também aqui as portas do nosso Congresso se abriram e fraternalmente desejamos as boas-vindas aos milhares de portugueses que querem, num melhor conhecimento da nossa vida e da nossa luta, fortalecer os laços e as bases da unidade por que os comunistas intransigentemente se batem.

Quanto à participação nos debates, ela é naturalmente reservada aos delegados ao Congresso. Isto não significa, porém, que alguns dos convidados (nomeadamente os que representam partidos irmãos e organizações aos quais nos ligam profundos laços de solidariedade e amizade) não tenham oportunidade no Congresso de transmitirem aos comunistas portugueses as mensagens que os seus Partidos os encarregaram de nos trazer.

Porque é que o Congresso se reúne agora?

Segundo os Estatutos do Partido, o Congresso realiza-se com intervalos máximos de três anos, salvo circunstâncias excepcionais.

Como é natural, as condições de clandestinidade em que o nosso Partido viveu durante o fascismo eram *circunstâncias excepcionais* e por isso, os Congressos anteriores do PCP não puderam respeitar aqueles períodos de reunião. Organizar um Congresso, reunir num mesmo local numerosos camaradas e, naturalmente, entre eles os mais responsáveis, numa mesma altura, sob a vigilância feroz da PIDE era tarefa muito difícil e houve que encontrar soluções que permitissem resolver os problemas normalmente resolvidos pelos Congressos de formas mais seguras.

Depois do 25 de Abril, tornou-se necessário reunir o Congresso, dado que havia resoluções importantes a tomar, especialmente as que diziam respeito à legalização do Partido e a algumas alterações no programa e nos Estatutos que eram fruto do próprio desaparecimento da ditadura fascista. Os Estatutos do Partido, — que haviam sido aprovados pelo VI Congresso, reunido em 1965 — incluiam alguns aspectos que eram resultado dos condicionamentos da clandestinidade, passando o Partido a viver na legalidade, e tornando-se necessário apresentar legalmente os Estatutos, havia logicamente que fazer algumas modificações. O mesmo se passava com respeito ao Programa, onde havia que ajustar a formulação não só de alguns objectivos que já tinham sido atingidos, como também apontar novas etapas que as novas condições de liberdade tornavam possíveis e necessários.

Por isso, tornando-se necessário fazer alterações, tornou-se necessário reunir o VII Congresso.

Contudo, era manifestamente difícil, nas condições de há dois anos, realizar um Congresso que pudesse corresponder a tudo aquilo que é um congresso de um Partido Comunista. Foi por isso que o VII Congresso foi chamado de Extraordinário.

Passados dois anos, já estão criadas condições para realizar um Congresso que seja completamente aquilo que os nossos Congressos são.

Além disto, a actividade do Partido requeria que se fizesse o estudo, tirar conclusões de todo o trabalho dos últimos onze anos, que incluem períodos importantíssimos da vida do Povo português e do nosso Partido: os derradeiros anos de luta contra o regime fascista, a vitória sobre ele e todo o processo revolucionário. Além disso, o próprio processo revolucionário, com a promulgação da Constituição, institucionalizando a democracia no nosso País, impunha a análise das tarefas que se colocam aos comunistas na nova situação, à luz da experiência adquirida e das realidades passadas e presentes.

É por tudo isto que o Comité Central convocou para agora o Congresso, tendo ainda em conta, como é lógico, as necessidades de tempo e trabalho para organizar uma iniciativa tão grandiosa.

O que se vai discutir no Congresso?

De uma forma geral, pode dizer-se que o Congresso vai discutir e fazer tudo aquilo que os Estatutos prevêem que discuta e faça um Congresso do Partido!

Mais concretamente — e como indica a Ordem de Trabalhos que publicamos na primeira página do "Avante!" — vamos discutir o relatório apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal e que foi aprovado já pelo Comité Central. Esse relatório contém o essencial do trabalho do nosso Partido durante os últimos onze anos, as análises políticas feitas, as conclusões retiradas, a descrição da nossa actividade, dos seus êxitos, dos seus fracassos, da suas coisas certas e das suas coisas erradas. O facto de ser apresentado pelo Comité Centralnão significa que seja o relatório do que fez apenas o Comité Central: o CC, como direcção do nosso Partido, está em condições de conhecer o conjunto do trabalho do Partido e, é ele, por outro lado, que coordena e orienta o trabalho de todo o Partido. O seu relatório, a exposição que apresenta não é assim apenas a da sua acção enquanto CC, mas do Partido no seu conjunto.

Desse Relatório o Comité Central retirou conclusões, acerca do que foi feito, e acerca do que há a fazer, que estão expostas nas Teses.

As Teses foram discutidas já em todo o Partido e todos os militantes puderam estudar aquelas conclusões e propostas e manifestar-se acerca delas. Os delegados ao Congresso irão assim manifestar a opinião das organizações que representam, seja acerca das Teses e do Relatório no seu conjunto, seja acerca das propostas de modificação entretanto apresentadas.

Por outro lado, e conforme está também na Ordem de Trabalhos, o Congresso vai eleger o Comité Central.

O que é que acontece às propostas de alterações às Teses que foram apresentadas pelas organizações de base antes do Congresso?

Todas essas propostas foram enviadas para a Comissão de Redação do Congresso. Essa Comissão fez um grande trabalho sobre as mais de 5000 sugestões que lhe foram remetidas, no sentido de as organizar: muitas, provenientes de organismos diferentes, eram idênticas, outras exigiram maior desenvolvimento e consultas, etc.

No Congresso serão discutidas não apenas as Teses na sua forma original, tal como o CC as apresentou ao Partido, como também as propostas organizadas pela Comissão de Redação, que serão votadas pelos delegados. Dessas votações, da aprovação ou não dessas propostas de modificação, sairá então a redacção definitiva dos documentos do Congresso.

O alargamento do Comité Central tem significado político?

Tratando-se de uma medida tomada por uma organização política, o alargamento do CC é uma medida política, donde tem fatalmente significado político!

Tal significado advém das próprias condições que o tornaram necessário, ou seja, o fortalecimento do Partido. O alargamento do CC é uma medida politicamente importante uma vez que permitirá ao nosso Partido dispor de uma direcção que continue, como sempre, a corresponder às necessidades de trabalho nas novas condições de trabalho, seja nas realidades criadas pela legalidade, seja em função do crescimento do Partido.

O alargamento do CC tem significado político porque corresponde a uma realidade politicamente muito importante (o crescimento e acção do Partido nas novas condições de luta) e porque contribui para prosseguir este alargamento e fortalecimento.

Contudo, não é a esta realidade que se referem as numeosas especulações que pululam em Portugal e no Estrangeiro... O significado político que tais especulações pretendem atribuir ao alargamento do CC é o de que esse alargamento possa corresponder a uma alteração da linha política do Partido!

A este respeito, a primeira coisa que convém verificar é que tais especulações contêm um profundíssimo significado político! Na verdade, elas demonstram a visão que os órgãos de Informação e políticos que as produzem têm dos fenómenos políticos. Como a sua visão, a dos partidos a que estão ligados e a perspectiva de classe que é a sua é a de que são os dirigentes que fazem a política, é óbvio que quando há uma mudança de dirigentes há uma mudança de política! E, é claro, para haver uma mudança de política também tem que haver uma mudança de dirigentes! E, ainda mais, como as suas políticas, exactamene porque assim empobrecidas, frequentemente falham, frequentemente têm de ser alteradas, donde frequentemente terem de mudar de dirigentes...

Ora a realidade é bem outra. Um Partido Comunista não tem, por um lado, necessidade de andar a fazer permanentes mudanças de política (que na linguagem de tais jornais se chamam "agulhas estratégicas", "viragens", "correcções programáticas", "adequações tácticas", etc, etc...): baseada numa análise científica do Mundo, a política dos partidos comunistas não vive à mercê dos solavancos e sobressaltos saídos de perspectivas apressadas e empíricas ou de jogos de interesses.

Por outro lado, a política dos partidos comunistas não é feita pelos seus dirigentes: é feita quotidianamente por todo o Partido, através de uma intensa vida democrática interna e de uma árdua e dedicada militância. Os dirigentes dos partidos comunistas não são os expoentes de *uma* política, de *uma* orientação que triunfa ou sucumbe conforme eles sobem ou descem na escala hierárquica: os dirigentes comunistas são expoentes *do próprio Partido* e as qualidades que levaram os seus camaradas a escolhê-los como dirigentes são exactamente as de se fundirem com o próprio partido, de pôrem as suas qualidades ao serviço da expressão e da acção do Partido como um todo.

O alargamento do Comité Central não significa que à direcção do PCP "ascendam outras orientações": significa sim que a classe operária, os trabalhadores portugueses, o nosso Partido acompanhou o seu crescimento com o surgimento de quadros e dirigentes que conservam e desenvolvem as características de classe de todos os militantes comunistas.

O facto de se ir eleger no VIII Congresso o Comité Central significa que vai haver alterações na sua composição?

Eleger o Comité Central é, como vimos, uma das funções do Congresso. Quer no Relatório da actividade do Comité Central apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal, quer nas Teses do VIII Congresso, o CC propõe o alargamento do Comité Central.

Dizem nomeadamente as Teses que *o Partido necessita de uma direcção central mais ampla*, o que é lógico, uma vez que ao grande crescimento do Partido tem de corresponder uma direcção que possa acorrer às necessidades de trabalho criadas pelo aumento de tarefas criado pelo aumento de organizações e militantes.

Qualquer militante pode ser eleito para o Comité Central? Mesmo sem ser funcionário do Partido? Mesmo que só se tenha inscrito no Partido depois do 25 de Abril?

O Artigo 10.º dos Estatutos afirma que faz parte dos direitos dos militantes do Partido *eleger e ser eleito para os organismos dirigentes do Partido* (alínea c). E o Artigo 8.º declara que *os deveres e os direitos são iguais para todos os membros do Partido.*

Por conseguinte, qualquer militante pode ser eleito para o CC.

Quanto às duas outras questões, o Artigo 8.º que citámos também responde. Não há qualquer distinção dentro do Partido, seja para o que for entre militantes de antes ou de depois do 25 de Abril e as Teses afirmam mesmo que *o Partido necessita de uma direcção central mais ampla na qual estejam, junto com quadros antigos e experimentados, quadros forjados na acção de massas nos dois anos e meio de revolução.*

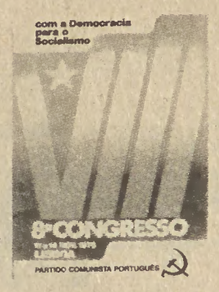
Quanto ao facto de serem ou não funcionários, é necessário ter em conta que o facto de todos os membros actuais do CC serem funcionários do Partido é uma realidade que decorre das duras condições da clandestinidade, que exigiam grandes sacrifícios aos camaradas e requeriam cuidadas condições de defesa. Conquistadas as liberdades, as condições alteraram-se e são ainda as Teses que dão hoje a resposta à pergunta: *como orientação geral para a sua composição futura é de considerar um acentuado alargamento do CC, com funcionários do Partido e com camaradas que, não deixando as suas profissões, continuem em organizações de base e nas frentes de batalha essenciais e decisivas em que têm desempenhado destacado papel.*

Os órgãos de Informação podem assistir ao Congresso?

O PCP convidou numerosos órgãos de Informação e recebeu pedidos de muitos outros igualmente interessados em assistir.

Foram criadas condições para que os jornalistas e outros profissionais da Informação possam assistir aos trabalhos e desenvolver a sua actividade da melhor forma possível.

Há excepção da sessão em que será eleito o Comité Central, todas as sessões do Congresso estão abertas aos órgãos de Informação.



Com a Democracia para o Socialismo

O PCP e as questões do Estado e do poder no processo revolucionário português (III)

(...)

Enquanto não houver um poder com o mínimo de homogeneidade, com um mínimo de capacidade de decisão e de autoridade, um poder unificado, um poder político nas suas duas componentes que continuamos a considerar essenciais, popular e militar, não teremos garantias suficientes de que levaremos à vitória final da Revolução Portuguesa. É uma tarefa de primeira grandeza que temos de resolver e para resolver a qual temos de concentrar muitos esforços, muitas energias em todos os domínios da nossa actividade.

(...)

A não serem rapidamente diminuídas perigosas tensões, a não se dar uma rápida recuperação da dinâmica revolucionária do MFA e dos seus organismos de direcção, a não se afastarem reaccionários de certos pontos-chave, a não se confirmar uma estreita cooperação entre o Governo e o poder militar, persisitirá em suspenso a questão central do poder político e a situação pode continuar a degradar-se. ([45])

A crise aberta, a ofensiva reaccionária e a derrota da esquerda militar

Após o pronunciamento de Tancos e a queda do V Governo, a viragem à direita anuncia-se. No comício realizado no Campo Pequeno o camarada Álvaro Cunhal lembra, mais uma vez, a necessidade de *limpar a máquina do Estado (designadamente as forças militares) dos elementos reaccionários que conspiram intensamente, sabotam, preparam um golpe,* ([46]) ao mesmo tempo que alertava para os saneamentos à esquerda que enfraqueciam o Estado democrático.

Constituído o VI Governo, que o PCP acolheu com reserva, a questão do poder é novamente levantada:

A luta que temos por diante é extremamente complexa dada a profunda crise político-militar que se mantém e se prolonga.

A crise atingiu gravemente os órgãos do poder político (MFA e Governo), e sem se encontrar uma solução para a crise que os órgãos do poder continuam atravessando não se podem resolver os outros graves problemas.

O PCP insiste na urgência de procurar e encontrar uma solução para o problema do poder político. As remodelações que se verificaram no MFA, designadamente nos seus órgãos superiores, e a criação do VI Governo Provisório não conduziram a uma solução da crise em nenhum dos seus aspectos, mas ao seu agravamento. Nem sequer o problema da ordem e da autoridade de que alguns quiseram fazer o problema central. A autoridade do poder é cada vez mais contestada. A repressão poderá impor a ordem e a autoridade, uma ordem e uma autoridade de tipo reaccionário, mas não a ordem democrática, não a autoridade democrática.

Do agravamento da situação posterior às remodelações dos órgãos do poder é necessário tirar as necessárias lições de forma a vencer o impasse.

As divisões e incertezas nos órgãos do poder, a multiplicidade de centros de decisão, a grande instabilidade político-militar, enfraquecem a capacidade de resistência à contra-revolução. A falta de um poder político sólido, autorizado, contando com a confiança do Povo trabalhador, impede a estabilização da situação político-militar e a definição e aplicação duma política que resolva os grandes problemas económicos, sociais e culturais que defrontamos. ([44])

Mas a conspiração reaccionária tivera entretanto condições para atingir muitos dos seus objectivos.

No mês de Agosto, bandos armados praticam 153 acções terroristas, espalham o terror, assaltam, pilham e incendeiam dezenas de Centros de Trabalho do PCP e instauram um poder reaccionário em vastas regiões. ([48])

A divisão do MFA paralisa a componente militar enquanto órgão de poder e o Governo paralisa-se por sua própria iniciativa. Face a um poder político paralisado, a reacção prossegue a sua acção em campo livre, agravando contradições e conflitos que desaguam nas sublevações de 25 de Novembro, em que a esquerda militar sofre grave derrota.

A institucionalização da democracia e o poder constitucional

Com a derrota da esquerda militar, a situação modifica-se substancialmente.

No essencial, o sistema de poder que funcionara até então deixava definitivamente de ter condições para actuar.

Já do anterior, os Governos Provisórios, como expressão ao nível do poder da componente popular do processo revolucionário, se tinham ressentido da sua falta de homogeneidade e dos reflexos da política de direita da cúpula do PS. Por outro lado, e conforme salientara o camarada Álvaro Cunhal, a ligação entre o Governo e os órgãos do poder militar — o MFA — nem sempre fora a mais eficaz e concertada.

As contradições ao nível do Governo tinham mesmo acabado por desempenhar papel importante no desencadear da crise na componente militar e as forças da direita tudo fizeram para usar o seu peso na componente popular para desmantelarem a componente militar (ataques dos partidos reaccionários e dos grupelhos verbalistas ao MFA e ao Conselho da Revolução, ofensiva de Agosto do PS, manipulação de órgãos de imprensa, abandono do PS e do PPD do IV Governo, até à "greve" do VI).

Quando, depois do 25 de Novembro, o MFA sofre violentamente os resultados das suas lutas internas, é não só o MFA como elemento do poder revolucionário que é posto em causa, como igualmente todo o sistema de poder revolucionário que se desequilibra.

A estrutura dos órgãos do poder baseava-se, na verdade, na expressão (embora contraditória e frequentemente inoperante, como salientam as Teses) da aliança entre o movimento popular de massas e o MFA. Afectado profundamente o MFA e o seu papel como órgão de poder revolucionário, o equilíbrio dinâmico já anteriormente precário entre os dois órgãos ficava decisivamente desequilibrado, acrescendo que a própria constituição do Governo Provisório e a sua acção não correspondiam igualmente às necessidades e realidades da situação.

Em 13 de Dezembro, o Comité Central do PCP alerta para os perigos existentes e afirma nomeadamente:

3. A contra-revolução fascista poderá avançar por diversos caminhos.

O perigo do fascismo pode concretizar-se pelo avanço progressivo e pouco espectacular das forças reaccionárias tomando posições cada vez mais fortes no aparelho de Estado (civil e militar)...

(...)

São tarefas imediatas:

a) O combate às actividades contra-revolucionárias, o desmantelamento das organizações terroristas clandestinas como o ELP e o MDLP e a prisão e castigo dos responsáveis por actos de violência.

b) A cessação da vaga de saneamentos à esquerda (no aparelho militar e civil) e das perseguições políticas por motivo ou a pretexto dos acontecimentos de 25 de Novembro.

E referindo-se concretamente às questões do «poder popular»:

5. As Comissões de Moradores, as Assembleias Populares, os Conselhos de Aldeia e outras formas de organização unitária de base têm também um papel importante na democratização da vida nacional.

O CC do PCP chama a atenção para as ilusões idealistas que levaram alguns sectores a ver nestas formas de organização popular os futuros e próximos órgãos do poder de Estado. Chama também a atenção para a teorização verbalista acerca do «poder popular», criando a ilusão da existência de um poder político popular em confronto com o poder militar e governamental. ([49]).

A derrota da esquerda militar saída dos acontecimentos de 25 de Novembro trouxe grandes alterações ao quadro político geral do processo revolucionário.

Face às dissenções surgidas no MFA e à política de alianças que levara alguns sectores progressistas das Forças Armadas a procurarem apoios à direita, as forças reaccionárias — militares e civis — tentaram aproveitar o descalabro da esquerda militar para um assalto geral ao processo revolucionário e a todos os seus defensores.

A rápida compreensão da manobra e da gravidade da situação, quer por parte de forças democráticas (nomeadamente, o PCP), quer por parte de elementos progressistas militares, criou condições para estacar a grande ofensiva contra-revolucionária, mas a situação alterara-se de forma importantíssima.

A ofensiva geral das forças de direita

A situação complexa dos órgãos de poder é efectivamente aproveitada pela direita. Ao nível do Governo, a hegemonia PS/PPD assegura à reacção o assalto ao aparelho de Estado onde funcionários saneados são readmitidos, ao mesmo tempo que se afastam progressistas colocados depois do 25 de Abril. Os conflitos internos ao nível das Forças Armadas geram um vazio de poder que a reacção aproveita para desencadear nova vaga terrorista e reforçar as suas posições nas zonas de maior influência. Politicamente, a situação de um governo que nem correspondia à realidade do movimento popular de massas, nem podia corresponder à aliança povo-MFA dada a situação na componente militar, favorecia igualmente o golpismo institucional dos partidos da direita.

O panorama traçado pelas Teses do período imediatamente seguinte ao 25 de Novembro é de uma grande concisão:

Falhada a tentativa para transformar no imediato a derrota da esquerda militar numa derrota de todas as forças que estão com o processo revolucionário, a reacção procurou por todas as formas impedir a consolidação da situação democrática.

Procurou uma nova desestabilização da situação. Tentou com ignóbeis provocações impor medidas repressivas contra as forças populares revolucionárias. Lançou violentas campanhas contra os militares do MFA nas estruturas do poder. Exigiu a liquidação do Conselho da Revolução. Pôs em causa a Constituição e a sua entrada em vigor, ameaçando com o golpe de Estado e colocou na ordem do dia a reconquista do poder económico e político. Tentou impedir a realização das eleições para a Assembleia da República. (50)

Nesta situação adquiriu extraordinária importância a institucionalização da democracia, mantendo o papel das Forças Armadas do 25 de Abril.

A aprovação urgente da Constituição e a sua entrada em vigor passaram a constituir um factor de primeiro plano para travar os planos golpistas da reacção e para consolidar as liberdades ameaçadas. (50)

Com efeito, na nota da Comissão Política de 8 de Janeiro, acerca da marcação das eleições legislativas para 25 de Abril, *o PCP pronuncia-se, sem equívocos, por um regime democrático escolhido pelo próprio povo* e acrescenta-se que *o PCP é a favor da institucionalização dos órgãos representativos do Estado democrático e defende, consequentemente, a eleição tão pronta quanto possível, de uma Assembleia dos Deputados que desempenhe o fundamental da competência legislativa e discuta, controle e fiscalize os actos do governo.* (51)

Conforme se assinala nas Teses, a aprovação e promulgação da Constituição constituíram uma vitória das forças democráticas. A reacção tudo fez para impedir a aprovação da Lei fundamental e a sua entrada em vigor: não apenas se tratava de utilizar uma situação complexa para prosseguir a ofensiva local contra as forças progressistas, e jogar na desestabilização que proporcionasse o golpe de força contra-revolucionário, como também impedir a promulgação de uma Constituição que *traduz o estádio actual do processo revolucionário, reconhecendo e consagrando as conquistas fundamentais da Revolução, alcançadas pela luta das massas populares aliadas ao MFA.* (52)

No que se refere à estrutura constitucional dos órgãos do poder, afirmam nomeadamente as Teses:

O sistema dos órgãos de poder *no regime democrático actual tem originalidades que correspondem ao processo específico da revolução portuguesa.*

(...)

É positivo que se tenha mantido, ao nível dos órgãos do poder, a intervenção no processo das duas componentes (a popular e a militar) e o MFA como garante da defesa da democracia.

O regime actual, com uma divisão de poderes entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais corresponde mais às necessidades de defesa e consolidação da democracia do que um regime de tipo parlamentar baseado em eleições realizadas em vastas zonas do território nacional nas condições antidemocráticas e de poder local reaccionário que ainda persistem. (53)

A reacção tenta utilizar as estruturas constitucionais e é derrotada nas eleições legislativas

Nas novas condições criadas pela promulgação da Constituição, a questão do poder e do Estado, assumindo embora características diferentes, nada perdeu — naturalmente — da sua relevância.

Para a direita, a reconquista do poder político e económico, como o assinalam as Teses, **estava na ordem do dia.**

A promulgação da Constituição contribuía para impedir no momento a reconquista do poder por via golpista ou violenta que a direita sonhara. A capacidade de resistência do movimento popular, que recuara organizadamente, mantendo intactas todas as suas estruturas essenciais, quebrara também o ímpeto da ofensiva contra-revolucionária em grande escala, ao mesmo tempo que a situação dentro das Forças Armadas se clarificava progressivamente.

Era dentro do novo quadro institucional que a reacção iria agora tentar a sua sorte: tratava-se de chegar ao poder por via legal, ganhando as eleições legislativas, assegurando uma maioria de direita na Assembleia da República que abrisse o caminho a um governo de direita.

Para os resultados eleitorais "legais", os partidos da direita reaccionária contavam igualmente com os efeitos do poder local reaccionário que, à bomba, com bandos de caceteiros e marginais haviam imposto em vastas zonas do país.

Para o exercício do poder por esse governo de direita, a reacção contava desde já com as posições que sempre ocupara no aparelho de Estado e os novos cargos que sob a complacência da cúpula socialista ia reocupando.

Para travar o passo à direita tornava-se necessário não só impedir uma maioria dos partidos da direita na Assembleia da República, como criar condições para uma maioria de esquerda e um governo de esquerda.

Nas eleições legislativas os grandes objectivos das forças revolucionárias foram atingidos.

Face à derrota sofrida na sua tentativa de assalto a dois órgãos do poder — a Assembleia da República e o Governo — a direita mudou de táctica, mas insistiu na operação com vista a outro órgão do poder constitucional: a Presidência da República.

Conforme o PCP claramente sublinhou na altura e se refere nas Teses, os resultados das eleições legislativas despoletaram também a grande manobra da reacção que visava, caso tivesse obtido uma maioria de votos nas eleições para a Assembleia, lançar uma candidatura de extrema-direita para a Presidência da República. A derrota sofrida tornava, porém, claro ao PPD, CDS, etc., a impossibilidade de, sozinhos, imporem o "seu" Presidente. A direita amarrou assim o seu carro ao do PS no apoio ao general Eanes, pensando obter através dessa aliança alguns dividendos. Simultaneamente, os grupelhos esquerdistas — permanentes aliados da reacção — lançavam paralela manobra divisionista, promovendo a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho.

O PCP lançou a candidatura do camarada Octávio Pato, afirmando desde início e com toda a clareza, os seus objectivos que, conforme as Teses assinalam, foram atingidos.

No dia 5 de Julho deste ano, o Comité Central do PCP reunia para apreciar a nova situação e num extenso documento que o "Avante!" de 8 do mesmo mês publicou na íntegra, o PCP definia a sua posição relativamente aos novos órgãos do poder:

— Na generalidade, *o PCP pronuncia-se decididamente pela consolidação do novo regime democrático, pela aplicação da Constituição e o respeito por ela;*

— Reconhecendo a importância do papel a desempenhar pelo Presidente da República, o PCP referiu as declarações do Presidente eleito no sentido de respeitar e fazer respeitar a Constituição e afirmava a sua determinação de o apoiar em todas as medidas que visassem a defesa da Constituição e das conquistas da Revolução, ao mesmo tempo que declarava que *o PCP, no uso dos seus direitos constitucionais, criticará ou opor-se-á a uma conduta e a uma política que, no seu entender, contrariasse a democratização da vida nacional e os interesses dos trabalhadores e do País;*

— No referente ao Conselho da Revolução, o PCP — que já manifestara a sua concordância relativamente à existência desse órgão político-militar — reafirma a necessidade de prosseguir *os contactos regulares e a cooperação, sempre que possível do movimento operário e popular e do PCP com o CR,* bem como com o Presidente da República;

— No que se refere à Assembleia da República e ao Governo, o PCP mantém-se fiel à sua orientação, a única que claramente servia os interesses do processo revolucionário e que o povo português claramente escolhera: o estabelecimento de uma maioria de esquerda na Assembleia através de acordos entre o PS e o PCP e a formação de um governo de esquerda.

O governo minoritário do PS não serve os interesses da democracia

As Teses (ponto 4.3.1.) expõem com toda a clareza o erro constituído pela constituição de um governo minoritário do Partido Socialista e os perigos que a actuação de direita do actual governo fazem correr à democracia portuguesa.

Num regime democrático com a especificidade do existente em Portugal, o exercício do poder por parte de um governo minoritário face a uma Assembleia de que depende e face naturalmente à vontade popular cria uma instabilidade governativa incompatível com a eficácia e apoio popular exigidos pela consolidação das conquistas revolucionárias, a consolidação da democracia e ao cumprimento da Constituição.

A inoperância generalizada dos órgãos governamentais nas mãos do Partido Socialista só sofre alterações quando os ministros PS enveredam decididamente por uma política de direita que recebe aplausos da reacção e dos seus partidos e organizações. Paralelamente, o PS defendeu desde início, no que se refere ao aparelho de Estado, uma política inteiramente alheia aos interesses do povo português, não só bloqueando por completo o saneamento do Estado, como até abrindo as portas à readmissão de numerosos quadros fascistas cujos préstimos a direita do Partido Socialista parece altamente apreciar.

Como se afirma nas Teses:

Os perigos que pesam sobre a democracia portuguesa são graves e reais. As forças reaccionárias representantes do grande capital, dos agrários e do imperialismo desenvolvem uma intensa actividade tendo como objectivo a reconquista do poder.

A reacção segue simultaneamente várias vias para a conquista do poder: tomada de postos de decisão no aparelho de Estado, designadamente nas Forças Armadas; golpe de força; e instauração legal de um governo de direita por via constitucional.

A política do Governo PS, em vez de contribuir para a consolidação da democracia, pode abrir caminho à reacção. (54)

(45) XII – Pág. 78; (46) XI – Pág. 147; (47) XII – Pág. 119; (48) XI – Pág. 341; (49) I – Ponto 3.3.4.; (50) XII – Pág. 275; (50) I – Ponto 3.5.2.; (51) "Avante!" – 8/Jan./76; (52) I – Ponto 4.4.1.; (53) Idem – Ponto 4.1.4.; (54) Idem – Ponto 4.4.1.

1921

6 DE MARÇO – FUNDAÇÃO DO PCP

Uma assembleia na Associação dos Empregados de Escritório, em Lisboa, elege os primeiros organismos da direcção do Partido Comunista Português.

1923

De 10 a 12 de Novembro, em Lisboa, realiza-se o I Congresso do PCP.

1976

De 11 a 14 de Novembro, em Lisboa, vai realizar-se o VIII Congresso do PCP.

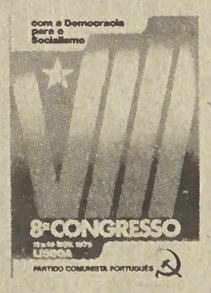
A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO

UMA COLECÇÃO DE DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO

À venda na banca das «Edições Avante!» durante o VIII Congresso do PCP

PREPARA-TE PARA O CONGRESSO

ESTUDA OS MATERIAIS DO PARTIDO



- **Relatório da actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP** .....
- **Rumo à Vitória**, Álvaro Cunhal ..... 65$00
- **Comunicados do CC do Partido Comunista Português** (Abril/Dezembro de 1974) ..... 30$00
- **O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista**, Álvaro Cunhal ..... 40$00
- **Programa e Estatutos do PCP** (Aprovados no VII Congresso Extraordinário em 1974) ..... 10$00

EDIÇÕES AVANTE! recomendam a leitura permanente do PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP

4500 DELEGADOS DE TRABALHADORES REUNIDOS

Conforme acentua uma das conclusões desta realização, a unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores — bem patente neste Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores — levarão à vitória

Cerca de quatro mil e quinhentos representantes de trabalhadores — dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores — participaram activamente no grande Encontro Nacional que se realizou no passado sábado, em Lisboa, no IST e no Pavilhão dos Desportos, e no decorrer do qual foram analisados vários e importantes aspectos relacionados com a organização dos trabalhadores e a legislação do trabalho. Este I Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, organizado pelos secretariados da Intersindical Nacional, das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e das Comissões de Trabalhadores de Setúbal, culmina um intenso período de trabalho no seio das organizações de trabalhadores.

O êxito deste Encontro comprova que, trilhando os caminhos da unidade e da organização, as massas trabalhadoras estão prontas a defenderem os seus interesses, que são os interesses do nosso País e do nosso povo: defesa das liberdades e da democracia, defesa das conquistas revolucionárias, consolidação de um regime democrático que nos possa conduzir a uma sociedade mais justa — a sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Os trabalhos do Encontro, após o plenário de abertura, dividiram-se por dez secções, nas quais foram analisados e debatidos aspectos específicos, tendo sido tiradas as devidas conclusões que, depois, foram submetidas à apreciação de todos os participantes.

MEDIDAS URGENTES SOBRE CONTRATAÇÃO

O tema tratado no âmbito da secção "contratação colectiva" era um dos mais importantes, o que imediatamente se reflectiu no número de delegados participantes, que era dos mais numerosos. Nas conclusões desta secção pode ler-se que *cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores dos mais diversos sectores têm os seus interesses imediatos prejudicados e sofrem as consequências das dificuldades existentes na negociação dos contratos colectivos de trabalho.*

Nessas conclusões afirma-se ainda: *As responsabilidades determinantes desta situação cabem fundamentalmente ao patronato reaccionário e ao grande capital que, utilizando uma táctica comum, coordenada e organizada com o apoio da CIP, da CAP e da Confederação do Comércio, actua com objectivos imediatos de aumentar a exploração dos trabalhadores e provocar ou agravar artificialmente conflitos e tensões sociais susceptíveis de originar maiores dificuldades ao regime democrático e de desviar os trabalhadores das tarefas políticas centrais, da sua defesa e consolidação.*

Depois de terem concluído que o Governo tem facilitado a política de recuperação capitalista, os trabalhadores reconheceram como medidas urgentes a serem tomadas as seguintes: reconhecimento do direito de contratação colectiva sem discriminação; contratação colectiva por ramos de actividade (CCT's verticais); não autonomização automática dos processos de contratação colectiva nas empresas nacionalizadas; criação de mecanismos legais que promovam a rapidez do processo de contratação; fixação do prazo máximo de 90 dias para a conclusão do processo de regulamentação colectiva; possibilidade de retroactividade dos CCT; intervenção obrigatória do Estado a requerimento dos sindicatos; revogação imediata do Decreto-lei 164-A/76; defesa do projecto de lei da contratação colectiva apresentado pelo movimento sindical aos órgãos de Poder e rejeição dos projectos de legislação antioperária do Governo, elaborados sem a participação dos trabalhadores e que retiram direitos reconhecidos na Constituição.

O CONTROLO OPERÁRIO

"O controlo operário constitui uma das formas de intervenção mais importantes dos trabalhadores para defender as nacionalizações, a Reforma Agrária e as empresas controladas pelos trabalhadores, para defender os postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho em cada empresa" — eis uma das conclusões a que chegaram os participantes na secção relativa ao controlo operário.

Os participantes apelam para que os deputados progressistas da Assembleia da República aprovem o projecto de lei 8/76, "para que o controlo operário avance e combatamos firmemente a sabotagem do patronato que em muitas empresas se aproveita da falta de legislação".

Outra das dez secções abordou os problemas das empresas sob gestão dos trabalhadores, intervencionadas ou em cooperativas.

Nesta secção os participantes manifestaram-se firmemente em oposição à entrega das empresas aos antigos patrões, uma vez que tal facto, nomeadamente, representa um retrocesso em relação às disposições da Constituição, que no seu artigo 80.º afirma que a organização económica e social do nosso País assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas.

Salientando que a ofensiva patronal tem sido facilitada tanto pela falta de medidas como até no encorajamento por parte de alguns ministérios, os trabalhadores decidiram mobilizar todas as formas de ajuda que sejam necessárias a empresas sob gestão dos trabalhadores e onde se verifique ofensiva patronal.

REFORÇAR A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO

Por seu lado e no que diz respeito às cooperativas, também se exige do Governo a publicação imediata do despacho que cancela as acções de restituição de posse, penhoras e acções judiciais postas pelo patronato.

A necessidade do reforço da unidade e organização dos trabalhadores foi um dos temas centrais de todos os trabalhos do Encontro, se bem que tenha sido debatido mais profundamente numa secção a ele dedicada. A necessidade de se prosseguir um intenso trabalho de massas, os apelos à dinamização do trabalho sindical e das comissões de trabalhadores, a coordenação destes dois tipos de actividade e uma grande acção de esclarecimento junto de todos os trabalhadores foram considerados pontos fulcrais para o reforço da unidade e organização das massas trabalhadoras.

Acerca da realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses para a reestruturação da Intersindical, as conclusões salientam que tal facto "é uma acção de massas de primordial importância, pelo que terá igualmente de ser alargada ainda mais a base de discussão dos problemas que com ele se relacionam directa ou indirectamente".

E acrescenta-se: "O Congresso de Todos os Sindicatos deverá constituir uma jornada histórica do movimento operário português e assumirá, sem dúvida, uma importância decisiva para a consolidação e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização."

A terminar o documento final dos trabalhos desta secção afirma-se: "As forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desrespeito pela Constituição, para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à vitória."

HORÁRIO DE TRABALHO E DIREITOS

Uma das dez secções debruçou-se sobre o horário de trabalho e os que nela participaram acentuaram que "o problema do horário de trabalho coloca-se a nível nacional e sectorial e terá de ser inserido numa perspectiva de planificação económica". Neste sentido, consideram necessário que sejam tomadas medidas "tendentes à reestruturação e reconversão de determinados sectores, colocando a economia ao serviço das classes trabalhadoras".

Por seu turno, os participantes da 5.ª secção — direito ao trabalho e segurança no emprego — debruçaram-se principalmente sobre os despedimentos, agressões, injúrias, ameaças, manobras vexatórias que estão a ser utilizadas contra dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e todos os trabalhadores em geral e denunciaram a existência de inércia, incompetência e, por vezes, cumplicidade do Estado perante tais acções.

Nesta secção, os participantes exigiram: revogação imediata de toda a legislação antioperária que atente contra o direito ao trabalho e segurança no emprego; a não promulgação do diploma inconstitucional aprovado em Conselho de Ministros sobre despedimentos com justa causa (entre aspas); a revisão do Decreto-Lei 164-A/76; a revisão global e imediata do Decreto-lei 294/76.

Dentro do espírito e letra da Constituição, os participantes exigiram que o Governo assegure o direito ao trabalho. Este foi severamente censurado "pelas cedências que tem vindo a fazer ao patronato revanchista e reaccionário, designadamente a organizações do género CIP e CAP".

SEGURANÇA SOCIAL

Na secção dedicada à segurança social e saúde, os trabalhadores deliberaram que os défices da Previdência devem ser cobertos pelo Orçamento Geral do Estado, de acordo com o que determina a Constituição. Ainda no que toca à situação financeira da Previdência, os trabalhadores consideraram que os impostos sobre os rendimentos do capital devem ser agravados e não aumentados os descontos para financiamento; as dívidas das empresas nacionalizadas devem ser garantidas pelo Estado.

Os trabalhadores consideraram finalmente que a Previdência não deve ser integrada no Estado, se isso afastar o movimento sindical do seu controlo e gestão.

Nesta secção foi igualmente reconhecida a necessidade de aumentar as pensões dos reformados e sinistrados no trabalho, bem como a necessidade de criação de uma indústria farmacêutica estatal.

Outra das secções dedicou-se ao problema do serviço doméstico. Nas conclusões refere-se a necessidade de prestar uma ampla campanha de solidariedade e apoio às trabalhadoras deste sector; protestar pela situação de discriminação a que são remetidas as trabalhadoras deste sector; exigir do Governo a publicação imediata de legislação que lhes assegure os direitos fundamentais, nomeadamente, direito ao trabalho, à segurança no emprego, ao horário de trabalho e ao descanso semanal, ao justo salário, segurança social, férias e respectivo subsídio e 13.º mês.

Finalmente, os trabalhadores abordaram, nas duas restantes secções, o direito à greve e os direitos e garantias dos trabalhadores consignados na Constituição.

DIREITO À GREVE E APLICAÇÃO RIGOROSA DA CONSTITUIÇÃO

Os trabalhadores consideraram que a Constituição veio a consagrar o direito à greve como um direito fundamental porque reflectiu "a dinâmica do movimento de massas e do processo revolucionário".

A proposta de lei que o Governo apresentou à Assembleia da República regulamentadora do direito à greve foi insistentemente criticada, bem como o decreto-lei sobre despedimentos já aprovado em Conselho de Ministros. Os trabalhadores presentes no debate salientaram que esses dois documentos "levam a concluir que o Governo visa ilegalizar todas as formas de luta dos trabalhadores que não consistam na paralisação total do trabalho". Os trabalhadores são de opinião que esse facto, além de "limitar fortemente as possibilidades de luta contra a exploração e recuperação capitalista e pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução", poderá a breve prazo "agravar as dificuldades económicas existentes".

A rigorosa aplicação da Constituição deve ser defendida pelo movimento sindical — contra a proposta do Governo, contra a recuperação capitalista. Por isso, nas conclusões desta secção, os trabalhadores estudaram a aplicação da Constituição aos seus direitos como trabalhadores de uma sociedade de onde se quer banir a exploração e a opressão.

O CONGRESSO SINDICAL PROGRIDE NA UNIDADE CONTRA O DIVISIONISMO

A realização do Congresso do Todos os Sindicatos provará novamente que os trabalhadores não se dividem por "interesses egoístas"

As tentativas para desagregar o movimento sindical e lançar trabalhadores contra trabalhadores prosseguem a vários níveis, com relevância para alguns partidos e órgãos do Governo minoritário do PS. Enquanto defensores do "processo reformista" (bancários sociais-democratas do PSD/PPD) reúnem em Coimbra e decidem que há um "vácuo" no movimento sindical português, o secretário-geral do PS acusa a estrutura unitária, representativa da esmagadora maioria dos sindicatos, de provocar a cisão que a "Carta Aberta", reduzida ao apoio de menos de meia dúzia de direcções sindicais geralmente afectas ao PS, se esforça por conseguir desde meados de Abril do ano em curso. Enquanto os bancários sociais-democratas dão "apoio crítico" àquela "Carta", Maldonado Gonelha, secretário de Estado do Trabalho, secundado pelo ministro da mesma pasta, acusa trabalhadores de defenderem "interesses egoístas" que, a seu ver, prejudicariam outros trabalhadores, todos eles afectados no seu "interesse histórico" pelos dois anos posteriores à Revolução de Abril.

É dentro deste panorama que as forças da recuperação capitalista, contando com alguns apoios pelo menos surpreendentes, pretendem mover-se à vontade para contrariar os êxitos obtidos pelo movimento sindical unitário na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral (central única) dos Sindicatos Portugueses. Mas esse panorama tem afinal âmbito muito restrito. Sendo contrário ao reforço da organização dos trabalhadores e à sua capacidade de intervenção na vida política, o seu âmbito não consegue ultrapassar interesses partidários bem definidos.

Na mais completa independência perante esses interesses, a Comissão Nacional Organizadora do Congresso (CNOC), eleita na última Reunião Geral de Sindicatos (RGS) pelos representantes de 286 organizações sindicais, cujo total de filiados excede 1 500 000 trabalhadores, tem já em fase adiantada os trabalhos de elaboração das teses que se referem ao projecto de alteração dos estatutos da Intersindical Nacional, à Lei Sindical e ao programa de acção da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses. A CNOC aprovou, entretanto, o seu regulamento interno e criou várias subcomissões: coordenadora; de redacção; de Imprensa; para os sindicatos paralelos; de inscrições; para instalações e funcionamento; e de fundos. A nível distrital, o trabalho prossegue também em bom ritmo através das Comissões Dinamizadoras Distritais, abertas a todas as direcções de sindicatos que nelas queiram participar.

O "VÁCUO" DO PSD/PPD E AS CONTRADIÇÕES DO MINISTÉRIO

Será esta actividade fortemente unitária que constitui o "vácuo" provocado pela "crise" no movimento sindical português, que os bancários sociais-democratas descobriram na reunião de Coimbra juntamente com os seus dirigentes do PSD/PPD? Há realmente um vazio que preocupa os sociais-democratas, mas não é no movimento sindical. É sim na **recuperação capitalista para trabalhadores**, com a qual os sociais-democratas do PSD gostariam de encher um movimento sindical. Mas ter "vocação" — como eles dizem — não é a mesma coisa que implantação verdadeira. E esta não a têm os sociais-democratas no mundo do trabalho, por muito que pese ao sr. Barbosa de Melo e ao teor das suas declarações em Coimbra.

O movimento sindical unitário não afasta os trabalhadores sociais-democratas, como não afasta os trabalhadores das outras tendências políticas. Afasta, isso sim e com vigor, o "sindicalismo de intervenção" do PSD/PPD e todas as suas atitudes divisionistas no sentido de **criar** a central única, como se ela não existisse já na sua afirmação diária de independência perante partidos políticos, órgãos do Poder e confissões religiosas, aberta a todos os trabalhadores qualquer que seja a sua crença ou a sua filiação partidária.

Esta actuação prática, respeitadora intransigente dos princípios constitucionais, não agrada aos que apenas a defendem em palavras, embora elas suscitem cada vez menos a atenção dos trabalhadores que verdadeiramente participam no movimento sindical. Essa actuação não agrada, por exemplo, à actual equipa do Ministério do Trabalho que "inventou" também, à semelhança do sr. ministro Cardia, a "sua luta de classes" entre trabalhadores. Para os srs. Marcelo Curto e Maldonado Gonelha as contradições que o fascismo se empenhou em estimular durante cinquenta anos entre os trabalhadores, dividindo-os para melhor os explorar e oprimir, seriam obra desses mesmos trabalhadores.

O ministro e o secretário de Estado do Trabalho, numa entrevista recente a um matutino estatizado esforçam-se por demonstrar o absurdo segundo o qual os interesses dos trabalhadores não seriam comuns perante um inimigo comum.

Quando falam de trabalhadores mais mal pagos que outros trabalhadores, não apelam para a luta daqueles contra os que verdadeiramente os exploram. Não apelam para que se organizem e fortaleçam as suas organizações de classe. Nada disso. Pretendem é agudizar essas contradições (que não são antagónicas longe disso) para fazerem esquecer a contradição principal e essa sim antagónica: a que existe entre o capital e o trabalho, entre o capitalismo e o socialismo.

Mas os trabalhadores conhecem os seus interesses. Sabem que não são outros trabalhadores, outros assalariados, que os exploram e tentam enfraquecer as suas organizações, dividindo-os, explorando as diferenças que existem entre categorias profissionais. Por isso, a palavra de ordem para eles não é dividir, partindo de contradições que o capitalismo fomenta. A palavra de ordem para eles é fortalecer a organização unitária, ganhar força organizada para fazer vencer as suas reivindicações.

O divisionismo do Ministério do Trabalho cairá em saco roto. O objectivo do movimento sindical unitário e de todo o movimento operário e popular é chamar à organização **todos** os trabalhadores, com esforço especial para aquelas camadas mais divididas, mais exploradas e oprimidas pelo fascismo e pelo capitalismo, para aqueles trabalhadores cujos sindicatos sofrem de carência e dificuldades no campo da organização e da luta.

COMÍCIO DE ENCERRAMENTO

O comício levado a efeito no sábado último, à noite, no Pavilhão dos Desportos, constituiu a sessão de encerramento do Encontro Nacional de representantes de trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais, que durante todo esse mesmo dia ocupara a atenção de mais de quatro mil e quinhentos delegados de todo o País, reunidos no IST.

No Pavilhão dos Desportos o Comício desenrolou-se com um calor unitário, em que as saudações, as palavras de ordem exprimiam mais ainda que o trabalho concreto realizado durante todo o dia e que teve ali a sua consagração através das moções aprovadas e das conclusões apresentadas.

"Norte e Sul, a mesma luta", «A terra a quem a trabalha», foram as palavras que saudaram o sul e o norte dos trabalhadores, a sua unidade.

Jaime Machado, o representante da Intersindical viria a afirmar na sua intervenção:

"As perspectivas de construção da sociedade desejada pelos trabalhadores, justa e sem exploração nem opressão, mantêm-se! A nossa unidade e a nossa organização levar-nos-ão à vitória."

Adiantadas propostas de alteração aos diplomas aprovados pelo Governo, exigindo que a crise do capital não seja suportada pelos trabalhadores mas por aqueles que a provocam, os trabalhadores exigiram também, durante o comício, que "os deputados progressistas aprovem o projecto de lei apresentado à Assembleia da República para que o controlo operário avance, combatendo firmemente a sabotagem do patronato".

Foi ainda aprovada uma moção de repúdio às restrições que se pretendem impor ao direito à greve, considerando-se que esse direito deve poder ser exercido e decretado pelas assembleias de empresa independentemente das assembleias sindicais. Pesadas sanções económicas e penas de prisão foram consideradas necessárias para punir os patrões que recorram ao "lock-out", actividade sabotadora e anticonstitucional.

As preocupações dos trabalhadores face às tentativas de recuperação capitalista, e à escalada reaccionária nos órgãos de informação ombrearam com as preocupações e a constatação da necessidade de planificar a economia, de desenvolver a Reforma Agrária, de reforçar a independência nacional, de avançar rumo ao socialismo consolidando a democracia política e económica, defendendo a Constituição.

A unidade dos trabalhadores verificada na prática durante o comício e a capacidade criadora e organizadora que já caracterizara o trabalho de milhares de delegados provam que os trabalhadores estão na primeira linha na defesa dos interesses do País.

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

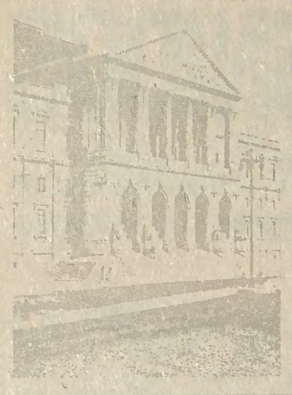
ÁLVARO CUNHAL

O PASSADO E O FUTURO

Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso

☆

Faz já a respectiva reserva no Centro de Trabalho da zona



Os comunistas na Assembleia da República

Francisco Miguel — Para que não se esqueçam os crimes do fascismo, que os criminosos sejam punidos para que se defenda a democracia

— Derrotada manobra do CDS contra a Reforma Agrária

Grupo Parlamentar — Dezenas de trabalhadores recebidos pelo Grupo Parlamentar Comunista

Depois de um intervalo de uma semana, voltou a reunir na terça-feira passada o plenário da Assembleia da República.

No período de antes da ordem do dia, o camarada Francisco Miguel fez uma intervenção para recordar o sinistro campo de concentração do Tarrafal, cujo início fez quarenta anos no passado dia 29 de Outubro, e para exigir a justiça devida às vítimas do fascismo, ao povo português. Tendo sublinhado o facto de falar da tribuna para acentuar a importância do problema, disse o nosso camarada:

Na noite negra de 48 anos em que vivemos, havia uma mancha mais negra que foram os 19 anos de existência do campo de concentração do Tarrafal. O Tarrafal foi um crime que ninguém pode justificar, mas é um crime que se explica e que deve ser punido. Que os responsáveis pelo Tarrafal não fiquem impunes, porque essa seria uma forma de ignorar a justiça e de se ser uma vez mais injusto para com o Povo português.

Foi efectivamente em 29 de Outubro de 1936 que chegaram ao Tarrafal os primeiros cento e cinquenta presos políticos, a 9Km da vila, a 800 metros do mar, num lugar reconhecido como um foco de paludismo. Foi aí que, intencionalmente, o Governo fascista foi pôr o campo de concentração, que para nós também foi um campo de extermínio.

Foi depois de ter estudado os campos de concentração na Alemanha que uma comissão de militares lá foi escolher o sítio e pôr lá, onde o paludismo podia liquidar mais rapidamente, os antifascistas que o Governo para ali enviava.

Se esse campo tivesse sido construído 1000 metros acima, distante do mar, num pequeno planalto que ali existe, o anofeles, mosquito que provoca o paludismo, não teria tido um raio de acção capaz de matar tantos antifascistas.

O campo de concentração do Tarrafal não foi apenas um lugar onde se colocaram os presos. Foi aí instaurado, um sistema repressivo e violento com o objectivo de atingir o fim a que o Governo se propôs — suprimir fisicamente grande parte dos seus adversários políticos. Além do clima, do foco de paludismo, essa situação ficou completada com os trabalhos forçados, com a falta de assistência médica e com a violência praticada sobre os presos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quantos de nós nesta Casa sabem o que é um campo de concentração?

Quantos sabem o que são trabalhos forçados?

Se felizmente não sabem, devem pelo menos acreditar naqueles que lá viveram. Falo como sobrevivente do Tarrafal e não falo sobre o que ouvi dizer. Por isso, é com essa autoridade de sobrevivente que aqui falo do Tarrafal e exijo, em nome do Povo português, em nome das suas vítimas, a punição dos responsáveis pelo Tarrafal.

Não quero referir-me à tragédia, àquela que porventura toca mais os sentimentos das pessoas. Quero ser mais objectivo. Antes do fascismo, e durante os Governos da I República, havia quem fosse contra o Governo e esses eram presos e deportados. Então os deportados eram colocados em situação de residência fixa com subsídios e, muitas vezes, desempenhado cargos públicos, com um nível de vida que talvez, no conceito dos imperialistas de então, fosse necessário para que os brancos não parecessem pobres aos olhos dos nativos. Em qualquer caso,a situação desses deportados era suportável. Em 1936 o Governo fascista fundou o campo de concentração do Tarrafal, para exterminar, com a intenção de matar. E matou, Srs. Deputados, dezenas de antifascistas. Eu próprio vi lá morrer dezenas deles.

Deste crime alguém é responsável. E quem foi já responsabilizado por este crime? Quantos estão presos por terem praticado este crime contra centenas de pessoas, este crime intencional, num país onde não havia nem há a pena de morte? Nós comunistas não pedimos para ninguém a pena de morte — tanto assim que, sem hesitação, aprovámos a sua não existência na Constituição — pedimos sim o castigo correspondente aos crimes praticados e entendemos que não é justo nem é forma de construir a democracia, deixar estes crimes impunes.

Ao deixarem-se estes crimes impunes, falta-se ao respeito das vítimas desses crimes.

E, se somos democratas, temos de ter em conta, em primeiro lugar, os direitos do nosso povo, a sua garantia e segurança.

Não é libertando os ex-pides, nem não chamando à responsabilidade os criminosos, que se constroi a democracia e se consolida e respeita a liberdade.

O nosso camarada repudiou depois veementemente mas serenamente a demagogia reaccionária daqueles que se apiedam sobre os criminosos e procuram para eles a generosidade, enquanto silenciam o que sofreram as vítimas, o que foram as famílias destroçadas, o que foi a violência exercida sobre o Povo português. A terminar, Francisco Miguel deu a resposta digna do militante operário, antifascista e comunista, àqueles que pretendem acarear torcionários com antifascistas e procuram justificações para a libertação dos pides:

Quero agora esclarecer aqui, neste momento e neste lugar, onde estou como Deputado eleito pelos camponeses do Alentejo, por muitos daqueles que viram assassinar Catarina Eufémia, fora muitos daqueles que lutaram durante 48 anos, quero afirmar que tenho sido várias vezes convocado pela Comissão da ex-PIDE/DGS e Legião Portuguesa. Não irei à presença desses senhores e considero ofensivo que me façam tal convocação. Tenho declarado, e confirmo aqui que estou à disposição dos Tribunais para depôr como testemunha de acusação quando os pides forem julgados. Se a rádio quiser, também posso falar para ela, assim como o posso fazer em relação à televisão mas não irei a nenhuma casa onde me irão perguntar como fui torturado em frente daqueles que me torturaram, como eu sei que tem acontecido a alguns dos meus camaradas. A tal ponto têm ido que se pergunta com cinismo se se têm testemunhas em como se foi torturado. Se essa pergunta me fosse feita a mim eu diria que a testemunha que eu tenho de que o José Gonçalves me espancou muito é o Rosa Casaco e vice-versa.

Não é admissível que estas coisas sejam assim. Eu não irei à presença dessas pessoas, porque não podem coincidir as declarações do ex-preso com as declarações daquele que se defende que é o agressor. Não me sujeitaria a semelhante humilhação, e com a mesma decisão com que não fiz declarações na polícia quando eles me diziam que por lei era obrigado a fazê-las. Não estarei presente em semelhante situação porque é injusto e considero um crime, pôr em liberdade aqueles que deviam estar presos sabendo-se de sobejo a medida do seu crime. Que não se venha exigir às vítimas, àqueles que sobreviveram, que dêm cobertura à libertação dos pides.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: — o Tarrafal foi um crime que ninguém justifica, e nós pugnamos para que seja punido.

Não compreendo que tipo de humanismo é aquele que pretende poupar à justiça os criminosos, esquecendo a justiça que se deve às vítimas dos crimes. Tenho que pensar e aceitar que é humanismo falso. É como se numa sociedade de lobos se protegesse os direitos do lobo e se desprezasse os direitos de cordeiro.

O nosso Povo tem o direito de exigir que sejam punidos, e só assim estará construindo a democracia em que estamos interessados. (...)

No final da intervenção do nosso camarada, o Presidente da Assembleia da República propôs que os deputados de pé e em silêncio prestassem homenagem às vítimas do Tarrafal e do Fascismo. Depois dessa homenagem haveria uma intervenção do deputado socialista, Edmundo Pedro, também ele sobrevivente do Tarrafal, que referiu aspectos da violência a que foram aí submetidos inúmeros antifascistas e apontou entre os culpados desses crimes o capitalismo monopolista. No final da sua intervenção, o camarada Francisco Miguel foi abraçar o deputado socialista. Esse abraço, mais do que representar um simples gesto entre dois homens vítimas da violência terrorista do fascismo, deve servir como o sinal da necessária unidade de combate de todos os democratas, contra os perigos que ameaçam o regime democrático, contra as ameaças concretas dos que, não só sonham, mas visam preparar a *revanche* fascista.

Defender a Reforma Agrária é defender e consolidar a Democracia

No período da ordem do dia, deu-se precisamente um episódio dessa luta necessária com os que visando liquidar as grandes conquistas revolucionárias dos trabalhadores e do Povo português, ameaçam a democracia. Iniciou-se a discussão do projecto do CDS de suspensão da lei da Reforma Agrária, projecto esse já derrotado na comissão parlamentar competente, pela votação conjunta dos representantes do PCP e do PS nessa comissão. Abrindo o debate, como lhe era concedido pelo Regimento, o dirigente do CDS Amaro da Costa com a arrogância crescente das forças reaccionárias, permitida pelas cedências que lhe são feitas pelos hesitantes e conciliadores, mistificou, deformou, caluniou, atacou a Reforma Agrária. Sob a capa da demagogia, da mentira mais descabelada, e da "desenvoltura" reaccionária própria dos representantes da grande burguesia, deu um exemplo do profundo ódio à classe operária e aos trabalhadores que anima o seu partido, um exemplo da importância dada pelos reaccionários ao ataque às conquistas dos trabalhadores, como forma de ataque ao regime democrático.

Nas próximas reuniões plenárias, os deputados comunistas reafirmarão as suas posições de intransigente defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares, da democracia e do progresso social, a propósito desta questão fundamental da presente situação política.

Os deputados comunistas em diálogo com os trabalhadores

Entretanto, é importante referir uma das tarefas do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República. Trata-se da realização de encontros com delegações de trabalhadores e das suas diversas organizações.

Não sendo a única, esta é no entanto uma das formas de assegurar uma ligação dos deputados comunistas com os problemas de todos os trabalhadores, seus irmãos de classe, e com a sua capacidade e iniciativa criadora. Como militantes comunistas com uma tarefa específica, é evidente que os deputados do nosso Partido, desde logo só por essa sua condição, se encontram ligados através do Partido às massas populares; mas esta ligação permitida pelos encontros ajuda necessariamente o Grupo Parlamentar Comunista a ser, na Assembleia, o porta-voz dos trabalhadores portugueses, no cumprimento da sua tarefa de procurar constantemente assegurar a defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e do Povo português.

Assim, no prazo de pouco mais de três semanas, delegações do nosso Grupo Parlamentar receberam as seguintes delegações: do Secretariado das empresas em auto-gestão, do Secretariado das empresas com intervenção do Estado, da Comissão de Trabalhadores do J. Pimenta, da Comissão Negociadora do Contracto da Construção Civil, do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da CIL, do Secretariado da Intersindical, da Comissão de Trabalhadores do Supremo Tribunal Administrativo, da Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais da Agfa-Gevaert, da Comissão de Trabalhadores da firma Cuetara de Pombal, da Comissão de Trabalhadores da Corame, da Comissão de Trabalhadores da firma Casa Capucho, do Grupo de Trabalho de Contratação Colectiva constituído no plenário da Intersindical de 12 de Julho.

Estes encontros permitem ao Grupo Parlamentar ouvir as declarações dos trabalhadores sobre as dificuldades das suas empresas e sectores e sobre as suas propostas de soluções.

Por outro lado, estes encontros possibilitam aos deputados comunistas apresentar os nossos projectos de decretos, ouvir os trabalhadores sobre eles, e encarar novas iniciativas a tomar na Assembleia, desde intervenções, a novos projectos legislativos.

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

Regressou da URSS, onde assistiu às comemorações do 7 de Novembro, a delegação da Assembleia da República que durante quase uma semana visitou o país de Lénine, a convite do Soviete Supremo.

Integrarem esta delegação os deputados António Arnaud (vice-presidente da Assembleia), Manuel Francisco Costa, Lino Telxeira de Carvalho e António Fernandes da Fonseca, do PS; o camarada Lino Lima, pelo nosso Partido e ainda representantes do PPD/PSD e CDS.

No decorrer desta visita — cujo programa incluiu deslocações a centros universitários, a unidades colectivas de produção e contactos com camaradas soviéticos ligados aos meios técnicos, científicos e a organismos oficiais —, os deputados portugueses estiveram na República Socialista Soviética da Geórgia, tendo o vice-presidente da Assembleia da República, António Arnaud, salientado, durante um encontro com o camarada Pavel Vilashvili, presidente do Presidium do Soviete Supremo da Geórgia, que "os sovietes são verdadeiramente órgãos governamentais representativos do povo, exercendo todo o seu poder no Estado". Mais adiante, aquele deputado do PS referiu que a delegação portuguesa se tinha interessado por tudo quanto observou, nomeadamente, o modo de vida do Povo soviético, e as suas conquistas no vasto domínio do progresso social.

Neste encontro, que iria culminar com um jantar oferecido pelo Soviete Supremo da Geórgia, os deputados portugueses tiveram ainda oportunidade de abordar alguns temas de âmbito diverso, nomeadamente, a acção da União Soviética na luta pela paz, pela cooperação e pela amizade no Mundo, a actual situação internacional, e o papel do soviete no desenvolvimento económico, social e cultural da Geórgia.

Depois de uma permanência em Moscovo, onde assistiu às comemorações do Grande Outubro, a delegação portuguesa esteve na passada segunda-feira em Leninegrado, tendo visitado o cruzador "Aurora", donde partiu o tiro de arranque para a vitória do 7 de Novembro — a mais importante vitória alcançada pela classe operária, pelos explorados e oprimidos de todo o Mundo.

Os visitantes percorreram, em seguida, o Smolny, quartel-general da Revolução Bolchevista, onde o camarada Lénine assinou os primeiros decretos do Governo soviético. Mais tarde, estiveram no cemitério de Piskarevskoye para prestarem homenagem à memória dos habitantes da cidade de Leninegrado que morreram no combate contra a invasão nazi-fascista, na II Grande Guerra Mundial. Os deputados portugueses colocaram naquele cemitério uma coroa de cravos, com uma faixa em que se reproduzem as cores das bandeiras da URSS e de Porgugal.

Durante a sua estadia em Leninegrado, a delegação portuguesa percorreu as novas zonas residenciais, tendo sido informada, na altura, que a cidade concede anualmente novos apartamentos a cinquenta mil famílias. Antes do jantar que foi oferecido em sua honra, os deputados visitaram também o Hermitage, o maior museu soviético de arte mundial.

NAVIOS PARA A URSS

Na sequência de um importante acordo recentemente firmado em Moscovo, será assinado ainda este mês em Portugal o contrato para a construção, pelos estaleiros navais de Viana do Castelo, de quatro navios destinados à marinha mercante soviética.

Nas conversações que se desenrolaram em Moscovo participou uma missão oficial dos estaleiros, da qual fez parte Edmar Oliveira, membro do Conselho de Trabalhadores, organismo que tem desenvolvido intensa actividade no sentido do desenvolvimento e expansão da empresa.

Além de assegurar pleno emprego aos trabalhadores que labutam nos estaleiros de Viana do Castelo, este acordo presta ainda um estimulante contributo para o desenvolvimento da cooperação económica entre o nosso país e a União Soviética.

SINDICALISTAS DA RDA EM PORTUGAL

A convite da Intersindical Nacional, encontra-se no nosso país até ao próximo domingo uma delegação da Confederação dos Sindicatos Livres da República Democrática Alemã (FDGB), composta pelos camaradas Johanna Toepfer, vice-presidente, Gerhard Kretschmar, director-adjunto do Departamento Internacional e Erhard Engler, da direcção da FDGB.

PINTURA POLACA NO PORTO

Promovida pelo Centro Portuense de Arte Contemporânea, foi inaugurada na passada terça-feira, no Museu Nacional Soares dos Reis, uma interessante exposição subordinada ao tema "Pintura Moderna da Polónia".

Para acompanhar os trabalhos de preparação e montagem do certame, que contou com o patrocínio da Embaixada da República Popular da Polónia e da Fundação Calouste Gulbenkian, estiveram no Porto os camaradas Alexandre Wojciechowski, crítico de Arte, e Josef Szana, artista plástico e cenógrafo de grande reputação internacional.

A exposição reúne obras dos mais importantes pintores polacos, estando prevista para breve a sua apresentação em Lisboa, nas instalações da Fundação Gulbenkian.

UMA DELEGAÇÃO JUVENIL NA RDA

Uma delegação de jovens comunistas portugueses esteve recentemente na República Democrática Alemã para uma visita de estudo que findou na passada sexta-feira. No decorrer da sua permanência naquele país socialista, os camaradas da UJC e UEC avistaram-se com o secretário do Conselho Central da Juventude Livre da Alemanha (FDJ), camarada Kurt Zahn, e concederam em Berlim uma conferência de Imprensa, onde se referiram à cooperação e às boas relações de amizade existentes entre as juventudes da RDA e de Portugal.

Entretanto, prevê-se, a curto prazo, um desenvolvimento no intercâmbio de delegações e informações, tendo sido sublinhado que a FDJ vai proporcionar cinco bolsas de estudo a jovens portugueses, na Escola Superior Juvenil "Wilhelm Pieck".

UMA GRALHA QUE PODE CONFUNDIR POLITICAMENTE

O «Avante!» de 4/11/76 publica na íntegra o discurso de Álvaro Cunhal na Conferência da Reforma Agrária de Évora. Escreve-se no início do título 3.º do texto:

«Isto significa, camaradas, que a batalha que hoje se coloca na luta pela Reforma Agrária, continua, sem dúvida, a ser uma batalha contra a CAP, contra o CDS, contra as suas propostas de lei, mas é também hoje uma batalha diferente. De certa forma teremos de continuar à antiga para conseguir a expropriação dos 700 000 hectares de terras da zona da Reforma Agrária que devem ser entregues a quem as trabalha».

Onde se lê "à antiga" deve ler-se "a antiga". O leitor atento decerto veria a gralha pois deduz-se claramente que a expressão "a antiga" se refere à continuação da "batalha contra a CAP, contra o CDS, contra as suas propostas de lei" e para mostrar que hoje há além dessa outra batalha "diferente", que no período seguinte é definida em concreto. Como se trata de uma gralha que se pode prestar a confusões políticas aqui a rectificamos. Portanto: «a antiga» e não «à antiga».

FALECEU UM JOVEM CAMARADA

Vítima de acidente de trabalho, faleceu em Canas de Senhorim o camarada António Dias Costa, um jovem operário que sempre desempenhou com determinação e elevado sentido de responsabilidade as tarefas de militante comunista.

Mercê das suas qualidades e do prestígio que gozava entre a população da região, o camarada António Dias Costa, natural de Oliveirinha, era candidato da Frente Eleitoral «Povo Unido» às eleições para a Assembleia Municipal de Carregal do Sal.

O companheiro agora desaparecido tinha também sido eleito delegado ao VIII Congresso do nosso Partido pelos camaradas dos concelhos do Carregal, Castro Daire e Viseu.

Expressando os sentimentos de todos os militantes comunistas, o colectivo do «Avante!» apresenta à família enlutada sentidas condolências.

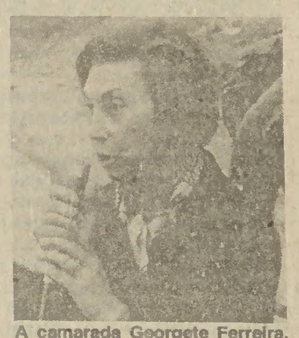
EVOCAÇÃO DO CAMARADA HERCULANO DE CARVALHO

Há muitos nomes de ruas que nada dizem a quem passa. Há outros nomes que recordam ao povo os seus amigos, os homens à altura das tarefas que o bem comum impõe.

Depois do 25 de Abril bastantes são já as ruas que nos lembram os lutadores, uns caídos antes de poderem ver a alvorada da libertação, outros que a viram, mas brevemente, como foi o caso do camarada Herculano de Carvalho.

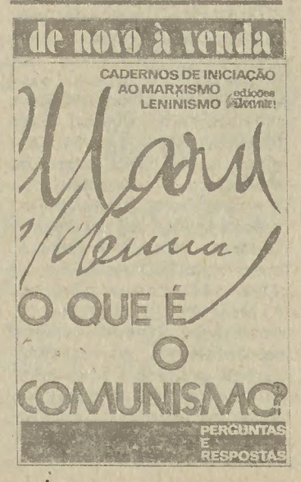
O militante comunista que desapareceu do nosso convívio em 10 de Janeiro deste ano e que desde 1972 conheciaas dificuldades da luta clandestina como membro do nosso Partido, que pôs desde então as suas melhores qualidades e energias ao serviço da causa dos trabalhadores, foi recordado por estes no dia 7 de Novembro, na Amadora, numa Rua da Reboleira em que foi descerrada uma lápide com o seu nome.

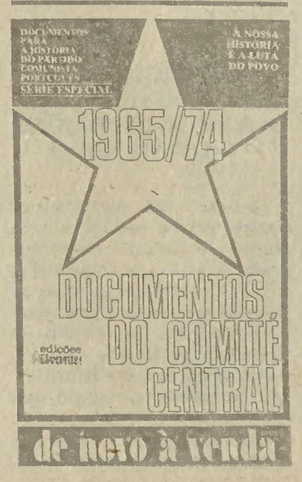
Em homenagem organizada pela Comissão de Moradores e pela Câmara Municipal de Oeiras, a camarada Georgette Ferreira, membro do Comité Central do PCP, proferiu algumas palavras em que foi sublinhada a necessidade de respeitar e de continuar o exemplo do resistente antifascista que foi Herculano de Carvalho, o deputado comunista à Assembleia Constituinte, o militante dinamizador do movimento popular de base. Terminando, depois de um apelo à unidade de todos os democratas,



A camarada Georgete Ferreira, em breves palavras, evocou o querido companheiro desaparecido

a camarada Georgette Ferreira dirigir-se-ia à viúva e aos três filhos que Herculano deixou, para lhes garantir o apoio do povo da Reboleira e do Partido Comunista Português, "de que Herculano de Carvalho foi um dos mais valorosos e valiosos quadros."





GRAVE ATENTADO CONTRA AS LIBERDADES

Quatro militantes do Partido Comunista Português foram detidos por cinco agentes da PSP, em Matosinhos, no último domingo, quando procediam à afixação de cartazes do VIII Congresso. A propósito deste grave atentado contra as liberdades, a Comissão Concelhia de Matosinhos do nosso Partido emitiu um comunicado onde denuncia aquela acção policial. No documento revela que, depois de conduzidos à esquadra, os nossos camaradas **foram vítimas de um autêntico interrogatório policial, como se fazia no tempo do fascismo, por parte de um graduado que manifestou todo o seu ódio ao 25 de Abril e à nova situação democrática, acabando por afirmar «que o Salazar fazia cá falta».**

Estranhamos que este senhor — sublinha a Comissão Concelhia de Matosinhos — mande os seus subordinados prender militantes de um partido que está legalizado e no pleno uso dos seus direitos de actuação e propaganda, de um partido profundamente empenhado na libertação dos trabalhadores portugueses da exploração capitalista e na construção do novo Portugal democrático.

Estranhamos que este senhor se sirva da sua autoridade para procurar intimidar, dificultar e limitar a actuação dos comunistas quando, no nosso concelho, são distribuídos aos milhares panfletos (anónimos ou assinados) de organizações fascistas que actuam impunemente.

A finalizar, a Comissão Concelhia de Matosinhos **protesta energicamente contra esta arbitrariedade que atingiu quatro militantes, exige um inquérito à actuação do graduado da PSP, denuncia este grave atentado aos direitos conquistados pelo nosso Povo e reafirma a sua disposição de lutar firmemente pelo respeito e cumprimento da Constituição.**

CONSTERNAÇÃO EM PIAS PELA MORTE DO CAMARADA MANUEL DIONÍSIO

A morte súbita do camarada Manuel Dionísio Baptista trouxe a consternação à população de Pias, nomeadamente a todos os militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português, ao qual o falecido dedicou muito da sua energia e combatividade.

O camarada Manuel Dionísio contava apenas 32 anos de idade. Militante do nosso Partido, havia pertencido à Comissão do PCP da freguesia de Pias. Era trabalhador da Unidade Colectiva de Produção "A Esquerda Vencerá", membro da Cooperativa de Consumo "3 de Março" e actualmente pertencia à Comissão de Freguesia do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja.

Os companheiros de trabalho da UCP "A Esquerda Vencerá", no dia 8, largaram o trabalho ao meio-dia para se integrarem no funeral de Manuel Dionísio, no qual participaram cerca de mil e duzentas pessoas. O meio dia de trabalho será compensado pelos trabalhadores de "A Esquerda Vencerá" no próximo sábado, dia 13.

A Comissão de Freguesia de Pias do PCP, interpretando os sentimentos de todos os camaradas, apresenta à família a sua profunda mágoa pelo falecimento do combatente da mesma causa e amigo Manuel Dionísio Baptista.

MEIC: DISCÍPULO BRILHANTE DA REPRESSÃO FASCISTA

"Veiga Simão mandava a Polícia para as Escolas! Cardia quer mandar as Escolas para a Polícia!" — afirmam num manifesto os estudantes comunistas do Porto

Estudantes de Medicina foram convocados pelo Ministério para fazerem exames no Governo Civil/Comando da PSP no Porto. A medida repressiva, cujo ineditismo é de acentuar, mereceu um protesto indignado da parte da União dos Estudantes Comunistas (UEC) do Porto. Solidarizando-se com a "luta contra a realização dos exames na Polícia", o vice-reitor da Faculdade de Ciências, prof. José Morgado, pediu a demissão, depois da inutilidade dos seus esforços para dialogar com o MEIC.

Num manifesto sob o título "Veiga Simão mandava a Polícia para as Escolas! Cardia quer mandar as Escolas para a Polícia!" a UEC do Porto denuncia a tentativa de realizar exames policiados fora da escola como "grave e perigosa ameaça contra todos os estudantes portugueses" e acrescenta: "os mais elementares direitos e liberdades nas escolas estão ameaçados pela fúria antiestudantil, reaccionária e repressiva de Cardia!".

Apelando para os companheiros, pois "a hora é de agir unida e firmemente", a UEC anuncia que "ao apelo das direcções associativas, que apoiaram a luta e de outras organizações estudantis progressistas", 2000 estudantes se dirigiram em manifestação do Governo Civil à Reitoria, exigindo a "anulação dos exames na Polícia" e paralisando as aulas em Engenharia, Economia, Belas-Artes e noutras escolas.

"Instado ao diálogo — acrescenta a União dos Estudantes Comunistas — Cal Brandão, Governador Civil do Porto, recusa-se. Ele colabora activamente na violação à Constituição que são os exames fora das escolas".

REPRESSÃO DE NOVO TIPO

Por seu turno, a Organização do Porto dos Professores do PCP, depois de lembrar que "os estudantes de Bioestatística vêm lutando contra a realização este ano de exames nesta cadeira, que frequentaram durante muito pouco tempo e em condições deficientes", protesta contra a medida repressiva do MEIC, que "nem ministros fascistas ousaram pôr em prática", e apela para "um firme e activo apoio à luta dos estudantes do ensino superior contra o decreto de gestão, pela anulação dos exames realizados no Governo Civil, pelo apoio e solidariedade ao dr. José Morgado".

Os professores comunistas salientam ainda que o ensino da cadeira em causa foi ministrado sem conteúdo válido para a continuação dos estudos e que os estudantes se propõem continuar a frequentar as aulas, submetendo-se a exame no próximo ano.

A resposta foi uma medida antidemocrática e anticonstitucional que "vem no seguimento da política reaccionária levada a cabo até agora pelo responsável da pasta da Educação", pelo que "reagindo pronta e justamente contra mais esta medida fascizante, os estudantes do Porto encetaram formas de luta variadas, de que a manifestação ontem realizada (na última segunda-feira) com milhares de alunos, foi um dos pontos altos".

A GESTÃO CÓMO A QUER O MEIC

Entretanto, em Lisboa, a UEC protestava contra o recente decreto do MEIC sobre a gestão no ensino preparatório e secundário, referindo nomeadamente que esse decreto se destina a "acabar na prática com a existência de comissões de gestão eleitas na maioria das escolas do país e a limitar grandemente a participação estudantil na gestão dos ensinos secundário e preparatório, sem qualquer auscultação prévia à população escolar e com manifesto desprezo pelos princípios da gestão democrática expressos em anterior diploma".

Por seu lado, a Assembleia da Faculdade de Engenharia do Porto, rejeitando aquele decreto do MEIC, afirma que o mesmo "não garante os princípios mínimos de participação democrática da população das escolas" e foi elaborado ignorando os "sucessivos apelos ao diálogo por parte das escolas superiores e os pontos fundamentais dos regulamentos pelos quais a esmagadora maioria daquelas se regem e, inclusivamente, disposições da própria Constituição em vigor".

Repudiando a constituição do chamado Conselho Científico, constante do Decreto-Lei 781-A-76, a Assembleia lembra que no mesmo não tem lugar "uma grande parte dos docentes que contribuiram de modo decisivo para a organização e funcionamento da escola e para todas as transformações nela verificadas" durante os dois anos e meio posteriores à Revolução de Abril.

«Povo Unido»: aumenta a mobilização popular

QUE SEJAM AS PRÓPRIAS POPULAÇÕES A ELABORAR OS PROGRAMAS LOCAIS!

O apoio crescente que de Norte a Sul do país vem sendo dado à Frente Eleitoral Povo Unido por cada vez mais amplas camadas da população, comprova, dia-a-dia, a justeza da sua formação. Correspondendo aos profundos anseios unitários das massas populares, a Frente tem vindo a afirmar-se como o meio de cooperação possível de quantos se dispõem a unir esforços para impedir uma vitória eleitoral das forças antidemocráticas e para lutar, em comum, na resolução dos problemas sociais, económicos e políticos das populações, fortalecendo desse modo a democracia em Portugal.

Vencida a primeira fase das eleições para as autarquias, a apresentação de listas, outra igualmente importante se trava neste momento — a elaboração de programas. Num apelo constante à participação das populações — apoiar não basta, é necessário participar — a FEPU está a realizar por todo o lado plenários, assembleias, amplas reuniões onde se debatem os problemas mais sentidos pelos agregados populacionais. Que sejam as próprias populações a elaborar os programas que os seus mandatários se comprometerão a cumprir, desde que para tal disponham de meios, é o objectivo a atingir, pois elas melhor que ninguém sabem quais as suas principais carências, quais as suas necessidades mais prementes, quais as suas aspirações.

Entretanto, continuam a realizar-se sessões e comícios para a apresentação dos candidatos da FEPU.

Assim, em Coimbra, milhares de pessoas participaram num comício realizado no passado dia 5 onde, além dos cabeças de lista — eng.º Júlio Couceiro e dr. Ivo Cortesão, ambos independentes — estiveram presentes vários membros da Comissão Nacional da FEPU, entre os quais José Manuel Tengarrinha, do MDP/CDE e Carlos Luís Figueira, suplente do Comité Central do PCP. O comício foi presidido por Carlos Dias, trabalhador bancário, independente.

Durante a sua intervenção, o camarada Carlos Luís, após uma breve análise da actual situação política, afirmou, referindo-se às próximas eleições:

...Que fique bem claro para as forças reaccionárias, que fique bem claro para todos aqueles que apostam na liquidação do processo revolucionário, que mais de dois anos de revolução não passaram em vão sobre o nosso povo. Existem hoje ainda forças suficientes em todos aqueles que aspiram ver varrida para sempre do nosso país a exploração do homem pelo homem para se oporem a essa política.

A título de exemplo, o nosso camarada referiu a luta dos trabalhadores agrícolas alentejanos em defesa da Reforma Agrária, a unidade dos trabalhadores em torno da organização do Congresso de Todos os Sindicatos e em defesa dos seus direitos e conquistas.

Júlio Couceiro, que falou em seguida, referiu-se em especial aos problemas mais sentidos na cidade e no concelho, **que só uma administração democrática contando com o largo apoio das massas populares será capaz de solucionar.** Pormenorizando, o orador referiu-se ao problema dos transportes caros e deficientes, não servindo as necessidades das populações; ao problema do comboio da Lousã, que há largos anos está por solucionar; as carências das zonas rurais em infra-estruturas sanitárias, de assitência, de equipamento escolar, etc.

O processo de constituição das listas de candidatos do Povo Unido foi recordado por José Manuel Tengarrinha, que sublinhou o significado das centenas de milhares de contactos realizados com as populações para esse fim, o que concede às listas um cunho amplamente democrático e unitário. A propósito, afirmou que por todo o país há quase mais militantes do PS nas listas da FEPU do que homens do MDP/CDE, sendo o número de independentes, em muitos locais, superior à soma dos militantes dos partidos que apoiam a Frente.

A unidade das populações em torno das listas da FEPU, para nos darmos as mãos e unidos construirmos e realizarmos o país socialista que desejamos, foi o apelo deixado por Carlos Dias ao encerrar o comício.

A JUVENTUDE APOIA A FEPU

Dos mais diversos pontos do país chegam notícias de grupos de jovens, trabalhadores e estudantes, que decidem organizar-se em comissões de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido. No comício realizado em Coimbra, por exemplo, foi lida uma saudação da Comissão Juvenil de apoio à FEPU da Figueira da Foz que, na impossibilidade de estar presente, **quis dessa forma expressar o seu apoio a essa importante manifestação unitária de luta pela edificação do Portugal democrático** e apelar à juventude de todo o país que se organize em comissões do mesmo tipo.

Coimbra, Marinha Grande, Leiria, Moscavide, são alguns dos locais onde as Comissões Juvenis Unitárias (COJU) têm vindo a desenvolver grande actividade, estando programadas muitas outras iniciativas, que incluem convívios, bailes, debates.

PLENÁRIO DISTRITAL EM BEJA

A saúde das populações, o ensino, a criança, a terceira idade, o saneamento básico nas freguesias rurais, foram alguns dos temas debatidos no plenário distrital da FEPU realizado em Beja, no passado sábado, que contou com uma ampla participação das massas populares.

No decorrer da sessão foram revelados alguns números que exemplificam bem as condições em que se vive na maior parte dos concelhos daquele distrito alentejano. O exemplo mais significativo é sem dúvida o do concelho de Odemira, o maior de Portugal, onde 70% da população é analfabeta, 67% ainda não tem assistência médica, 18% nunca comeu carne de vaca, 15% sofre de tuberculose e 12% das crianças são atrasadas mentais.

A importância que o resultado das eleições para as autarquias locais terá para a resolução destes problemas e, consequentemente, no avanço e consolidação do processo revolucionário foi salientado por Helena Cidade Moura e Luís de Sá, da Coordenadora Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido. Usaram ainda da palavra candidatos às câmaras de Aljustrel, Serpa, Ferreira do Alentejo, Beja e Odemira.

Também em Santa Iria da Azóia se realizou uma iniciativa semelhante, na Sociedade Musical e Recreativa 1.º de Agosto «Santariense», onde foram apresentados os candidatos da Frente para a Câmara e Assembleia Municipais do concelho de Loures.

De salientar que neste concelho o Clube Recreativo Corações de Vale de Figueira decidiu apoiar a Comissão Eleitoral Unitária da freguesia de S. João da Talha, enquanto na freguesia de Apelação a respectiva CEU tornou pública a sua adesão de **apoiar incondicionalmente as listas concelhias da FEPU para a Câmara e Assembleia Municipais.** Aquela Comissão Eleitoral apresenta uma lista própria para a freguesia, cujo carácter profundamente unitário se salienta num comunicado distribuído, onde se afirma que, **em Apelação, comunistas, socialistas, democratas de outros partidos e independentes, ao desencadearem o processo para a formação de uma lista, tiveram como objectivo a construção da unidade da sua terra.**

Entretanto, em Massarelos, Porto, efectuou-se um plenário das Comissões de Eleitores Unitária daquela localidade, com o objectivo de elaborar um programa definitivo da lista candidata à Assembleia da referida freguesia.

No concelho de Sintra há a assinalar a realização de um sarau de confraternização promovido pela lista «Povo Unido» de Carenque, assim como um encontro da comissão concelhia de Sintra, onde foram analisados os dois anos de gestão democrática daquele município e dadas as perspectivas quanto ao trabalho a desenvolver no futuro para continuar a assegurar a gestão democrática do concelho.

Em Almada efectuou-se também um plenário de candidatos da FEPU naquele concelho, tendo sido analisado o trabalho já realizado e programadas novas tarefas para este período de pré-campanha eleitoral.

TRABALHADORES APOIAM «POVO UNIDO»

Nas mais diversas empresas do país organizam-se comissões de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, numa clara demonstração da profunda vontade que anima as classes trabalhadoras de se unirem em mais esta batalha eleitoral que se aproxima, conjugando forças para vencer a reacção e colocar à frente das autarquias locais homens e mulheres da sua confiança, capazes e honestos, firmemente dispostos a lutar pela defesa dos interesses das populações.

Assim aconteceu, por exemplo, numa empresa do distrito de Setúbal, a IMA, onde 178 trabalhadores de diversas tendências se resolveram organizar em Comissão Unitária de apoio à FEPU, destinada a mobilizar e intensificar a participação dos trabalhadores daquela empresa nas listas unitárias que concorrem às eleições para as autarquias. Esta comissão está aberta à adesão de quantos nela desejem colaborar.

Também na Setenave se avança com uma iniciativa semelhante. Em separado, transcrevemos uma carta da Comissão Unitária formada nesta empresa dirigida a todos os que nela trabalham.

A Frente Eleitoral Povo Unido é já, sem dúvida, uma realidade nacional que se afirma mais e mais em cada dia que passa. Apoiar e colaborar na construção da unidade de todos os democratas é hoje um dever de quantos desejam contribuir para a consolidação da democracia em Portugal. Amigo, porque esperas para dar o teu apoio?

AOS CAMARADAS DA SETENAVE

Porque nos lembramos da gente que se aproveitava sistematicamente da posição social, cargo ou lugar que obtinha na Câmara ou Juntas, para uma actuação autoritária e corrupta;

Porque pensamos que os órgãos de poder locais, são para servir os interesses da maioria das populações e não para alguns se servirem deles;

Porque queremos fazer eleger para as autarquias homens e mulheres capazes de defender os interesses das populações e evitar que saiam vencedores destas eleições os caciques e seus fiéis servidores, ligados a um passado próximo;

Porque exigimos a eleição de cidadãos dignos e prestigiados, gente que mereça, pelo seu comportamento social, a confiança das populações;

Porque reclamamos o debate dos problemas concretos sobre trabalho, habitação, transportes, segurança, ensino, saúde e tudo o que interesse aos trabalhadores, às mulheres, à juventude, aos velhos e a milhões de portugueses dignos de respeito, nas freguesias, e nas cidades;

Congratulamo-nos pelo aparecimento de uma "FRENTE ELEITORAL", apartidária, defendendo princípios e colocando questões muito simples, mas que vão ao encontro do sentir mais profundo do "POVO (UNIDO)", que não apresentando listas próprias em centenas de freguesias, para apoiar listas unitárias locais, lançadas por iniciativa directa dos moradores e indiferente a filiações partidárias bastando ser antifascistas, mostra claramente que a posição correcta dos trabalhadores portugueses, só poderá ser a de adesão à "FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO". Por todas estas razões os abaixo assinados decidem organizar-se em comissão de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido e apelam a todos os trabalhadores a participarem nesta luta unitária.

Junta a tua adesão à nossa

O CAMARADA ÁLVARO CUNHAL PÕE EM RELEVO O PROSSEGUIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

«A Reforma Agrária não pode perigar, pois pôr em perigo a Reforma Agrária é pôr em perigo a nossa democracia. Portanto, a Reforma Agrária há-de realizar-se. É certo que poderá haver ajustamentos, mas ela terá de prosseguir dentro das grandes linhas com que foi caracterizada, dentro de uma política democrática, qualquer que seja o Governo e independentemente das soluções conjunturais», declarou aos jornalistas o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, depois da troca de impressões que teve no último sábado com o Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Sublinhando as fortes realidades existentes na Reforma Agrária, que situações conjunturais não podem alterar, o secretário-geral do PCP lembrou que há ainda cerca de 700 mil hectares de terra por expropriar. Essas expropriações — declarou — devem fazer-se segundo «um processo normal, decidido pelas instâncias oficiais. Entretanto, têm sido feitas especulações de que nós, comunistas, estariamos a querer reconduzir um processo como o que se operou em fins de 1974 e em 1975. Não se passa nada disso — esclareceu. A nossa posição é a de que esses 700 mil hectares devem ser entregues aos trabalhadores, mas não através de ocupações, pois estamos numa fase nova da Reforma Agrária. A nosso ver, independentemente dos ajustamentos, rectificações e remodelações que haja nesse domínio, o importante é que a Reforma Agrária tem de ser realizada» — concluiu o camarada Álvaro Cunhal.

A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA CONFERÊNCIA DE BUDAPESTE

Tendo como principal objectivo salientar a importância de que se revestiu, no âmbito da cooperação internacional, a Conferência Mundial do Desenvolvimento, realizada recentemente na República Popular da Hungria pelo Conselho Mundial da Paz, e analisando ao mesmo tempo a participação da delegação portuguesa, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) concedeu na passada semana, em Lisboa, uma conferência de Imprensa na qual estiveram presentes alguns dos elementos que representaram o nosso país em Budapeste.

No decorrer do encontro com os jornalistas — presidido pelo camarada Carlos Carvalhas, membro da direcção do CPPC — foi salientado que a Conferência Mundial do Desenvolvimento, onde participaram cerca de 600 delegados de uma centena de países, abordou entre outras questões, a luta por um novo sistema de relações económicas internacionais, o estudo das formas e dos meios de desenvolvimento, o subdesenvolvimento, a fome, e ainda as profundas ligações entre a luta pela paz, o desanuviamento e o desarmamento.

Além das intervenções de Maia Cadete, Carlos Carvalhas, tenente-coronel Bragança Moutinho, Avelãs Nunes e Guilherme Espinha, foi divulgada por Mário Murteira a "Declaração sobre a Luta pela Paz, Desenvolvimento e Independência Económica" apresentada pela delegação portuguesa na Conferência.

"O desanuviamento internacional, designadamente preconizado pela Acta Geral da Conferência de Helsínquia sobre a segurança e a cooperação europeias" — refere o documento — é uma das condições que determina com maior influência o processo de desarmamento, tarefa na qual se devem empenhar todos os países interessados na consolidação da paz mundial.

O desanuviamento e o desarmamento — salienta-se mais adiante — são factores inseparáveis na luta pela instauração de uma nova ordem económica internacional, mais justa e que sirva o desenvolvimento autêntico e o progresso social dos povos.

"Neste espírito, alertamos a opinião pública nacional para a fase decisiva da luta pela reestruturação da economia mundial que hoje atravessamos e cujo projecto se encontra delineado em documentos aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a declaração sobre os princípios reguladores da *Nova Ordem Económica Internacional e a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados*", sublinha a Declaração, apontando em seguida a necessidade urgente de promover a discussão destes temas porque, **"sem uma vasta consciencialização popular que assegure conteúdo prático à luta pela paz, pelo desenvolvimento e pela independência económica em Portugal, correm-se graves riscos de novamente subordinar os destinos do povo português às forças mais retrógradas e opressoras do capitalismo e imperialismo internacional, apenas disfarçadas sob a aparência de formas diferentes das que vigoraram entre nós até ao 25 de Abril".**

CONTRA AS MANOBRAS DO CAPITALISMO EM PORTUGAL

Detendo-se em particular sobre a participação portuguesa na Conferência de Budapeste, Avelãs Nunes revelou o interesse e curiosidade que a Revolução Portuguesa continua a despertar no estrangeiro, tendo também informado os jornalistas que o processo político do nosso país foi referido na intervenção do Secretário-Geral do Conselho Mundial da Paz, bem como no documento final da Conferência.

Durante o encontro com os órgãos de Informação, afirmou-se ainda que **os princípios da luta contra o capitalismo e o imperialismo hoje internacionalmente assumidos carecem de firme defesa em Portugal. Tal sucede quanto à diversificação das nossas relações económicas externas, em lugar da crescente concentração de relações num único bloco político-económico; quanto à efectiva regulamentação das actividades das multinacionais em Portugal, actividades que deverão encontrar os interesses do povo português e não traduzir apenas a exploração da nossa mão-de-obra pela lógica do capital internacional; quanto ao estabelecimento de relações económicas de interesse mútuo com os novos Estados de língua portuguesa, enfim, quanto ao nosso direito de defender e aprofundar as reformas progressistas previstas na Constituição sem sofrer discriminação nem pressões externas de qualquer espécie visando a recuperação do capitalismo em Portugal."**

As conclusões da Declaração da Conferência Mundial do Desenvolvimento têm como pontos principais a *defesa dos interesses económicos de cada povo, a nova ordem económica internacional, a luta contra as companhias multinacionais e a ingerência nos assuntos internos de cada país.* O texto final aborda também *a crise geral do sistema capitalista, o subdesenvolvimento, a luta pela paz, o apoio e a solidariedade aos povos oprimidos e as novas relações económicas, apoiando a luta dos países em vias de desenvolvimento.*

Juventude e alegria

MAGUSTO ORGANIZADO PELOS PIONEIROS DO PORTO

A organização do Porto dos Pioneiros organizou, no passado dia 31 de Outubro, em Águas Santas, um magusto que contou com a presença de cerca de duas centenas de pessoas, na sua maioria pioneiros.

Esta interessante iniciativa de convívio foi preenchida com representações teatrais, canções e jogos, não faltando as apetitosas castanhas, como é evidente.

Durante algumas horas, os pioneiros e todos quantos se associaram ao magusto viveram num ambiente de alegria e amizade, como a fotografia o evidencia claramente.

REUNIÃO DE PIONEIROS

No passado dia 1 de Novembro realizou-se uma reunião de Pioneiros, em que participaram muitos Pioneiros da Moita e da Baixa da Banheira, além de camaradas da UJC e da UEC.

Depois de um diálogo estabelecido entre a camarada que orientou a reunião e os jovens participantes, e que iria focar fundamentalmente o que são e o que se pretende que sejam os pioneiros, entrou-se numa ordem de trabalhos cujos principais aspectos foram de índole organizativa e das possibilidades de colaboração com a UJC e a UEC.

Foram projectadas actividades futuras. Por exemplo, um almoço-convívio onde são esperados artistas de canto livre, onde haverá teatro. Foi marcada uma data — o dia 28 deste mês, na Moita.

FOI ASSIM QUE FIZEMOS!

Aconteceu na serra algarvia. De início eram oitenta pequenos e médios agricultores da freguesia de Martinlongo, no concelho de Alcoutim. Juntaram-se. Compraram uma debulhadora. Trabalharam todos de graça durante a debulha para constituir a Cooperativa de Comercialização. Assim arranjaram dinheiro para construirem um armazém e começaram, nessa altura, a vender o adubo mais barato. Com a ajuda da Reforma Agrária, compraram um tractor, reboque e alfaia. Hoje vendem azeite, aguardente, rações, farinhas, forragens, etc. Em Agosto último, inauguraram uma barragem construída com o seu próprio esforço. E continuam trabalhando, aumentando a produção, edificando, no dia-a-dia, um futuro melhor para os seus filhos e para o seu povo.

Em comunicado divulgado à população, estes pequenos e médios agricultores contam como e porquê puseram mãos à obra:

Na realidade existem muitas pessoas que desconhecem como nós metemos mãos à obra e conseguimos pôr a funcionar uma coisa que mete confusão a muita gente. Não porque seja um bicho de sete cabeças mas porque existem muitas pessoas mal informadas. Ora vejamos!

Porque razão não poderia um grupo de agricultores comprar uma máquina debulhadora? Será que isso iria prejudicar os agricultores que a compraram? E então aqueles que nem terra têm por vezes e as compram só para ganhar à maquia? Pois nós sabíamos que essa máquina tinha que dar rendimento, e como tal, começámos por juntar uma dezena de interessados e não tivemos mais à espera de quaisquer promessas.

Não pensem que nós tinhamos muito dinheiro; juntámos só o suficiente para a compra da máquina e depois havia que contar com o trabalho dos sócios como veio a acontecer.

Ganhámos nessa campanha o suficiente para a construção do nosso armazém que levou pouco tempo a ser construído. Com a debulhadora e o armazém, pensámos dar mais uns passos, e foi então que comprámos um tractor com a ajuda da Reforma Agrária.

Os adubos tinhamos que ir comprar aos intermediários e grandes comerciantes; assim como as farinhas, as rações, forragens, aguardente e outros produtos que começaram a ser comercializados pela cooperativa.

Em certa altura, verificámos que, com um movimento na ordem das centenas de contos, tinhamos que pôr a escrita em dia, tendo sido eleitas uma pessoa para nos fazer a escrita e outra para aproveitar convenientemente o tractor, dado que este só funcionava quando alguns elementos com carta de condução tinham algum tempo disponível, o que de certa maneira dificultava um bom serviço aos seus cooperantes.

É evidente que nem tudo são rosas e que dificuldades sempre aparecem; não podemos estar a dizer que tudo isto tem sido como nós desejariamos que fosse, mas também reconhecemos que muito se tem feito durante um ano.

TIRAR O MAIOR PROVEITO DAS CONDIÇÕES QUE TEMOS

Hoje a questão é muito simples, embora de difícil resolução. Mas certamente que se não se começar ou se se ignorar esse problema, será bem pior do que afirmar que a resolução é difícil. É o caso, sem dúvida, da maneira como todos nós trabalhamos nesta serra, e não só. Quantos de nós tivemos que ir para o estrangeiro, ou pelo menos, quantos dos nossos filhos ou parentes tiveram de abalar, por não terem uma vida digna no seu país, indo assim enriquecer outras nações e deixando a sua ao abandono, por falta de condições de trabalho? Não podemos dizer para todos eles virem de um momento para o outro, sem que aqui existam as estruturas para os poder receber; devemos sim dizer, que queremos que voltem o mais depressa possível, já com o mínimo de condições de trabalho na sua terra. Não será certamente com parelhas de burros e com arados, alguns ainda de madeira, que os problemas se resolvem; não será guardando duas ou três cabras que uma pessoa poderá sobreviver; não será com sementeiras de cereais nas condições em que elas se fazem, na maior parte das vezes, que se conseguirá o sustento das populações e a protecção das terras da serra algarvia. Aqui também dizemos que não é num dia que se deixará de fazer tudo isso, porque não há ninguém que faça milagres. Muitos dizem que as terras são pobres, que não poderão vir a dar rendimento, enfim uma série de coisas que tentam meter na cabeça das pessoas que sempre desconheceram novas técnicas e variedades. Se existem países que recuperaram desertos, zonas geladas, conquista de terras ao mar, etc., porque não conseguir-se tirar um grande rendimento da serra algarvia?

Esta é uma grande tarefa, que se nos depara no futuro, e para a qual é necessário mobilizar todos os meios, tanto técnicos como materiais.

Há por vezes quem diga que o que fazia falta eram fábricas, para que tivessemos emprego assegurado; mas nós perguntamos-lhes, como poderá vir a haver indústria sem que primeiro haja produção? Sem dúvida que as fábricas virão a ser uma coisa preciosa logo que a produção comece a aparecer, para que possamos tirar o máximo rendimento.

Teremos que aqui na nossa terra tirar o maior proveito das condições que temos. Foi nesse sentido que começámos por arrendar propriedades que se encontravam cheias de mato, sem qualquer aproveitamento, tanto para os donos como para a Nação. O Estado deu a sua participação (antes do VI Governo Provisório) contribuindo com trabalho de máquinas adequadas ao terreno. Começamos por limpar e desmatar terrenos que noutras condições dificilmente viriam a ser trabalhados. Outras propriedades pensamos vir a arrendar para que a área seja suficiente para uma exploração rentável. Essas areas desmatadas virão a fornecer pastagem para gado, coisa que, há anos atrás, era a maior riqueza desta serra, e que novamente poderá vir a ser mas em condições de trabalho muito diferentes.

A Reforma Agrária ajudou-nos na construção de uma barragem para a cooperativa, que muito virá a valorizar o nosso trabalho, dado que necessário é haver regadios tanto para consumo das áreas de regadio, como do próprio gado que viremos a adquirir.

Com este sistema de trabalho, iremos ter uma empresa que certamente empregará muitos de nós, sendo nosso desejo que mais tarde ou mais cedo, todos aqueles que trabalham na cooperativa possam ter um futuro assegurado.

Acreditamos na nossa obra, tudo temos feito até ao limite das nossas forças e possibilidades, e como tal, o Governo não nos deveria esquecer, assim como a tantos outros que também já começaram a organizar-se e a trabalhar para um país rico, cujos frutos sejam em benefício de quem produz.

Estamos sempre firmes e saberemos seguir em frente, com o que tanto nos tem custado, não só em trabalho como em organização que tão importante é". Esta transformação da vida de pequenos e médios agricultores, este enriquecimento da agricultura passa-se na serra algarvia. Mas mais importante do que o local em que se processa, é a experiência em si, o que ela contém para outros pequenos e médios agricultores, os ensinamentos que encerra. Como exemplo a ser meditado e seguido por vontade livre dos camponeses pobres e das camadas médias do campesinato. Como confirmação prática do velho ditado popular "A união faz a força"

Como diz o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido **no desenvolvimento do cooperativismo vale mais um bom exemplo do que um mês de propaganda!**

CAMPANHA DE ARROZ NO BAIXO MONDEGO FEITA COM MÁQUINAS ALENTEJANAS

Responsabilizar o Governo pelo cumprimento da Constituição no que se refere aos prejuízos da seca e reforçar a aliança com os trabalhadores das UCPs e Cooperativas são objectivos de acção da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o--Velho.

Nas terras do Baixo Mondego, a campanha deste ano apresenta uma quebra da ordem dos 30 a 40 mil contos para as colheitas de arroz e de 8 mil contos para as colheitas de trigo. Perante estes resultados, agravados pelas chuvas prematuras de Outubro, pequenos e médios agricultores rendeiros não sabem como pagar as rendas e as despesas feitas com as culturas.

De colaboração com o MARN, a Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho enviou já uma moção ao Governo chamando a atenção para o cumprimento do artigo 102, parágrafo 2, da Constituição, no qual se prevê o auxílio do Estado aos pequenos e médios agricultores cujas culturas tenham sido afectadas por acidentes de clima. Perante o silêncio dos organismos responsáveis, a Liga de Montemor-o-Velho propõe-se ir junto dos órgãos de Poder apresentar a seguinte proposta:

— *Que sejam atribuídas indemnizações aos agricultores das zonas afectadas, depois de estudado cada caso em particular;*

— *que seja instituído ainda para o próximo ano, o seguro contra acidentes de clima, previsto na Constituição;*

— *que o Governo tome as medidas necessárias para que seja cumprido o estabelecido no Artigo 8.º da Lei do Arrendamento Rural, que prevê a redução proporcional das rendas.*

Recorde-se, a propósito, que esta organização de classe dos pequenos e médios agricultores, constituída em Dezembro de 1975 com a participação de 150 agricultores, não tem poupado esforços na defesa dos interesses dos seus associados, promovendo reuniões sobre a necessidade de garantia de um preço justo para o arroz e sobre comercialização de produtos agrícolas (nomeadamente leite e resinas) e dos produtos necessários à lavoura (adubos, rações e palhas). A Liga tem-se ainda distinguido na luta pela aplicação da Lei do Arrendamento rural, colaborando com o MARN, de tal modo que, hoje, em Montemor-o-Velho, existem já cerca de um milhar de contratos de arrendamento reduzidos a escrito. A própria dinamização da Cooperativa Agrícola de Comercialização se ficou a dever principalmente ao esforço da Liga e dos seus núcleos.

"TV RURAL" DOS AGRÁRIOS

A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho tem estado, também, na primeira linha de defesa dos interesses dos seus associados no que respeita ao repúdio pelo aumento dos adubos, denúncia da especulação dos intermediários e das dificuldades na aquisição de rações, prevenindo sobre os obstáculos à obtenção da batata de semente que se prevêm, já que a comercialização deste produto continua nas mãos de intermediários. A Liga defende que os adubos e outros produtos básicos para a produção agrícola sejam distribuídos, em primeiro lugar, às Cooperativas de Comercialização ao serviço dos pequenos e médios agricultores. Recentemente, a Liga manifestou o seu veemente protesto sobre uma série de programas "TV Rural", nos quais o engenheiro Sousa Veloso "procurou" abordar os problemas do Baixo Mondego ouvindo apenas os agrários e ignorando as organizações dos pequenos e médios agricultores: Liga e Cooperativa.

REFORÇAR A SOLIDARIEDADE

O fortalecimento da organização da Liga e o estabelecimento de fortes laços de solidariedade com os trabalhadores da região da Reforma Agrária que emprestaram máquinas ceifeiras para as terras do Baixo Mondego, alertaram as forças reaccionárias, que lançaram o boato de que os pequenos e médios agricultores se preparavam para ocupar terras. A GNR, ao dar crédito a tais atoardas, facilita as intenções dos "que desejam lançar a perturbação que em nada beneficia quem trabalha a terra, seja ele rendeiro ou trabalhador rural".

Desmascarando estas manobras provocatórias, a Liga assume, simultaneamente, a sua profunda gratidão para com as Cooperativas de Produção Agrícola "1.º de Maio", de Avis, "21 de Fevereiro", de Benavila, "Unidade do Ervedal" e o Comité da Reforma Agrária do Couço que, "conhecendo as dificuldades dos que trabalham a terra, organizaram a vinda de seis máquinas de ceifar, assim distribuídas: 2 na Ereira, 1 em Maiorca, 1 em Montemor-o-Velho, 1 em Meãs do Campo e outra em Formoselha". Como resultado desta solidariedade ficaram resolvidos graves problemas derivados da falta de máquinas agrícolas, tendo sido evitados os altos preços de aluguer praticados na região. Assim, segundo informa a Liga de Montemor-o-Velho, com o auxílio dos seis operadores das máquinas vindas das cooperativas, de dois mecânicos, e sob a organização dos agricultores, as dificuldades foram vencidas e a campanha correu bem:

"Fizeram-se cerca de 400 horas e ceifou-se o arroz de cerca de 120 agricultores inscritos nos núcleos, havendo já a certeza de que o preço/hora não irá além dos 400$00 (no ano passado os alugadores de máquinas levavam 800$00/hora e este ano preparavam-se para levar 1 200$00 a 1 300$00 por hora). Com a cheia que veio inundar o campo nalgumas zonas, muitos teriam sido os pequenos agricultores a perder o seu arroz, caso as ceifeiras das cooperativas alentejanas não tivessem vindo."

Esta experiência de solidariedade não somente resolveu o problema da campanha como "veio desfazer mentiras que algumas pessoas tinham na cabeça a propósito da Reforma Agrária". Por isso, a liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho apela para o reforço da solidariedade que nasceu entre os trabalhadores agrícolas do Sul e os agricultores do Mondego, "porque dessa forma poderemos resolver alguns problemas de produção e de comercialização para fazermos frente em conjunto àqueles que odeiam quem trabalha no campo e vive à custa do seu próprio suor."

CARTA DE UM TRABALHADOR SOBRE A TOMADA DE POSSE DO MINISTRO DA AGRICULTURA

"Não somos um povo assim tão atrasado, senhor Primeiro--Ministro"...

A propósito da cerimónia da tomada de posse do novo ministro da Agricultura e do discurso então proferido por Mário Soares, recebemos de um nosso leitor, trabalhador agrícola, a seguinte carta, com pedido de publicação:

"Cá na terra, todos ficámos apreensivos com a demissão do ministro da Agricultura, engenheiro Lopes Cardoso. Eu disse para comigo que era mau voltar as costas aos problemas. Se os homens honestos desistissem todos, onde é que isto ia parar? E porque a coisa interessa a todos, toda a gente quis ver a tomada de posse do novo ministro da Agricultura, dada na televisão. Foi tudo muito correcto, sim senhor, mas houve palavras que a uns deixaram pasmados e a outros um bocado apreensivos. Eu, talvez por ser entrado nos anos, não fiquei nem uma coisa nem outra. Pus-me a pensar no caso e achei que devia escrever para o jornal porque a Constituição nova diz que podemos descobrir o nosso pensamento que não há já Pide que aqui venha. E porque não sou comunista nem tenho partido, embora tenha aprendido bem qual é o que ajuda a carroça a andar para a frente, resolvi dar umas palavras para o 'Avante!'. É claro que alguns vão dizer que eu sou um comunista disfarçado. Basta uma pessoa tomar uma atitude de homem de bem, de bom cristão e não de beato falso, e há logo quem diga 'Olha o comunista!' Então os reaccionários dizem o que querem e ninguém os chama à pedra. Vejam lá que até andam a dizer que os trabalhadores vendem o trigo à Espanha e parte dele ainda está nas cooperativas já a colar-se às paredes que os Centros da região dizem que não o podem arrecadar.

"Mas isso são outras histórias e vamos mas é ao assunto.

"Pois o sr. Primeiro--Ministro disse na tomada de posse que era preciso salvar a Reforma Agrária da 'perversão totalitária' (vem aqui no 'Diário de Notícias' e toda a gente ouviu na televisão). Nós não percebemos. Não é isso que fizemos e andamos a fazer quando procuramos acabar, sem guerras mas dentro da lei, que nos veio dar razão, com os grandes agrários que mandavam em quase todas as terras de cultivo do nosso País e não as cultivavam, negando--nos trabalho, sem atenderem à fome dos nossos filhos? Quanto mais fome eles tivessem, quanto mais zanga houvesse em casa, melhor para os exploradores que a gente ia trabalhar por meia dúzia de tostões e eu posso dizê-lo que ainda sou desse tempo. O dr. Mário Soares diz também que 'não se deixará que aos antigos latifundiários se substituam novos senhores, conduzidos sob a batuta de um único partido' e o novo ministro da Agricultura diz 'que não haverá simples mudança de patrões: os partidos de latifundiários são tão nocivos ao País como os latifundiários do partido'. Destas últimas palavras é que quase não percebi patavina. Porque cá para a gente os partidos dos latifundiários e os latifundiários dos partidos é tudo a mesma coisa. Antigamente chamavam-se ANP. Já foram ALA. Hoje chamam-se CAP, CDS e, também, aparecem com outros nomes a ver se a gente vai na conversa. Mas não tenha medo o sr. ministro da Agricultura que a gente não confunde e não se arreceie, também, o sr. Primeiro--Ministro, porque cá não há novos senhores. Os velhos bem querem voltar com cara nova mas já está visto que não o consentimos. Claro que o sr. Primeiro--Ministro quando diz 'novos senhores' não pode falar dos trabalhadores porque então o país seria uma terra de senhoria. Então os trabalhadores não são quase toda a população? Também se não arreceie de sermos conduzidos 'pela batuta de um único partido'. Nós temos cabeça, e não aprendemos a pensar depois do 25 de Abril. Fale--se com a CAP que ainda agora quis enganar os pequenos produtores de leite do Centro e do Norte e veja-se lá se eles não perceberam logo qual era o jogo, no encontro em Leiria.

"A prova de que sabemos pensar é que no molho de partidos, que para aí há, cada vez sabemos melhor aqueles que merecem a nossa confiança e quem a não merece ou quem merece assim assim. Diga-se, em abono da verdade, que os feitos dos partidos mais do que as palavras nos abrem cada vez mais os olhos. Podemos muitos ser analfabetos, podem alguns não distinguir uma letra do tamanho de um boi. Mas, talvez, muita gente ignore que já no tempo do fascismo, aqueles que sabiam ler, liam para um grupo de companheiros as coisas que nos interessavam e o hábito continua. É tempo de dizer a certos senhores que não somos nenhuns vermes de encher, não somos, já crianças que seria ofender os nossos filhos, mas macacos amestrados que ao assobio de um senhor qualquer correm à espera do amendoim. Não sabemos muito de letras como muitos doutores não sabem nada de agricultura, que até chegam a chamar à aveia 'ervinha'. Ponham-lhes uma terra na frente para cultivar que eles fazem a mesma figura que nós faríamos com uma seringa nas mãos. Não se arreceie, pois, sr. Primeiro--Ministro, sabemos pensar, sabemos medir os prós e os contras. Não há o perigo de sermos 'conduzidos pela batuta de um partido qualquer'. Sabemos escolher os nossos amigos e inimigos. Pode ficar descansado, senhor dr. Mário Soares, que não é Primeiro-Ministro de um povo assim tão atrasado. Tenho dito e sou um trabalhador da freguesia de Monchique."

PARA UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

• **Um tractor de uma Cooperativa de trabalhadores agrícolas nas terras de uma cooperativa de pequenos agricultores:** Durante duas semanas na "Unicampo", cooperativa de camponeses pobres de Ourentã, Cantanhede-Bairrada (formada por pequenos agricultores que se juntaram para trabalhar, em conjunto, as suas terras), os trabalhos agrícolas foram feitos por um tractor emprestado pela Cooperativa Agro-Pecuário "Camponês Livre" de Malpica do Tejo-Castelo Branco-Beira Baixa, constituída por operários rurais. Os agricultores da "Unicampo" pagam apenas o gasóleo e a estadia do tractorista, cujo trabalho é gratuito.

Com actos de solidariedade como este forja-se a aliança entre as massas laboriosas do campo, fortalece-se a base de apoio à Reforma Agrária, dão-se passos para a derrota das forças reaccionárias.

• **Quando é que os agricultores recebem o subsídio do milho de 1975?**

Esta a questão ansiosamente posta por um grupo de pequenos e médios agricultores da freguesia de Pombalinho, em Santarém, que reclamam o pagamento, a curto prazo, do subsídio do ano passado, pelo milho entregue ao Instituto dos Cereais (1$00 por quilo de cereal, limpo e seco). "Que sejam urgentemente estabelecidos preços e garantias de escoamento do produto da campanha de milho de 1976, e do que proveniente da campanha de 1975, esteja ainda armazenado pelo produtor", é outra das exigências apresentadas pelos pequenos e médios agricultores ao Secretário de Estado do Comércio e Indústria Agrícola.

• **O preço de compra do trigo ao produtor tem de ser aumentado:**

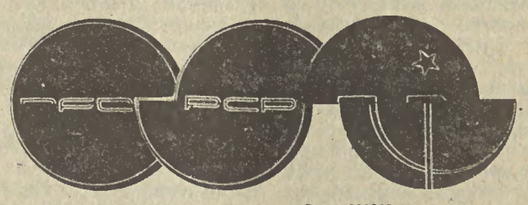
Baseando-se nos actuais custos da cultura, no aumento dos produtos básicos para a produção agrícola e na subida do custo de vida, representantes das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores dos distritos de Beja, Évora, Lisboa e Portalegre, reunidos em Évora no ex-Grémio da Lavoura, apresentaram aos representantes do Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção-Geral do Comércio Alimentar e Empresa Pública de Abastecimentos de Cereais, uma proposta de elevação do preço de compra de trigo ao produtor para 7$00 o quilo com base num peso específico de 79, expressando assim uma profunda reivindicação dos trabalhadores agrícolas.

• **Assalariados Agrícolas de Castelo Branco em Luta pela Organização Sindical:** A constituição de um sindicato foi considerada uma medida fundamental para a defesa das conquistas já alcançadas, no decorrer de uma reunião, onde participaram delegados sindicais já eleitos em freguesias do concelho de Castelo Branco, delegados das herdades colectivas "Camponês Livre" de Malpica do Tejo, dos Lenticais, da Granja de S. Pedro de Idanha-a-Velha e de Alcafozes, membros do Secretariado Regional e dirigentes do Sindicato Agrícola de Portalegre, representantes das UCPs deste distrito e ainda dirigentes da União dos Sindicatos de Castelo Branco. Foi eleita uma Comissão Dinamizadora para a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Castelo Branco. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre colaborará no arranque da iniciativa concedendo apoio técnico e material. Os trabalhadores consideram que a constituição do seu organismo de classe, fortalecendo a unidade e a organização, terá como consequência o prosseguimento das expropriações na região e virá constituir uma frente de defesa contra a exploração dos agrários.

• **Sindicatos Agrícolas dos Distritos do Porto, Vila Real e Viseu exigem que o Governo decrete, com urgência, a aplicação da Legislação de Trabalho dos Trabalhadores Agrícolas:** Num texto enviado ao Ministério do Trabalho, em que recordam como têm pacientemente esperado o cumprimento das promessas e a aplicação da Constituição, os referidos Sindicatos salientam a situação de miséria em que vivem mais de 150 000 trabalhadores agrícolas do Norte e do Centro, sujeitos a baixos salários e sofrendo despedimentos só pelo simples facto de se interessarem pela ctividade sindical, e exigem que o Governo decrete sobre o sector rural, aplicando a legislação de trabalho existente, como aliás o I Governo Constitucional havia prometido fazer até o passado dia 15 deste mês. Até ao momento, os Sindicatos tiveram como única resposta o silêncio governamental.

• **São milhares os trabalhadores rurais que, no Norte, continuam a ganhar 60$00 e 100$00 diários:** Esta situação foi denunciada numa moção enviada pelos trabalhadores agrícolas de Vila Real ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Trabalho e às Comissões Parlamentares da Agricultura e do Trabalho. Esta moção foi aprovada numa reunião de assalariados do distrito, na qual sobressaiu a presença das mulheres trabalhadoras. Os baixos salários, a ausência de um horário de trabalho, de férias e de previdência, os despedimentos abusivos, enquanto terras e terras estão por cultivar, foram questões apontadas pelos trabalhadores que continuam à espera que o Governo cumpra as suas promessas e estranham o silêncio do Primeiro-Ministro ao pedido de audiência dos Sindicatos agrícolas dos distritos do Porto, de Braga, de Viseu e de Vila Real e o igual silêncio do Ministério do Trabalho, apesar dos diversos contactos efectuados.

MEDALHA PCP



Uma criação do escultor CONDUTO

Preço 200$00
À VENDA NAS JÁ POPULARES LIVRARIAS CDL

SINDICATOS E ACÇÃO SINDICAL

?

O que é a "Carta Aberta" e a quem serve? Reestruturar ou *criar* a Central Única? O que é o "direito de tendência"? O que é a unicidade? Que caminhos se abrem ao Movimento Sindical? A quem interessa dividi-lo? Responder hoje a perguntas de hoje é função deste livro.

!

Pedidos a CDL (Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont nº 57C Lisboa)

CADERNOS DO PCP

edições Avante!

SEMANA INTERNACIONAL

CONTRA A OFENSIVA DA PAZ AGRESSÃO E CHANTAGEM ECONÓMICA

No 7 de Novembro, da Tribuna da Praça Vermelha, em Moscovo, foi mais uma vez salientado o problema fulcral em torno de que giram todos os acontecimentos internacionais: a grande batalha da nossa época, que se desenrola entre a ofensiva das forças da paz e a aguda oposição do imperialismo que multiplica provocações e estica o seu orçamento militar.

Na ofensiva das forças da paz, unem-se elementos diferenciados e aparentemente desconexos. A evolução da situação no Líbano, que se tem mantido como ponto de particular tensão, surge finalmente com uma orientação positiva. As tropas sírias assumiram o seu papel de forças encarregadas da manutenção do cessar-fogo, deslocando-se para zonas estratégicas, guiadas por guerrilheiros palestinianos. Um elemento novo que surge com o restabelecimento da natural unidade entre forças progressistas contra os desígnios da reacção. O cessar-fogo, violado em dias anteriores pelas forças da direita, que continuam a proferir ambíguas declarações de descrédito quanto à capacidade da Liga Árabe para o seu controlo, começa a gozar, pela primeira vez, das condições mínimas para ser uma realidade. Paralelamente aos esforços de paz no Líbano, a reunião, em Sófia, entre a União Soviética e o Egipto, que se realiza também com o objectivo de normalizar as relações entre os dois países, deterioradas pela posição anti-soviética e de cedência ao imperialismo por parte de dirigentes egípcios, traduziu-se em resultados positivos, expressos num comunicado conjunto em que se preconiza o "reatamento urgente da Conferência de Genebra sobre a paz no Médio Oriente".

Na última reunião da UNESCO, realizada em Nairobi, o sistema capitalista deixou mais uma vez claro a incompatibilidade dos seus interesses agressivos com uma real política de desanuviamento internacional. A proposta soviética de responsabilização dos Estados "pelas actividades na esfera internacional de todos os órgãos de comunicação social sob a sua jurisdição", o impedimento da propaganda à guerra e ao racismo, tendente à formação de uma opinião pública favorável à luta pelo desarmamento universal e efectivo, provocou grande celeuma. O mundo capitalista, "indignado", reivindicou a manutenção dos seus privilégios, nomeadamente o da falsificação da informação e o da calúnia, a possibilidade de manter intocável uma "informação" fornecida em exclusivo pelas agências imperialistas. A proposta da União Soviética continuará a ser discutida pelo Comité de Negociação, e sob esta ou aquela forma tem a vitória futura assegurada. Mas é significativa a oposição de todos os países capitalistas em bloco (em nome da liberdade, claro está!), e o "argumento utilizado" — o corte de créditos.

O "argumento" económico tem vindo a ser ultimamente empregue com abundante liberalismo. Ainda antes da sua eleição, Carter lançou mais um "aviso" à Itália, deveras expressivo: "Somos aliados e, nos últimos 30 anos, os Estados Unidos têm auxiliado o desenvolvimento económico italiano com contribuições financeiras que se elevam a cerca de 7 mil milhões de dólares. Chegou a altura de pedirmos algo à Itália: a lealdade política que mantém unidos dois países aliados". Sobre o que é o "auxílio económico" de Washington, de há muito os povos de todo o mundo estão esclarecidos. No que respeita à independência política, ficamos a saber (não é novidade), que vale menos, por exemplo, que 7 mil milhões de dólares... uma questão de preço.

A advertência de Carter à Itália pode valer como uma amostra da futura política internacional dos Estados Unidos. Uma política que em nada se diferenciará da passada. Aliás, a despeito do grande destaque dado às eleições norte-americanas pelos órgãos de informação burgueses, não são de prever quaisquer alterações sensíveis na orientação política interna e externa do baluarte do imperialismo. Democratas e Republicanos são bons gestores dos negócios dos grandes monopólios que representam. Foi significativa a apatia da população, o equilíbrio da votação em ambos os partidos, que deve ter oscilado a favor dos democratas, pela recordação dos factos ligados à administração republicana: a guerra do Vietnam, o escândalo Watergate, o declínio económico. Na verdade, a política externa conduzida pelo governo de Washington, está muito mais dependente da correlação mundial de forças do que do homem que a encabeça.

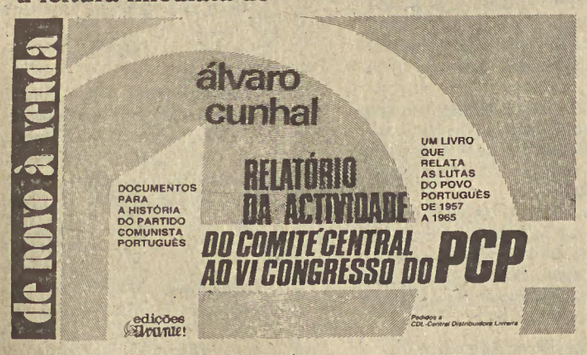
O peso da correlação mundial de forças reflecte-se em todos os acontecimentos de importância internacional. A recente reunião de Genebra, suspensa "sine die" é um outro exemplo dessa realidade. A reunião de Genebra tinha como objectivo, por parte de ingleses, americanos e Ian Smith e C.ª, o estabelecimento de uma falsa passagem do poder para as mãos do povo Zimbabwé. Falharam os intentos do imperialismo. Em Dar-es-Salam, os presidentes da Tanzânia, Zâmbia, Moçambique e Angola e o vice-presidente do Botswana reafirmaram o seu total empenhamento no apoio à luta armada para a libertação do Zimbabwé, a despeito das ameaças de Smith de novas incursões em território moçambicano.

Apesar dos pontos de tensão, o desanuviamento internacional é já uma realidade irreversível, particularmente favorável à luta dos povos pela sua libertação, favorável à luta do povo Zimbabwé, como do povo da África do Sul, como dos povos dos outros continentes.

Os esforços do imperialismo para ressuscitar o clima de guerra fria são evidentes, Na reunião da Internacional Socialista, em Amsterdão, foi afirmado pelo ministro de Defesa britânico: "O Ocidente só poderá levar a cabo uma política de desanuviamento, quando puder negociar a partir de uma posição de poder militar". Foi preconizado o reforço da Europa capitalista em armamento estratégico.

Entretanto, as conversações sobre desarmamento prosseguem em Nova Iorque, Viena e Genebra. O simples facto de prosseguirem, a despeito de todas as resistências, é já uma imensa vitória das forças do progresso e da paz. Uma razão mais para se olhar com confiança o futuro.

As «Edições Avante!» recomendam a leitura imediata de

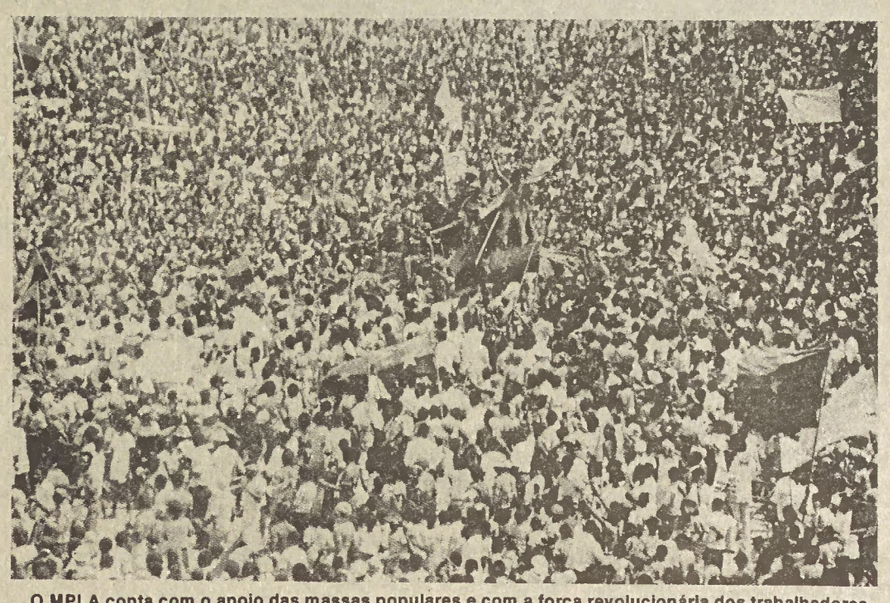


☆

O VI Congresso do PCP, realizado no mês de Setembro de 1965, último Congresso na clandestinidade, teve, no processo da Revolução portuguesa, uma influência determinante, porque indicou, por um lado, as tarefas imediatas na luta contra a ditadura e aprovou, por outro lado, o Programa do Partido, definindo as características e os objectivos fundamentais da Revolução.

ANGOLA: UM ANO DE LIBERDADE

Angola comemora o primeiro aniversário da sua independência. Um ano em que se deram importantes passos em frente. Em que se passou da fase da luta de libertação e contra o invasor estrangeiro para a de reconstrução nacional, rumo a uma sociedade socialista.



O MPLA conta com o apoio das massas populares e com a força revolucionária dos trabalhadores

Às zero horas de 11 de Novembro de 1975, foi lida em Luanda a proclamação da independência.

"Em nome do Povo Angolano, o 'Comité' Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola.

"Nesta hora o Povo Angolano e o 'Comité' Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência da Pátria.

"Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola."

Com as primeiras palavras da proclamação da independência nasceu oficialmente em África um novo país. Um país então empobrecido pela herança colonial e pela luta permanente imposta pelas forças da reacção. Um país em guerra contra as tropas invasoras do Zaire e da África do Sul, comandadas por Washington.

Foram então expressos como objectivos centrais do povo angolano e da sua vanguarda, o MPLA, a continuação do processo de total independência do país, que teria de se concretizar numa política abertamente anti-imperialista, na decidida expulsão dos invasores de todo o território nacional e numa política interna progressista, virada para o socialismo — única capaz de basear o processo de total libertação.

SESSÃO EM LISBOA

Promovida por uma comissão de portugueses radicados na República Popular de Angola e interessados no desenvolvimento da cooperação e amizade entre os dois povos, realizou-se, ontem, na Voz do Operário, uma sessão comemorativa do 1.º aniversário da proclamação da independência, durante a qual usaram da palavra o dr. António Macedo, monsenhor José Soares Martins, Silas Cerqueira e membros da presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Foram projectados filmes sobre a nova realidade angolana, declamados poemas e interpretadas canções por artistas portugueses e angolanos.

Antes de se iniciar a sessão pública, foi inaugurada uma exposição fotográfica sobre a reconstrução nacional da República Popular de Angola.

Foi preconizada a construção de uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados, a reconstrução da economia nacional norteada pela satisfação das necessidades do povo, a instauração do poder popular.

Para a concretização destes novos objectivos imediatos, apontou-se para a transformação futura do MPLA em Partido, um Partido da classe operária capaz de fazer face com êxito ao peso e à complexidade das novas tarefas.

A proclamação da independência dava particular relevo às fraternas relações com o povo português e com o nosso País. E dirigia-se à necessária solidariedade internacional para fazer face às imensas dificuldades que o país enfrentava, nomeadamente a premente falta de quadros.

Um ano passado sobre a proclamação da independência de Angola, são imensos os progressos verificados.

A 11 de Novembro de 1975, Angola era um país livre, mas com uma parte do seu território ocupado por tropas estrangeiras, coadjuvadas por bandos de colonialistas e fascistas da UNITA e da FNLA. Luanda era uma capital esvaziada de tudo quanto é necessário à sobrevivência da sua população. Carente até de um mínimo de estabilidade. Hoje o país venceu o exército invasor da África do Sul, com a solidariedade preciosa de Cuba e da União Soviética. Restam algumas bolsas de terroristas, que tentam manter um clima de instabilidade, impedir o processo de total recuperação económica. Nas vésperas do dia 11 de Novembro de 1976, o MPLA organizou uma investida contra tais bolsas terroristas, para limpar o país da sua acção perniciosa. Embora contando ainda com muitas faltas, Luanda tem o indispensável. O governo central de Angola tem o domínio efectivo de todo o território nacional.

No plano da política interna foram dados passos importantes para a institucionalização do poder popular: a ampla participação das massas populares na solução dos seus próprios problemas e nos diversos níveis de decisão, a divulgação da cultura, os esforços para um reforço da consciência política colectiva.

Os esforços do povo angolano centram-se em particular no campo da recuperação económica. Num país essencialmente agrícola, foram traçadas as linhas mestras da reforma agrária. A despeito da perda de inúmeras traineiras de pesca, esta actividade também está a ganhar um novo incremento, e embora não atingindo ainda os níveis anteriores ao final do processo da independência, regista já índices de recuperação considerados aceitáveis e mesmo prometedores. Considerando a agricultura como base da sua economia, o povo angolano vota-se ao desenvolvimento da indústria como sector chave do progresso do país.

Hoje, o MPLA está nas vésperas da sua transformação em Partido marxista-leninista, que dirigirá a construção do socialismo em Angola — premissa indispensável para a concretização da opção socialista da revolução angolana. Não deixa de ser particularmente expressivo o curto espaço de tempo que medeia entre o processo de independência do país e a definição da perspectiva do socialismo; entre a libertação do invasor estrangeiro e a tomada de medidas práticas para a construção de um futuro de verdadeira liberdade.

O nascimento de uma Angola progressista foi e é factor de particular importância no apoio e estímulo à luta das forças anticolonialistas e anti-racistas em África. Por outro lado, Angola tem contado com amplo apoio na sua luta, em particular de Cuba e da União Soviética. Apoio que se registou durante a luta armada contra o invasor, e que pesa hoje na construção de um país pacífico e progressista. O auxílio internacional pedido pelo governo de Luanda através das Nações Unidas, para fazer frente ao problema dos refugiados, fugidos à guerra colonial e à invasão das tropas sul-africanas, tem-se vindo a concretizar ao longo do ano, em rúbricas que incluem produtos alimentares, artigos destinados à saúde, agricultura, educação e transportes, entre outros. Apesar da resistência do imperialismo norte-americano, têm sido sucessivamente abertas ao novo país africano, as portas dos diversos organismos de carácter internacional.

Por força de profundas contradições e da complexidade do processo revolucionário português, o nosso País foi o 88.º a reconhecer a República Popular de Angola, cento e três dias depois da proclamação da independência. Como o PCP preveniu, lutando incansavelmente pelo imediato reconhecimento do legítimo governo do MPLA, tal facto criou dificuldades nas relações entre os dois povos. Dificuldades que têm vindo a ser superadas e que a evolução progressista de ambos os países, a despeito da difícil e intensa luta de classes que se processa em particular em Portugal, erradicará em definitivo.

CONFERÊNCIA DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DA ÁFRICA DO SUL

A 30 e 31 de Outubro realizou-se em Adis-Abeba a Conferência Internacional Extraordinária de Solidariedade com os povos da África do Sul. Esteve presente uma delegação portuguesa, constituída por Carlos Candal do CPPC e o camarada Albano Nunes do CC do nosso Partido.

Nesta reunião internacional foram aprovados importantes documentos. Na "Declaração Geral" delegados de mais de 60 países condenaram a ajuda económica que continua a ser prestada pelos Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a RFA e o Japão, ao regime racista da África do Sul, a despeito de todas as resoluções contra tal ajuda. Salienta-se igualmente o apoio dos países socialistas, dos países africanos, dos não-alinhados e de todas as forças progressistas do mundo ao Congresso Nacional Africano.

O "Programa de Acções" aprovado, é um plano pormenorizado de acções de solidariedade para com o povo sul-africano e a ANC, sua vanguarda na luta contra o regime de Vorster. Constitui uma manifestação de confiança na vitória da justa causa dos patriotas da África do Sul.

O representante do PCP na Conferência, camarada Albano Nunes, pronunciou um discurso, em que destacou a solidariedade do nosso partido e do nosso povo à luta dos trabalhadores sul-africanos.

"O PCP manifesta a sua inteira solidariedade à luta revolucionária dos trabalhadores e do povo da África do Sul e condena energicamente os massacres perpetrados contra a população negra e toda a política de repressão e terror do regime fascista. O PCP pronuncia-se uma vez mais pela completa liquidação do racismo, este crime contra a humanidade, seja qual for a forma que assuma. O PCP denuncia o apoio do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo americano e de outros países da OTAN como a Inglaterra, a França, a RFA, assim como os sionistas de Israel, ao regime racista de Pretória e as suas pérfidas manobras, bem ilustradas no plano Kissinger, visando a manutenção das posições políticas, económicas e estratégicas do imperialismo nesta região.

"A liquidação do sistema colonial português e a criação na África Austral de novos Estados progressistas em Angola, e Moçambique, o desenvolvimento da luta na África do Sul e também no Zimbabwé e na Namíbia, a solidariedade internacional, modificaram radicalmente a correlação de forças no Sul da África em favor das forças da paz, da independência nacional e do progresso social. Um factor fundamental desta evolução positiva reside na consequente política da URSS e dos outros países da comunidade socialista, aliados naturais do movimento de libertação nacional."

E o camarada prosseguiu:

"Com a revolução do 25 de Abril o Povo português deu uma importante contribuição para o processo de descolonização. O novo Portugal democrático de hoje pode e deve desempenhar um papel positivo na liquidação definitiva do colonialismo, do fascismo e do racismo nesta região.

"A Constituição portuguesa consagra expressamente o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência, à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo e preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão; o PCP, lado a lado com as demais forças progressistas de Portugal, tudo fará para que o Estado português intervenha activamente, no seio das organizações internacionais e fora delas, de acordo com estes princípios progressistas.

"O povo da África do Sul pode estar certo de poder contar com a solidariedade activa dos comunistas, da classe operária e do povo trabalhador de Portugal."

NOTÍCIAS BREVES

SUÉCIA — Utilizando os novos privilégios alcançados com o derrubamento do governo social-democrata, cuja política dúbia o debilitou, o patronato sueco exige agora o bloqueio de salários e a diminuição de regalias sociais durante três anos, a pretexto de tal prática servir o "incremento da indústria". O estafado argumento para justificar a superação das crises e dificuldades económicas à custa dos trabalhadores.

•

BRASIL — A despeito da protecção facultada pela "Lei Falcão", que proíbe a propaganda através da rádio e da televisão, o presidente Geisel mostra-se preocupado com a possibilidade de mais um fracasso da ARENA (partido do governo) nas eleições municipais do dia 15. No Brasil, os grandes centros industriais, e como tal zonas de concentração operária, não elege os seus prefeitos. O que significa que não são eleitos os prefeitos de 130 municípios, correspondendo a 1/3 da população brasileira.

•

ISRAEL — Cerca de cem mil trabalhadores entraram em greve em Israel, na maior acção de massas desencadeada desde a sua fundação, em 1948. Estão em greve engenheiros, trabalhadores dos hospitais, da fábrica de produtos químicos do Mar Morto e dos pilotos da marinha. Preparam-se para adoptar a mesma forma de luta os trabalhadores da companhia de gás, os técnicos de Raio-X, os examinadores de condução, os funcionários dos serviços sociais, os advogados oficiosos, os professores de liceu, os inspectores da alfândega e os oficiais da marinha mercante. Centrada em reivindicações salariais, a vaga de greves, pela sua notável envergadura, não pode deixar de assumir um carácter político.

•

GUINÉ-BISSAU — O camarada Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, no regresso da sua visita a Cuba, revelou que aquele país vai intensificar o seu auxílio à Guiné nos domínios da educação, saúde e agricultura, nomeadamente pelo envio de mais médicos e professores.

•

ITÁLIA — Os trabalhadores italianos mantêm-se na firme defesa do aumento salarial automático, destinado a compensar a taxa inflacionista, apesar das tentativas do patronato e do governo minoritário democrata-cristão para anular esse direito. Este mês, os trabalhadores italianos obterão o seu quarto aumento salarial automático.

•

CHECOSLOVÁQUIA — O camarada Gustav Husak, presidente da República Socialista da Checoslováquia, de visita a Moscovo, entregou ao camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, a mais alta condecoração checoslovaca, pela "colaboração de Brejnev e de todo o PCUS na libertação da Checoslováquia, na tarefa de aprofundamento das relações fraternais e internacionalistas e na cooperação multilateral entre os nossos partidos e os nossos povos".

•

CUBA — O camarada Fidel Castro, primeiro-ministro de Cuba, foi eleito deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular pelo município de Santiago de Cuba. Nas eleições para os delegados municipais, anteriores a estas, participou praticamente 100 % do eleitorado.

VÃO MELHORAR AS RELAÇÕES ENTRE A URSS E A CHINA?

Abre-se a possibilidade de um restabelecimento de relações normais entre a URSS e a República Popular da China. A RPC acaba de formular o seu desejo de normalidade de relações oficiais. A União Soviética sempre a preconizou. Só a reacção pode estar interessada em que a vontade formulada não se traduza em factos

"A via da Revolução de Outubro aberta pelo grande Lénine, é um caminho brilhante para a libertação do proletariado, de todos os povos oprimidos e nações do Mundo. O Povo chinês coloca-se decididamente ao lado do Povo soviético na luta pela protecção e defesa da via da Revolução de Outubro" — afirma-se na mensagem enviada ao Presidium do Soviete Supremo e ao Conselho de Ministros da URSS, a propósito da passagem de mais um aniversário da Revolução de Outubro, pela Comissão Permanente da Assembleia Popular e o Conselho de Estado da República Popular da China.

E a mensagem frisa também: "As querelas entre a China e a União Soviética não devem comprometer as relações oficiais normais entre os dois países".

A grande festa com que todos os anos se comemora o 7 de Novembro em Moscovo constitui também, e sempre, uma grande festa da amizade internacionalista, que une todos os combatentes pela causa comum do socialismo e do comunismo. Nos últimos dez anos, tornou-se praticamente uma tradição o abandono da sala por parte da representação da República Popular da China.

Pela primeira vez este ano, tal não se verificou. Pela primeira vez, de há muito, a RPC envia uma mensagem fraterna ao Povo soviético, e aplaude as palavras de um seu dirigente, o camarada Fyodor Kulakov, membro do Bureau Político do Comité Central do PCUS, que referiu no seu discurso a necessidade de "melhorar as relações sino-soviéticas".

O processo que a China vive desde a morte de Mao Tsé-tung é particularmente complexo e muita coisa está ainda por aclarar. Aclarar, por exemplo, a profundidade das contradições que o maoísmo gerou numa sociedade que proclamando o socialismo e o comunismo como fim, enveredou por uma via não marxista que entra mesmo em confronto com o marxismo-leninismo.

Que rumos serão definidos para o futuro?

Os factos registados nas comemorações do 59.º aniversário da Revolução de Outubro, no complexo de uma política externa que se mantém ambígua, podem representar um primeiro passo positivo na aproximação entre a China e a União Soviética.

Como o camarada Brejnev salientou recentemente mais uma vez, o tipo de relações anacrónicas que se têm vindo a arrastar entre a URSS e a República Popular da China, não são da responsabilidade de Moscovo. Múltiplas vezes tem sido reiterada a vontade do PCUS e do Estado soviético de manter com a RPC relações fundadas no respeito mútuo de direitos e deveres entre Estados livres e independentes. Tal como tem sido referida a total e permanente disponibilidade por parte da União Soviética para o restabelecimento de laços mais fortes e profundos, na base do internacionalismo proletário, assim que a República Popular da China enverede pelo seu verdadeiro caminho, no respeito dos princípios básicos do marxismo-leninismo.

A mensagem da Comissão Permanente da Assembleia Popular e do Conselho da República Popular da China surge como a afirmação da vontade de abrir a porta na normalização das relações entre os dois grandes países e até a da fraternidade entre dois povos que, na realidade, têm objectivos comuns.

O imperialismo tem visto com agrado, e sempre que possível contribuído para o desvio e mesmo a oposição frontal face ao marxismo, por parte de órgãos dirigentes da RPC e do PC chinês. É com evidente temor e ansiedade que observa hoje os acontecimentos que se estão a desenrolar após a morte de Mao. Está empenhado até ao fundo em evitar qualquer normalização de relações entre os dois países e os dois partidos. Chega ao ponto de encobrir a existência desta mensagem ao Povo soviético e tudo fará para que ela não se traduza em actos. Teme as consequências futuras. E tem razão em temê-las, Um passo na aproximação entre a China e a União Soviética — passo ainda modesto — reveste-se entretanto de um grande significado. Será uma primeira contribuição para a aproximação entre os dois povos e para uma limitação do anti-sovietismo que tem sido tónica da política do maoísmo. Amadurecem as condições mínimas para que tal passo seja dado — a expressão da mútua vontade na sua concretização.

O movimento operário internacional saudaria este passo como fundamental na unidade necessária das suas fileiras.

MILHARES DE PESSOAS ASSINALARAM EM PORTUGAL O 59.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Pela terceira vez em liberdade, diversas iniciativas promovidas pela Associação Portugal-URSS e por organizações do nosso Partido assinalaram em Portugal mais um aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro

O 59.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro foi vibrantemente assinalado em Portugal através de diversas jornadas culturais e recreativas, sessões públicas, que na sua maioria apresentaram filmes alusivos ao 7 de Novembro, colóquios, conferências e exposições, entre outras iniciativas.

Deslocando-se expressamente ao nosso País, participaram nas comemorações, promovidas pela Associação de Amizade Portugal-URSS e por algumas organizações do nosso Partido, vinte camaradas soviéticos ligados aos meios culturais, científicos e técnicos.

Uma delegação da qual fazia parte o embaixador da URSS em Lisboa, camarada Arnold Kalinine e que foi composta pelos camaradas Yuri Artiukhin, cosmonauta e vice-presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, Alfonsus Jalis, presidente da Câmara Municipal de Claipeda (Lituânia) e Evguenui Soloviev, estes últimos, respectivamente vice-presidente daquela Associação e secretário-geral das Associações de Amizade Soviéticas, foi, entretanto, recebida na passada sexta-feira, em S. Bento, pelo vice-primeiro-ministro, professor Henrique de Barros.

Com a presença do camarada Dias Lourenço, o comício de 7 de Novembro no Seixal foi uma grande manifestação de amizade para o povo soviético

SESSÃO COMEMORATIVA NO TEATRO DA TRINDADE

Por iniciativa conjunta da embaixada da União Soviética e da Associação Portugal-URSS, decorreu ainda na passada sexta-feira à noite, no Teatro da Trindade, uma Festa de Amizade comemorativa da vitória de Outubro. Presentes na sessão entre outras individualidades, o embaixador Arnold Kalinine, o coronel Artiukhin, Vasco Magalhães Vilhena, vice-presidente da Associação, o camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP e da direcção da "Portugal-URSS", Silas Cerqueira, do CPPC, Fernando Piteira Santos, João de Freitas Branco, José Gomes Ferreira, Jacinto Prado Coelho, Seabra Dinis, Luis Francisco Rebelo, Sá Nogueira, Armando Myre Dores (da Associação Portugal-URSS), José Manuel Tengarrinha, Álvaro Salema, Manuel Azevedo, Rogério Ribeiro, Luisa Amorim, José Moreno, Pedro Filipe e Álvaro Rana.

Durante a primeira parte, presidida por Vasco Magalhães Vilhena, a numerosa assistência, que encheu por completo a sala do Trindade, aplaudiu calorosamente as intervenções de Arnold Kalinine, João de Freitas Branco, Aboim Inglês e Yuri Artiukhin.

Referindo-se à importância da data como a grande festa dos trabalhadores e do povo da União Soviética, o embaixador da URSS recordou alguns passos da gloriosa Revolução de Outubro. Depois de uma breve análise à política traçada pelo PCUS no contexto internacional — uma política baseada na luta pela paz, pelo desanuviamento, pela cooperação, pela solidariedade e amizade entre os povos — sublinhou o apoio dado pelo povo da União Soviética aos esforços desenvolvidos no sentido da coexistência pacífica, apontando a propósito os acordos de Helsínquia.

Ao abordar as relações com o nosso País, o camarada Kalinine salientou que a parte soviética está interessada no reforço e no pleno desenvolvimento do intercâmbio económico, social e científico — o que irá estimular e intensificar a amizade e cooperação entre os povos da URSS e de Portugal.

As conversações sobre o desarmamento que decorrem em Nova Iorque, Viena e Genebra, mereceram do diplomata soviético algumas considerações. Os resultados até agora atingidos — diria mais adiante — são já uma vitória das forças interessadas na paz mundial.

"UMA DATA QUE TOCA DE PERTO TODOS OS POVOS DO MUNDO"

Detendo-se em particular na importância das relações entre o nosso País e a URSS – tema que iria, igualmente, dominar a intervenção do camarada Aboim Inglês — o dr. João de Freitas Branco recordaria, a propósito, as figuras de António Sérgio e de Luis de Freitas Branco, democratas portugueses para quem a Revolução de Outubro constituiu etapa de relevo nas suas vidas de escritor e músico. Falou em seguida o camarada Aboim Inglês que, na qualidade de membro da Associação de Amizade Portugal-URSS, referiu o significado do Grande Outubro — jornada vitoriosa que abriu uma nova época na história da humanidade: a época da passagem do capitalismo para o socialismo. Depois de se referir à acção heróica do povo soviético ao longo destes 59 anos de progresso social e de consolidação da sociedade socialista, rumo ao comunismo, o camarada Aboim Inglês analisou, em seguida, o processo democrático português e as suas conquistas. Neste sentido, citou alguns artigos da Constituição que apontam o socialismo como meta a atingir pelo povo português, embora em condições diferentes das que proporcionaram, há 59 anos, "o arranque heróico do povo russo".

A encerrar o período de intervenções, falou o cosmonauta da missão "Soyuz-Apolo", camarada Artiukhin, que aproveitou a oportunidade para saudar os trabalhadores portugueses. No final da sua breve intervenção, ofereceu a Vasco Magalhães Vilhena um busto de Lénine e uma colectânea de discos que narra a epopeia dos astronautas que tripularam a nave "Soyuz-Apolo".

Esta Festa de Amizade Luso-Soviética prosseguiu com um espectáculo onde participaram o conjunto português "Outubro" e o conjunto artístico do Instituto Pedagógico de Vilnius "Chevesa" (República Socialista Soviética da Lituânia). O grupo, composto por 28 elementos, interpretou vários números que incluiram a dança, o canto e a música. As características do folclore apresentado pelo "Chevesa" — inédito no nosso País — entusiasmaram a numerosa assistência, que aplaudiu longamente o conjunto do Báltico.

O cosmonauta Artiukhin, que em 1974 pilotou a estação "Sallyut-3", esteve também na passada sexta-feira no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde proferiu uma palestra sobre a exploração do cosmos pela URSS, acompanhada da projecção do filme "Apollo-Soyuz".

RECEPÇÃO OFERECIDA PELO EMBAIXADOR SOVIÉTICO

Entretanto, o embaixador da URSS em Lisboa, camarada Arnold Kalinine, ofereceu, no passado sábado, num hotel da capital, uma recepção a que estiveram presentes conhecidas individualidades civis e militares, além de inúmeros membros do corpo diplomático acreditado no nosso País.

A representação do Partido era chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, que foi acompanhado por outros camaradas do Comité Central.

FESTA POPULAR NO PORTO

Milhares de pessoas assistiram no Porto a uma grandiosa jornada comemorativa do 7 de Novembro, que incluiu a projecção do filme "Os Comunistas Portugueses", pela primeira vez exibido em Portugal.

"Esta data foi sempre comemorada em Portugal das mais variadas formas. Porque os comunistas portugueses e muitos trabalhadores progressistas, que compreenderam a importância histórica do 7 de Novembro como força libertadora que abriu novos caminhos à Humanidade, tudo fizeram para impôr ao fascismo essas comemorações reprimidas", afirmou o camarada Jorge Araújo, da Direcção da Organização Regional do Norte (DORN) do nosso Partido, no decorrer da intervenção.

Perante uma multidão entusiasta que não quis deixar de estar presente nesta bela jornada de confraternização e comemorativa da primeira Revolução Socialista, o camarada da DORN prosseguiu a sua intervenção referindo-se ao trabalho de discussão das Teses apresentadas pelo Comité Central para o Congresso. **"Esta tarefa de discussão das Teses" – disse – é profundamente significativa e demonstra o elevado grau de consciência dos militantes comunistas. Os militantes do Partido têm contribuído assim para o seu próprio enriquecimento ideológico e para o fortalecimento do estudo individual e colectivo para a definição da linha do Partido a aprovar no Congresso".**

"Se alguém de boa-fé duvidava — sublinhou Jorge Araújo — esta prática deve ajudar a compreender que no PCP se utilizam métodos de democracia como nenhum outro partido pode reivindicar para si."

A festa contou ainda com a colaboração de Samuel, Luís Viegas e José Barata Moura, que interpretaram algumas canções revolucionárias, entoadas em coro pela assistência.

EM SETÚBAL

Também em Setúbal, os militantes comunistas organizaram uma jornada comemorativa do 59.º aniversário da Grande Revolução de 1917.

O programa incluíu a largada de balões e o lançamento de foguetes com intervalos de cinco minutos, das 15 e 30 às 18 horas. À noite a partir das 21 horas, foram projectados no ginásio de Setúbal vários filmes alusivos à data, entre os quais "O Couraçado Potemkine". No intervalo da sessão, registaram-se intervenções dos camaradas Manuel Sobral, membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do nosso Partido e Valery Prokopenko, adido da embaixada soviética.

NO ALGARVE

Assinalando a passagem de mais um aniversário da Revolução Socialista de Outubro, o núcleo de Faro da Associação Amizade Portugal-URSS promoveu no passado domingo, à noite, no Pavilhão Gimnodesportivo daquela cidade, uma sessão de convívio na qual esteve presente o grupo folclórico "Chevesa". No dia anterior, o conjunto soviético exibiu-se no Cine-Teatro de Portimão, onde foi calorosamente aplaudido pela assistência.

INICIATIVA DA ORGANIZAÇÃO DA 1.ª ZONA DE LISBOA DO PCP

A Organização da Direcção da 1.ª Zona do PCP, em colaboração com a Agência Novosti e a Associação Portugal-URSS, levou a efeito de 1 a 6 deste mês uma Semana Comemorativa do 7 de Novembro.

Das iniciativas que integraram esta jornada, onde participaram centenas e centenas de pessoas, salientaram-se a exposição de livros e fotografias, vários debates e a projecção dos filmes "O Couraçado Potemkine", "A Cultura ao Povo", "A Assistência à Mãe e à Criança", "A Mulher na URSS", "O Ensino na URSS", "Outubro", "Estes Rapazes" (película juvenil) e "Lénine em Outubro".

NO SEIXAL

Há uma estreita relação entre a data de 7 de Novembro, aquilo que ela representa, e os camaradas que me convidaram para vir aqui: são ambos jovens. É que o 7 de Novembro é um passo necessário para a juventude do mundo, o comunismo. E a nossa juventude, a UJC, são os jovens comunistas que merecem toda a confiança da classe trabalhadora e que vão render a velha guarda: os que ainda estamos na brecha e que somos exactamente a geração da Revolução de Outubro – salientou o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do nosso jornal, no decorrer do comício promovido na passada sexta-feira, pela organização da UJC do Seixal e que se integrou nas comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Mais adiante, sublinhou que é a terceira vez que a classe operária, os comunistas portugueses, comemoram em liberdade a gloriosa data de 7 de Novembro: **isto é um facto profundamente significativo. É que estes três anos foram dos mais ricos da nossa vida nacional e estamos a comemorar justamente aquele acontecimento universal que tornou possível estarmos aqui. De facto, camaradas, a nossa Revolução não se poderia ter dado, o triunfo da democracia portuguesa e a derrota do fascismo não se poderiam ter dado, sem os ensinamentos da Grande Revolução de Outubro.**

Em Almada, o camarada Jaime Serra salientou o significado da Revolução de Outubro como o alvorecer de uma nova era para os trabalhadores

Frequentemente interrompido pelos aplausos vibrantes de uma assistência que ultrapassou um milhar de pessoas, o camarada Dias Lourenço prosseguiu a sua intervenção, afirmando:

Há gente que hoje, ao fim de cinquenta e nove anos, ainda experimenta denegrir a Revolução Socialista de Outubro mas, camaradas, hoje já não é possível ocultar os factos, hoje, os propagandistas do capitalismo decadente já não têm força para convencer que a Grande Revolução Socialista de Outubro trouxe a fome e a miséria ao povo russo; a realidade aí está ao alcance de todos nós.

A Grande Revolução Socialista de Outubro fez em cinquenta e nove anos mais pela humanidade do que as classes dirigentes que se apoiavam na exploração e na opressão, durante durante centenas de anos, durante milénios. A Grande Revolução Socialista de Outubro conseguiu realizar a aspiração fundamental dos trabalhadores, isto é, a libertação da exploração, a liquidação da opressão sob todas as suas formas.

Mais adiante, o camarada Dias Lourenço declarou:

Nós olhamos para trás e vemos que transformações extraordinárias se deram no mundo, as transformações que o socialismo operou numa parte já tão grande, tão ampla da humanidade. É por isso que os propagandistas do capitalismo decadente continuam a pregar contra a União Soviética.

Eles sabem, camaradas, que a URSS é hoje o principal baluarte da defesa da paz e da liberdade, e querem destruir esta fortaleza. O número de amigos da União Soviética aumenta todos os dias, e hoje são uma grande força.

EM ALMADA

A Comissão Concelhia de Almada do PCP levou também a efeito um grandioso comício, onde esteve presente o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, acompanhado na mesa que orientou a sessão pelos camaradas João Raimundo, militante desde 1933 e Alda Ferreira, desde 1928; Gina Rocha, antifascista de longa data; Carlos Alberto, da UJC e ainda o camarada Vieira, trabalhador no Arsenal do Alfeite.

Depois de saudar todos os comunistas, socialistas e outros democratas do concelho de Almada, o camarada Jaime Serra referiu-se à Grande Revolução Socialista de Outubro: o alvorecer de uma nova era para a classe operária e para as massas trabalhadoras de todo o Mundo.

EM GAIA E VIANA DO CASTELO

A Grande Revolução de Outubro também foi assinalada pelos militantes, simpatizantes e amigos do nosso Partido em Vila Nova de Gaia. Na sede do Partido, cerca de duas centenas de pessoas participaram numa animada jornada de convívio, durante a qual foram feitas intervenções que salientaram a importância da Revolução Socialista soviética e o papel que a URSS e o PCUS desempenham na actualidade. O camarada Lima Moses aproveitou o ensejo para falar aos presentes acerca **"Da URSS que eu vi"**. Por último, o camarada António Abreu, da Direcção da Organização Regional do Norte (DORN), fez uma intervenção onde analisou a situação política nacional. Presidiu a esta sessão o camarada José Carlos Almeida, membro suplente do Comité Central.

Entretanto, várias reuniões e duas sessões assinalaram as comemorações do 59.º aniversário da Revolução de Outubro, no distrito de Viana do Castelo. No dia 6 de Novembro, a sede do Partido, em Viana do Castelo, encontrava-se engalanada com numerosos cartazes do VIII Congresso e foi palco de uma animada jornada, no decurso da qual foram exibidos dois filmes sobre a saúde e a educação na União Soviética, a que assistiram cerca de 300 militantes, simpatizantes do PCP e outros democratas. No final, num ambiente de grande camaradagem, foi servida uma ceia. Igualmente, em Caminha, a organização do Partido e outros lutadores antifascistas promoveram uma jornada de convívio destinada a comemorar o 7 de Novembro e a divulgar a importância da realização do VIII Congresso do Partido Comunista Português.

SAUDAÇÃO DO PCP

Por ocasião da passagem do 59.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e, por seu intermédio, a todo o Povo soviético, a seguinte saudação:

"Ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética

Queridos Camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português, exprimindo os sentimentos dos comunistas, da classe operária e do Povo trabalhador de Portugal, envia ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e, por seu intermédio, a todo o Povo soviético, as mais fraternais e calorosas saudações pela passagem do 59.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A Revolução de Outubro, ao criar na Rússia o primeiro Estado operário e camponês, abriu na História da Humanidade uma nova época, a época da libertação da exploração capitalista e do jugo imperialista, da passagem ao socialismo.

Sob a direcção do glorioso Partido de Lénine, os comunistas e o Povo soviéticos, com os maiores sacrifícios, heroísmo e trabalho árduo, venceram a intervenção imperialista e a contra-revolução, construíram a economia socialista, derrotaram o nazi-fascismo, edificaram a sociedade socialista avançada.

Hoje, o XXV Congresso e as resoluções do recente plenário do Comité Central assinalam e apontam grandiosos êxitos, tarefas e objectivos do PCUS, na sua política interna de construção da base material e técnica do comunismo e de elevação contínua do nível de vida material e cultural do povo, e na sua política internacional de Paz e amizade com todos os povos.

As realizações, e a acção internacionalista, da União Soviética, e com ela do sistema socialista, da classe operária e do movimento nacional libertador traduziram-se decisivamente na viragem da situação internacional no sentido da segurança e da cooperação colectivas, pondo na ordem do dia o fim da corrida aos armamentos e o desarmamento, e estão na base da alteração da correlação de forças favorável às lutas e vitórias dos povos, como no Vietnam ou em Angola e também em Portugal.

Queridos Camaradas,

Pela terceira vez vos saudamos por ocasião do 7 de Novembro, depois do glorioso levantamento militar e popular de 25 de Abril de 1974.

Desde essa data, num processo irregular e contraditório, a Revolução portuguesa alcançou grandes e históricas vitórias de alcance nacional e internacional: o derrubamento do fascismo, a liquidação do colonialismo, o fim do capitalismo monopolista de Estado e a construção de um regime democrático aliando as mais amplas liberdades e profundas transformações económicas e sociais, nomeadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, na perspectiva do socialismo.

Estas vitórias foram alcançadas fundamentalmente pela luta do Povo trabalhador português, agora tenazmente empenhado na defesa e consolidação das mesmas contra as manobras de recuperação capitalista, contra a conspiração reaccionária e as pressões e ingerência do imperialismo.

O nosso Partido, os comunistas portugueses têm tido um papel decisivo na acção do movimento operário e popular, de que são parte integrante. Têm participado, no momento actual, em milhares de reuniões, acções e lutas de massas em todo o País. Preparam activamente, a poucos dias do seu início, o seu VIII Congresso, o maior da história do PCP. Encaram, o nosso Partido e os comunistas portugueses, a nova e complexa conjuntura nacional com grande determinação e confiança na unidade dos trabalhadores, dos democratas, do Povo e das Forças Armadas.

Consideramos, queridos camaradas, que hoje como no passado o reforço dos laços de amizade, de cooperação e solidariedade recíproca entre os nossos dois Partidos e os nossos dois Povos, e o desenvolvimento das relações entre o Estado português e o Estado soviético, na base da igualdade, não ingerência e reciprocidade, correspondem não só ao interesse nacional de Portugal, como são uma condição externa e factor favoráveis à consolidação da democracia no nosso País e da Paz na Europa e no Mundo.

Interpretando o sentir dos comunistas e das massas trabalhadoras de Portugal, queremos exprimir-vos o nosso alto apreço pela activa solidariedade que o PCUS e o Povo soviético sempre manifestaram ao Povo e à Revolução portuguesa.

Estamos certos, queridos camaradas, que os estreitos laços de amizade que unem os nossos dois Partidos continuarão a fortalecer-se na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e do movimento comunista internacional.

Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro!
Viva a amizade entre o PCP e o PCUS, e o Povo português e o Povo soviético!
Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português"

Lisboa, 7 de Novembro de 1976